

# na rede

**Política Integrativa Numa Rede De Ensino Municipal Da Bahia:**

Avaliação de programa e proposições à implantação do núcleo de atendimento multiprofissional em educação.

FELIPE DE NOVAES COELHO



UF B

Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**POLÍTICA INTEGRATIVA NUMA REDE DE ENSINO  
MUNICIPAL DA BAHIA: AVALIAÇÃO DE PROGRAMA E  
PROPOSIÇÕES À IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE  
ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

**Felipe de Novaes Coelho**

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA**

**2023**

# **POLÍTICA INTEGRATIVA NUMA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DA BAHIA: AVALIAÇÃO DE PROGRAMA E PROPOSIÇÕES À IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

**Felipe de Novaes Coelho**

Trabalho apresentado, sob a forma de dois artigos, ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

**Orientador:** Professor Doutor Neilton da Silva.

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA**

**2023**

## FICHA CATALOGRÁFICA

C672p

Coelho, Felipe de Novaes.

Política integrativa numa rede de ensino municipal da Bahia: avaliação de programa e proposições à implantação do núcleo de atendimento multiprofissional em educação / Felipe de Novaes Coelho.\_ Cruz das Almas, BA, 2023.  
138f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientador: Prof. Dr. Neilton da Silva.

1.Educação – Políticas públicas. 2.Direito à educação – Aspectos educacionais – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.

CDD: 371.9

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE CIÊNCIAS  
AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL - PPGPPSS  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**POLÍTICA INTEGRATIVA NUMA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DA  
BAHIA: AVALIAÇÃO DE PROGRAMA E PROPOSIÇÕES À  
IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO  
MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

Comissão Examinadora da Defesa de Trabalho de Conclusão  
de Curso de Felipe de Novaes Coelho

Aprovada em: 31 de maio de 2023.

Documento assinado digitalmente  
 NEILTON DA SILVA  
Data: 02/08/2023 15:12:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Neilton da Silva**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB  
(Orientador)

Documento assinado digitalmente  
 ROSINEIDE PEREIRA MUBARACK GARCIA  
Data: 02/08/2023 19:04:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB  
(Examinador Interno)

---

**Profa. Dra. Mariana Soledade Barreiro**  
Secretaria Municipal da Educação de Salvador  
Centro Universitário UniFTC  
(Examinador Externo)

## DEDICATÓRIA

A minha família, minha esposa Daniela pelo cuidado, amparo e paciência, e ao meu filho Joaquim que, em muitos momentos, foram fontes de motivação e força; e a minha sogra Ulda, que se tornou minha segunda mãe ao longo desses dias.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, criador e mantenedor do universo, pela sua graça infinda e por tantos milagres que Ele realizou em minha vida.

A minha família, composta por Daniela, Joaquim e Ulda, pelo cuidado, apoio e amparo nos momentos mais desafiadores, me estimulando a prosseguir nos momentos mais difíceis dessa trajetória. Um agradecimento especial a minha esposa que renunciou a tudo para lutar junto comigo essa batalha, não largando a minha mão e me motivando a crescer constantemente.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Neilton da Silva, por sua paciência, compreensão e pela oportunidade proporcionada para a realização de um sonho.

Aos amigos Lucas, Sergio, Dayse, Everton, Rodrigo e Anderson, que foram pacientes com as minhas ausências, e que contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade do Recôncavo da Bahia pelas mediações e contribuições valiosas na minha formação.

Aos colegas de turma que compartilharam numerosos momentos e me apoiaram nesse percurso. Um agradecimento especial a Cíntia, Marcus, Jocele e Wellington, que me auxiliaram na trajetória de cada disciplina e nas produções ao longo do mestrado

A minha irmã que sempre me apoia e incentiva a ser uma pessoa melhor.

Aos meus pais pelo incentivo aos estudos ao longo de todo o meu desenvolvimento.

A todos que participaram da pesquisa e contribuíram com a construção do conhecimento.

A FADMINAS que me convidou para sonhar e concretizar junto com ela; e a equipe de profissionais que a integra.

Aos pacientes que por vezes precisaram remarcar seus atendimentos, e foram compreensivos nesse momento singular na minha jornada.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a materialização desse projeto, meu muito obrigado. Que Deus abençoe a todos!

## **POLÍTICA INTEGRATIVA NUMA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DA BAHIA: AVALIAÇÃO DE PROGRAMA E PROPOSIÇÕES À IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

**RESUMO:** Multiprofissionalidade e integralidade são vocábulos frequentemente citados neste estudo. Isso, porque essas são as categorias teóricas que estruturam a discussão tecida na contextura das políticas públicas nacionais de educação. Na contemporaneidade, ainda que numerosas medidas corretivas ou compensatórias e, sobretudo, de reparação já tenham sido adotadas em nível federal, estadual e municipal, o Brasil ainda convive com indicadores que assinalam para a elevada desigualdade social, manutenção de lacunas abissais de acesso a direitos arduamente conquistados, desemprego, fome, crescente violência e insegurança. O quadro descrito circunda e ultrapassa os permeáveis muros escolares e perpetua-se em forma de desalento, descontinuidade dos percursos formativos, baixos índices de proficiência e abandono escolar. Nesse sentido, ao singularizar as políticas públicas que confluem à educação, nota-se que a busca pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, ainda permanece na pauta de conquistas a serem asseguradas. Desenvolvimento pleno é sentença que dialoga com o direito à educação, constitucionalmente demarcado, entretanto, ainda em perspectiva. Assim, o atendimento multiprofissional educacional nas redes públicas de ensino do país se manifesta como estratégia de enfrentamento do cenário que está posto, com vistas a potenciais reversões, ao passo que contribui para que as questões e problemáticas que emergem do cotidiano escolar possam ser abordadas e mediadas a partir da compreensão da integralidade. Dessa forma, este estudo objetiva formular um Guia para implantação do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação (NAME), que articule ações sistemáticas com enfoque na garantia do pleno direito à integralidade no contexto escolar. O objetivo geral desdobrou-se em quatro objetivos específicos, a saber: levantar modelos de programas de atendimento integral e multiprofissional em atividade nas redes públicas municipais de ensino no Brasil; mapear as bases legais que amparam os programas de atendimento integral e multiprofissional em escolas; descrever a percepção de profissionais da educação, saúde e assistência social quanto aos serviços multiprofissionais prestados na educação; e, finalmente, propor estratégias de atendimento integral para a rede pública municipal de ensino de Saubara-Bahia. O método do trabalho delineou-se a partir da abordagem qualitativa, desenvolveu-se nos moldes da pesquisa descritiva, e os objetivos foram operacionalizados por meio das técnicas documental, bibliográfica do tipo revisão integrativa, entrevistas e questionários. Por seu turno, os resultados foram planilhados e organizados em quadros. Após isso, discutidos à luz da análise de conteúdo. Para o diálogo teórico desta pesquisa, foram discutidos os textos de Peduzzi, 2001; Kassari; Rebelo, 2011; Brandão, 2017; Cefai, 2017; Pasian; Mendes, 2017; Cruz; Monteiro, 2019; Sanchez, 2019; Garcia, 2020; Bertasso, 2022; Fagundes, 2022; Viana, 2022. Dada a estrutura deste trabalho, os resultados analisados a partir dos objetivos construídos se estruturaram em dois artigos científicos e indicaram que há escassez de estudos que abordem a questão do atendimento multiprofissional no campo da educação, que extrapolem ações educativas circunscritas no campo da Educação Especial, ainda que tenhamos bases legais que subsidiem a oferta desse serviço. No segundo artigo, consta que há conhecimento sobre os serviços de atendimento educacional ofertados no município, mas a comunicação intersetorial é frágil e foi evidenciada a necessidade pela ampliação do quadro profissional. Os resultados apontam para a relevância de estudos nessa área e implementação das ações realizadas, com vistas à implantação de um núcleo que realize o atendimento multiprofissional a fim de ser efetiva a integralidade.

**Palavras-chave:** Educação. Políticas Públicas. Atendimento multiprofissional. Integralidade.

## **INTEGRATIVE POLICY IN A MUNICIPAL EDUCATION NETWORK IN BAHIA: PROGRAM EVALUATION AND PROPOSALS FOR IMPLEMENTATION OF THE EDUCATION MULTIPROFESSIONAL SERVICE CENTER**

**ABSTRACT:** Multiprofessionality and integrality are terms frequently cited in this study. This is because these are the theoretical categories that structure the discussion woven in the context of national public education policies. In contemporary times, even though numerous corrective or compensatory measures and, above all, reparations have already been adopted at the federal, state and municipal levels, Brazil still coexists with indicators that point to high social inequality, maintenance of abysmal gaps in access to rights hard won, unemployment, hunger, growing violence and insecurity. The situation described surrounds and goes beyond the permeable school walls and perpetuates itself in the form of discouragement, discontinuity of training paths, low proficiency rates and school dropout. In this sense, by singling out the public policies that converge to education, it is noted that the search for access to free and quality public education still remains on the agenda of achievements to be ensured. Full development is a sentence that dialogues with the constitutionally demarcated right to education, however, still in perspective. In this sense, the multidisciplinary educational service in the country's public education networks is manifested as a strategy to face the current scenario, with a view to potential reversals, while contributing to the issues and problems that emerge from the school routine can be addressed and mediated from the understanding of integrality. Thus, this study aims to formulate a Guide for the implementation of the Educational Multiprofessional Care Center (NAME) that articulates systematic actions with a focus on guaranteeing the full right to integrality in the school context. The general objective unfolded into four specific objectives, namely: to raise models of integrality and multidisciplinary care programs in activity in public municipal education networks in Brazil; map the legal bases that support comprehensive and multidisciplinary care programs in schools; to describe the perception of education, health and social assistance professionals regarding the multidisciplinary services provided in education and, finally, to propose integrality care strategies for the municipal public school network in Saubara-Bahia. The work method was outlined from the qualitative approach, it was developed along the lines of descriptive research and the objectives were operationalized through documental techniques, bibliographical type of integrative review, interviews and questionnaires. In turn, the results were plotted and organized into tables. After that, discussed in the light of content analysis. For the theoretical dialogue of this study, the texts of Peduzzi, 2001; Kassari; Rebelo, 2011; Brandão, 2017; Cefai, 2017; Pasian; Mendes, 2017; Cross; Monteiro, 2019; Sanchez, 2019; Garcia, 2020; Bertasso, 2022; Fagundes, 2022; Viana, 2022; were discussed. Given the structure of this work, the results analyzed from the constructed objectives were structured in two scientific articles and indicated that there is a shortage of studies that address the issue of multidisciplinary care in the field of education, which go beyond educational actions circumscribed in the field of Special Education, even though we have legal bases that subsidize the offer of this service. In the second article, it is stated that there is knowledge about the educational services offered in the municipality, but intersectoral communication is fragile and the need for expanding the professional staff was evidenced. The results indicate the relevance of studies in this area and the implementation of the actions carried out, with a view to implementing a center that performs multidisciplinary care so that integrality is effective.

**Keywords:** Education. Public policy. Multiprofessional service. Integrality.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>ARTIGO 01 - EVIDÊNCIAS E DIÁLOGOS SOBRE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS, EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS</b>	<b>19</b>
<b>1 ORIGENS E RAZÕES PARA A DISCUSSÃO</b>	<b>20</b>
<b>2 PROBLEMATIZAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ARCABOUÇO LEGAL</b>	<b>22</b>
<b>3 MULTIPROFISSIONALIDADE E INTEGRALIDADE: CATEGORIAS TEÓRICAS E APLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO</b>	<b>27</b>
<b>4 PERCURSO DA PESQUISA</b>	<b>29</b>
<b>5 PROGRAMAS DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS EM PERSPECTIVA</b>	<b>31</b>
5.1 ESTUDOS PRECEDENTES COM VISTAS A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS PARA O ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO	32
5.2 ANÁLISE DAS LEIS FEDERAIS QUE SUBSIDIAM O ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL	35
5.3 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS LEGAIS DAS ESFERAS ESTADUAL E MUNICIPAL	38
<b>6 CONTÍNUOS DESSA DISCUSSÃO</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>43</b>
<b>ARTIGO 02 - ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL ESCOLAR NUMA REDE MUNICIPAL DO RECONCAVO DA BAHIA: PROPOSTA À INTEGRALIDADE DA OFERTA</b>	<b>50</b>
<b>1 DIÁLOGOS SOBRE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL</b>	<b>51</b>
<b>2 BREVE CONTEXTO SOBRE A OFERTA DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL</b>	<b>54</b>
<b>3 CONCEPÇÕES DOS SERVIÇOS E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA INTEGRALIDADE</b>	<b>57</b>
<b>4 DESENHO DA PESQUISA</b>	<b>61</b>
<b>5 AVALIAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PROFESSOR ESTUDANTE (NAEPE) E PROPOSIÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EDUCACIONAL (NAME).</b>	<b>63</b>
5.1 AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO NAEPE	64

5.2 PROPOSIÇÕES SOBRE O NÚCLEO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO	71
6 (RE)COMEÇAR... CONSIDERAÇÕES PARA REVER OUTRAS POSSIBILIDADES	76
REFERÊNCIAS	77
APONTAMENTOS FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES	88
APÊNDICE I – Roteiro preenchido de análise documental	89
APÊNDICE II – Roteiro preenchido de análise bibliográfica – Revisão Integrativa	96
APÊNDICE III – Acesso ao planilhamento das questões objetivas do questionário	101
APÊNDICE IV – Roteiro do questionário	102
APÊNDICE V – Tabelas de resultados	110
APÊNDICE VI – Roteiro da entrevista	121
APÊNDICE VII – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – questionário	123
APÊNDICE VIII – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – entrevista	126
APÊNDICE IX – Qrcode de acesso ao Guia do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação	130
APÊNDICE X – Guia do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação	131



[...] a própria sensação de perda e de quebra de imagens que é vivida nas escolas pode insinuar efeitos de luz. Vejo este momento como um percurso no escuro, com medos, por isso, com atrevimentos que iluminam. Faço uma leitura um tanto invertida: vejo a perda de imagens como encontro, libertação e como galho, um estranho alívio, como decepção fértil [...].

**Arroyo (2014, p. 51).**

## APRESENTAÇÃO

No mover para a pesquisa, são numerosas as possibilidades de estudo, sobretudo se forem atentamente observadas as problemáticas que emergem do cotidiano escolar e que são impulsionadas pelas tensões sociais, políticas e econômicas. Nesse campo de possibilidades, estão os estudos que convergem para a elaboração, avaliação e implementação de políticas públicas educacionais que, por seu turno, podem ser descritas como um conjunto de ações, análises, alterações do curso e estrutura dessas ações. Isso, levando em conta os conflitos de interesses, preferências e ideias que permeiam as diversas camadas que compõem a sociedade (SOUZA, 2006).

A discussão se põe em relevo no contexto de regressão de ações principalmente na educação de forma sistemática e articulada, que, em tese, são fomentadas pela União. Tendo em vista que todo estudo se situa no campo histórico, o objeto desta pesquisa foi elencado em 2021, quando as políticas nacionais de educação eram escamoteadas e a estrutura gestora aspirava insegurança e medo. Esse foi o cenário para a discussão das categorias teóricas que fundamentam o trabalho: políticas públicas de educação, atendimento multiprofissional e integralidade.

A multiprofissionalidade nasce da percepção das limitações dos tratamentos em saúde apoiados em modelos biomédicos e é construída enquanto prática amparada na integralidade. Essa prática se consolida a partir da comunicação fluida, constante e intrínseca às práticas, do reconhecimento das próprias limitações enquanto área de conhecimento, buscando assim construir um projeto assistencial comum, apresentado a partir de diferentes técnicas, da busca por um olhar múltiplo, amplo e flexível sobre a realidade, do agrupamento de profissionais e interdependência de trabalhos e do desejo de construir novos saberes e fazeres (PEDUZZI, 2001; DA SILVA *et al.*, 2013; SOUZA *et al.*, 2021; DE SÁ *et al.*, 2021; VIANA; HOSTINS, 2022).

Já a integralidade é compreendida como uma noção de realidade constituída de interrelações multifacetadas, que se atravessam em determinado momento histórico e temporal. No contexto dos indivíduos, a integralidade se apresenta como um olhar para o humano considerando a complexidade das suas necessidades de naturezas diversas, entendendo que, ao fazê-lo, está se humanizando o outro e o reconhecendo como cidadão de direitos e de cuidados. A integralidade não é só uma percepção, mas também uma prática que se desenvolve a partir das partilhas de saberes pautados em um compromisso ético, o que a torna intrinsecamente relacionada com o trabalho multiprofissional (SOUZA *et al.*,

2021; SILVA; COELHO, 2022; VIANA; HOSTINS, 2022).

Considerando esses conceitos, entende-se a necessidade de propor uma noção ampla de integralidade em educação que leva em conta a pessoa completa – sua história de vida, sua origem familiar/genealógica, suas dimensões biológica, cultural, social e de classe, seus desejos, suas expectativas, suas aprendizagens, incluindo os ritmos e estilos particulares, suas necessidades específicas e seus processos de mudanças que se dão em contexto em que assumem contornos nos espaços e tempos próprios do desenvolvimento humano. Admita-se, ainda, uma noção de integralidade em educação que busca “prevenir para não remediar”, por meio de intervenções dialogadas, planejadas e executadas a partir de múltiplas vozes preocupadas com a superação dos desafios dos sujeitos cognoscentes.

Essa integralidade é discutida dentro de uma dinâmica multiprofissional alicerçada no tripé educação, saúde e assistência social, por meio do qual os profissionais de diferentes áreas se conectam e partilham seus conhecimentos em prol de uma causa comum: a aprendizagem e o bem-estar de crianças e adolescentes.

As três categorias se imbricam e não obstante relevam perspectivas para a reversão de questões educacionais que se perpetuam nas últimas décadas, como o desalento, descontinuidade dos percursos formativos, baixos índices de proficiência e abandono escolar. Em contínuo, o estudo aqui apresentado aborda a implantação do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação como estratégia para o enfrentamento do quadro que está posto.

O Trabalho de Conclusão de Curso explicitado neste documento resulta de um processo de pesquisa realizado no âmbito do Mestrado Profissional, denominado Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O estudo vincula-se à Linha de Pesquisa 01, intitulada “Gestão em Segurança Social”, bem como ao macroprojeto estruturante denominado de Gestão e Avaliação de Políticas Educacionais, e foi orientado pelo Prof. Dr. Neilton da Silva.

A pesquisa intitulada “Política Integrativa numa Rede de Ensino Municipal da Bahia: Avaliação de Programa e Proposições à Implantação do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação” teve como objetivo geral formular um Guia para implantação do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação (NAME), que articule ações sistemáticas com enfoque na garantia do pleno direito à integralidade no contexto escolar. O estudo seguiu todos os procedimentos que credibilizam a realização de

pesquisas científicas com seres humanos e, portanto, foi submetida à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), obtendo o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) Nº 66041622.8.0000.0056.

Optou-se pela apresentação dos resultados desta pesquisa no formato de dois artigos, que, *a posteriori*, contribuiriam para a elaboração do Guia de Atendimento Multiprofissional em Educação (NAME). Desse modo, no primeiro estudo, foi realizada pesquisa em fontes documentais e bibliográficas e, no segundo, investigação com profissionais de educação, saúde e assistência social vinculados à prefeitura do município de Saubara-BA.

Saubara é um município localizado na região do Recôncavo da Bahia, a 94 km de Salvador e 20 km de Santo Amaro da Purificação. O município encontra-se no interior da Baía de Todos os Santos e, economicamente, é uma cidade caracterizada pela pesca e o turismo. Em 2021, sua estimativa populacional era de 12.163 habitantes. Atualmente, o município possui 16 escolas e a taxa de escolarização é de 98,4%. Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2019, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, foi 5,0 e, nos anos, finais, 3,8 (IBGE, 2019; INEP, 2019; INEP, 2020).

Nessa conjuntura, ressalta-se que, no âmbito local, cabe a cada município conceber políticas apropriadas para o atendimento das singularidades dos municípios. Programas que busquem a integralidade através de abordagens multiprofissionais se constituem como ferramentas de enfrentamento das crises resultantes das ofensivas neoliberais.

Para a elevação dos indicadores apontados anteriormente, o município destinou parte dos recursos da educação para o investimento nos processos de formação, reestruturação de unidades escolares e manutenção de projetos suplementares com Robótica na Escola, Ciclo Esportivo, REAJA e Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante (NAEPE).

O NAEPE funciona desde 2017 e busca atender estudantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental (etapas de competência do município), os professores da rede pública municipal e familiares. No Núcleo, a partir dos encaminhamentos docentes, são realizados diagnósticos, atendimentos sistemáticos e coordenados os processos de formação. Os profissionais que atuam no Núcleo são um psicólogo, que atua realizando acolhimento socioemocional, um psicopedagogo que está focado nas dificuldades de aprendizagem e um psicanalista com experiência em educação especial que coordena a equipe. O Núcleo foi sublinhado, pois, no segundo trabalho, as ações que realiza foram avaliadas. Além desse aspecto, esse local se constitui como espaço de trabalho do pesquisador.

Em retrospecto, resgata-se que a proposta de estudo se desenvolveu através do contato com a realidade em discussão, à medida que foi realizado o trabalho como psicólogo

da rede pública municipal de educação. Nesse período, foi possível observar a complexidade das demandas apresentadas pelos estudantes. Dentre as práticas realizadas no município de Saubara-BA, destacam-se visitas às escolas e atendimentos aos alunos, pais e professores. Essas atividades oportunizaram a ampliação da percepção das demandas apresentadas no contexto escolar. Além disso, permitiram ter um olhar mais integral das relações que se estabelecem nesse espaço.

Dizendo de outro modo, a pesquisa oriunda da reflexão sobre o trabalho lança um olhar para os cidadãos saubarenses, com vistas à emancipação, promoção da liberdade, igualdade e justiça, compreendendo que estes sujeitos são detentores de trajetórias diversas, demarcadas por lutas, e que possuem potencialidades que podem ser aprimoradas se estimuladas, em contexto de multidimensionalidade e integralidade direcionadas à área educacional.

Enquanto psicólogo e integrante de um núcleo multiprofissional que tem como finalidade dar suporte para as escolas no que diz respeito aos processos educacionais, sociais e cognitivos, este estudo possibilitou enxergar as realidades com outras lentes. O núcleo, que originalmente visa atender demandas da educação especial, integra profissionais com diferentes formações, viabilizando a multiplicidade de olhares sobre os indivíduos atendidos. Entretanto, percebe-se a necessidade de outros profissionais, tanto para participar do núcleo quanto para dar suporte à rede, atendendo aos alunos, cujo perfil não se enquadra na educação especial, que em geral, é compreendido por pessoas com deficiências (física, sensorial, intelectual e ou múltipla), altas habilidades, superdotação, transtorno do espectro autista, entre outros.

É então chegada a hora de debruçar sobre os dois trabalhos que integram esse documento, intitulados, respectivamente: “Evidências e diálogos sobre atendimento multiprofissional em educação: fundamentos, experiências e perspectivas” e “Avaliação do atendimento multiprofissional escolar com vistas à integralidade: a proposta de atendimento multiprofissional em educação”.

Com o intuito de favorecer a análise e compreensão dos dois artigos, serão explicitados seus objetivos, delineamentos metodológicos e estruturas, em paralelo. O primeiro artigo teve com objetivos:

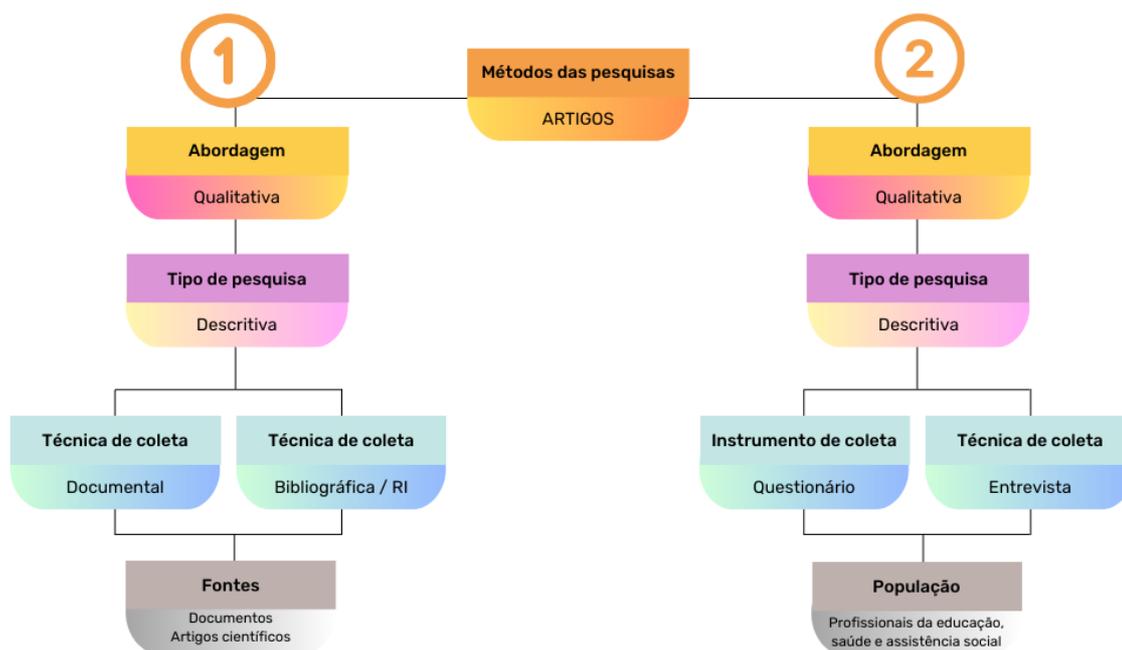
- Levantar modelos de programas de atendimento integral e multiprofissional em atividade nas redes públicas municipais de ensino no Brasil;
- Mapear as bases legais que amparam os programas de atendimento integral e multiprofissional em escolas.

No caso do segundo artigo, os objetivos foram:

- Descrever a percepção de profissionais da educação, saúde e assistência social quanto aos serviços multiprofissionais prestados na educação e;
- Propor estratégias de atendimento integral para a rede pública municipal de ensino de Saubara-Bahia.

O método presente nos artigos se estruturou conforme a figura abaixo.

**Figura 1** – Delineamento dos métodos de pesquisa adotados nos artigos 1 e 2.



Fonte: autoria nossa, 2023.

Dentre os dispositivos legais, foram analisados quatro Leis federais, uma Lei municipal, um Decreto municipal, uma Instrução Normativa municipal e uma Resolução estadual.

Na revisão integrativa, durante o processo de busca e análise, foram localizados, inicialmente, 581 artigos científicos. Após aplicação dos critérios progressivos de inclusão descritos no primeiro artigo, foram selecionados dezoito artigos, e, destes, apenas sete se enquadraram em todos os critérios.

Para a apresentação das discussões e resultados, os artigos foram organizados em seções. O primeiro em seis seções, a saber: 1. Origens e razões para a discussão; 2. Problematização, legislação e políticas públicas educacionais: arcabouço legal; 3. Multiprofissionalidade e integralidade: categorias teóricas e aplicações na educação; 4. Percurso da pesquisa; 5. Programas de atendimento multiprofissional educacional:

experiências em perspectiva; que, por seu turno, se desdobrou em três subseções, 5.1 Estudos precedentes com vistas à construção de caminhos para o atendimento multiprofissional educacional; 5.2 Análise das leis federais que subsidiam o atendimento multiprofissional; 5.3 Análise dos documentos legais das esferas estadual e municipal e, 6. Contínuos dessa discussão.

De forma análoga, o segundo artigo se estruturou em seis partes: 1. Diálogos sobre gestão de políticas públicas, educação e atendimento multiprofissional; 2. Breve contexto sobre a oferta de serviços de atendimento multiprofissional; 3. Concepções dos serviços e programas de atendimento educacional na perspectiva da integralidade; 4. Desenho da pesquisa; 5. Avaliação do núcleo de atendimento especializado professor estudante (NAEPE) e proposição do núcleo de atendimento multiprofissional educacional (NAME); 6. (Re)começar... Considerações para rever outras possibilidades.

Após a produção dos dois artigos supracitados, fez-se necessário acionar memórias, dialogar com as experiências vividas e, mais uma vez, retomar os documentos legais, as lacunas evidenciadas nos estudos analisados, reler os escritos e marcações dos questionários e ouvir mais uma vez as falas dos participantes da pesquisa. Isso, para, finalmente, construir o Guia do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação. Esse, por sua vez, se organizou em oito partes. Teve sua inspiração visual ancorada no mar, no azul saubarense, e intencionou ser acessível, explicativo e propositivo. A priori, buscou superar o desafio de suprir lacunas de outras iniciativas pesquisadas, mas a incompletude, de certo, estará presente e será notada no decorrer da leitura. Por hora, o convite é para a apreciação dos artigos dispostos a seguir.



**ARTIGO 01 - EVIDÊNCIAS E DIÁLOGOS SOBRE  
ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS, EXPERIÊNCIAS E  
PERSPECTIVAS**

**ARTIGO 01****EVIDÊNCIAS E DIÁLOGOS SOBRE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS, EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS****EVIDENCE AND DIALOGUES ON MULTIPROFESSIONAL EDUCATIONAL  
CARE: FUNDAMENTALS, EXPERIENCES AND PERSPECTIVES**Felipe de Novaes Coelho<sup>1</sup>Neilton da Silva<sup>2</sup>**RESUMO**

Por meio deste estudo, objetivou-se investigar as marcas de integralidade e do trabalho multiprofissional em educação a partir das bases legais e das publicações científicas. Enquanto desdobramento desse objetivo, foram construídos dois específicos, a saber: levantar modelos de programas de atendimento integral e multiprofissional em atividade nas redes públicas municipais de educação no Brasil e, em seguida, mapear as bases legais que amparam os programas de atendimento integral e multiprofissional em escolas. Esta pesquisa se delineou, metodologicamente, a partir da abordagem qualitativa, ancorou-se nas pesquisas do tipo descritiva e instrumentalizou-se na coleta de dados com base em roteiros de análise bibliográfica e documental. Como resultado, observou-se a escassez de produções científicas que falam de programas de atendimento multiprofissional educacional, excetuando aqueles que se referem à educação especial. Por meio de busca digital, foram listados quinhentos e oitenta e um artigos científicos, quando determinados apenas os descritores/categorias que estruturaram a busca. Após a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, dos quinhentos e oitenta e um trabalhos, dezoito estudos foram selecionados para a análise na íntegra, pois se aproximavam do objetivo de estudo e categorias teóricas que tangenciam esta pesquisa. Ainda assim, dos dezoito artigos científicos, apenas sete apresentaram evidências da relevância do atendimento multiprofissional vinculado à educação, mesmo que singularizassem esse atendimento associado à educação especial. Na análise documental, foram percebidas marcas da integralidade em diversas bases legais, desde a Constituição Federal de 1988 às leis e resoluções municipais. Entretanto, as bases legais que subsidiam a implantação de núcleos de atendimento multiprofissional vinculados à educação possuem lacunas nas especificações de como uma política pública dessa natureza pode ser efetivada, monitorada e avaliada. Levando em consideração os profissionais que podem compor uma equipe multiprofissional, as fontes de subsídio, as ações intersetoriais entre outros aspectos.

**Palavras-Chave:** Educação. Políticas Públicas. Integralidade. Atendimento Multiprofissional.

---

<sup>1</sup> Psicólogo, Especialista em Neuropsicologia, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato de e-mail: neuropsicologofelipenovaes@gmail.com

<sup>2</sup> Pedagogo, Doutor em Educação e Contemporaneidade, docente e pesquisador do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato de e-mail: neilton@ufrb.edu.br

## ABSTRACT

Through this study, the objective was to investigate the marks of comprehensiveness and multidisciplinary work in education from the legal bases and scientific publications. As an unfolding of this objective, two specific ones were built, namely: to raise models of comprehensive and multidisciplinary care programs in activity in the municipal public education networks in Brazil and, then, to map the legal bases that support the comprehensive and multiprofessional care programs in schools. This research was methodologically outlined from the qualitative approach, anchored in descriptive research and instrumentalized in data collection based on bibliographic and documentary analysis scripts. As a result, there was a shortage of scientific productions that talk about multidisciplinary educational assistance programs, except for those that refer to special education. Through a digital search, five hundred and eighty-one scientific articles were listed, when only the descriptors/categories that structured the search were determined. After reading the titles, keywords and abstracts of the five hundred and eighty-one studies, eighteen studies were selected for full analysis, as they approached the study objective and theoretical categories that touch this research. Even so, of the eighteen scientific articles, only seven presented evidence of the relevance of multidisciplinary care linked to education, even if they singled out this service associated with special education. In the documentary analysis, marks of integrality were perceived in several legal bases, from the Federal Constitution of 1988 to municipal laws and resolutions. However, the legal bases that subsidize the implementation of multidisciplinary care centers linked to education have gaps in the specifications of how a public policy of this nature can be carried out, monitored and evaluated. Taking into account the professionals who can compose a multidisciplinary team, the sources of subsidy, intersectoral actions, among other aspects.

**Key words:** Education. Public policy. Integrality. Multiprofessional Service.

## 1 ORIGENS E RAZÕES PARA A DISCUSSÃO

Ao dar início às discussões deste estudo, torna-se salutar destacar a compreensão de educação em que o trabalho se respalda. A educação parte, em sua primazia, do pressuposto do potencial de um aprendente de receber, reter, modificar e ser modificado por um saber. Assim, discutir educação também requer que seja abordada a concepção de homem e de sua formação. O ser humano, em sua complexidade, carrega em si os traços de sua história biológica e social e é através dessa interseção que são constituídas as relações com o conhecimento, a linguagem, o trabalho e a natureza. Destes, a linguagem viabiliza o acúmulo e a construção de conhecimento e o trabalho se torna uma ferramenta de transformação do homem e da natureza, evidenciando seu estado de incompletude (VIGOTSKI, 2009; LURIA, 2012).

Conceber o ser humano como um ser inacabado é também enfatizar a função da educação em seu processo de humanização. A consciência desse estado move a humanidade em direção ao que Freire (2014, p. 18) chama de “uma busca permanente de si mesmo”. A educação torna-se, portanto, uma busca coletiva de saber de si e do mundo, mediada pela

interação com os outros, instituindo modos de vida e reproduzindo concepções da realidade em que os valores se estabelecem à medida que se transforma o mundo e se é transformado por ele. Desse modo, com as modificações sociais, cada comunidade torna-se responsável por perpetuar suas diretrizes, práticas e experiências pautadas em seus valores (FREIRE, 2014; BRANDÃO, 2017).

É, pois, a educação no Brasil demarcada por avanços e retrocessos, por disputas de interesse e luta pela democratização do acesso à educação gratuita e de qualidade. Essa história traz em si as marcas da desigualdade, da perpetuação de ciclos e demarcação de trajetórias. Isso, porque a educação se constitui um caminho pelo qual é possível transformar realidades e alcançar o pleno desenvolvimento humano, gerando oportunidades de emprego, renda, formação cidadã, autonomia e liberdade. Entretanto, quando não aplicada de modo democrático e equitativo, tem o seu potencial reduzido, tornando-se apenas uma perpetuadora de realidades (BITTAR; BITTAR, 2012; DIAS; PINTO, 2019).

Nesse sentido, a escola é, por vezes, arena de lutas entre a reprodução de desigualdades e o rompimento de ciclos. É através das vivências nesse ambiente que as crianças e adolescentes se tornam estudantes, assumindo papel social que carrega em si o peso de um futuro a ser concretizado, mas que não se desvincula das interseções que os atravessam e influenciam na configuração do cenário de lutas vivenciadas. Resultado dessa conjuntura, em numerosas circunstâncias, os estudantes lidam com adversidades múltiplas que influenciam na interrupção/insucesso dos estudos (SILVA, 2017; DE CARVALHO, 2020).

Há, portanto, a necessidade de pensar ações que contemplem a complexidade das demandas sociais que abarcam os estudantes e o contexto escolar. A Constituição de 1988 prevê o direito à educação de qualidade e à saúde como um dever do Estado. Alguns programas têm buscado assumir esse papel, exemplo disso são o Programa Saúde na Escola, Atendimento Educacional Especializado e o Bolsa Família, mas estes ainda apresentam limitações, seja na aplicação, na abrangência ou eficácia (SANTOS; SILVA; NASCIMENTO, 2016; MAZETTO *et al.*, 2019; BRUNO; NOZU, 2019; CAMELO, 2021).

Outras iniciativas em nível municipal e estadual têm sido implementadas de forma não padronizada. Apesar de promissoras por se proporem a ofertar atendimento multiprofissional dentro do contexto educacional, possuem abrangência limitada, pois não estão instituídas em todos os municípios do país. Além disso, os serviços ofertados de modo geral focam na educação especial ou se restringem a uma prática biomédica, o que torna a oferta do serviço exígua (BATISTA; COELHO, 2019; SANCHEZ, 2019; MENDES; SONZA; VILARONGA, 2020).

Diante da contextura paragrafada até aqui, a pesquisa parte do seguinte problema: Quais as marcas de integralidade e do trabalho multiprofissional em educação a partir das bases legais e das publicações científicas? Tem-se como objetivo geral: Investigar marcas de integralidade e do trabalho multiprofissional em educação a partir das bases legais e das publicações científicas. Como objetivos específicos, tenciona-se: levantar modelos de programas de atendimento integral e multiprofissional em atividade nas redes públicas municipais de ensino no Brasil e mapear as bases legais que amparam os programas de atendimento integral e multiprofissional em escolas.

Como pode ser notado, foram tecidos, até este ponto, elementos que introduzem as discussões sobre este estudo, bem com o problema e objetivos da pesquisa. As próximas seções se organizam do seguinte modo: a segunda seção é voltada para a problematização e a compreensão do arcabouço legal que subsidia a implantação e o funcionamento de espaços de atendimento multiprofissional integral no contexto escolar. Já a terceira seção explicita a discussão teórica sobre trabalho multiprofissional e o conceito de integralidade relacionados à educação. Em seguida, na quarta seção, é descrito o método da pesquisa. Na quinta seção, consta a análise dos artigos científicos que expressam evidências que convergem para possibilidades de atendimento multiprofissional educacional. E, por fim, na sexta e última seção, são elaboradas as sínteses, lacunas e proposições dos achados desta pesquisa.

## **2 PROBLEMATIZAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ARCABOUÇO LEGAL**

Ao serem observados os indicadores nacionais relativos à educação, alguns dados chamam a atenção por expor fragilidades e desafios nos processos educacionais atuais. Sobre isso, destaca-se que, no Brasil, a cada 100 estudantes, 90 concluem os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental. Destes, 60,7% apresentam aprendizado adequado em português e 48,9%, em matemática. Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, a cada 100 estudantes, 76 concluem essa etapa da Educação Básica aos 16 anos. Destes, 39,5% têm aprendizado adequado em português e 21,5%, em matemática (CRUZ; MONTEIRO, 2019; AMARAL; MENUZZI; PINTO, 2021).

Ao analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 2019, os dados, quanto ao desempenho dos estudantes, demonstram a concretude dos desafios da educação nacional. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o IDEB observado foi de 5.9. Já nos anos finais, foi de 4.9. Esses dados assinalam lacunas formativas durante o Ensino Fundamental. Esse quadro tende a piorar no Ensino Médio, decaindo ainda mais a pontuação

para 4.2. O desempenho dos estudantes aponta para o desenvolvimento formativo em relação a áreas do conhecimento que viabilizariam a aptidão para lidar com os desafios da inserção no mercado de trabalho, no ingresso ao Ensino Superior e, conseqüentemente, incidem nas condições de empregabilidade (BRASIL, 2020).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o relatório produzido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2019, mais da metade dos brasileiros de 25 anos ou mais não completaram o Ensino Médio. Entre os principais motivos relacionados a essa evasão estão a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, está a gravidez (23,8%) e os afazeres domésticos (11,5%).

Esses dados expõem um cenário onde a inserção no mercado informal ocorre cada vez mais cedo, perpetuando assim um ciclo que dificulta a mobilidade social. Outro aspecto que chama a atenção é a variável falta de interesse associada à evasão. A falta de interesse tem sido um tema central de muitos estudos que buscam compreender quais os fatores que levariam ou contribuiriam para o surgimento de tal fenômeno. Dos aspectos relacionados ao desinteresse, atribuem-se a distorção idade-série, a ausência de planejamento da escola e a desmotivação do estudante. Este último aspecto merece atenção, tendo em vista que pode ser gerado pela ausência de suporte familiar, por debilidades na formação dos professores, que, por vezes, gera conflitos nas relações professor/aluno, estruturas escolares pouco atrativas, pelo estado de saúde do estudante e outras vulnerabilidades sociais. Isso sem considerar a interseccionalidade como uma característica recorrente (CAVENAGHI; BZUNECK, 2009; BIN, 2011; SHIRASU; ARRAES, 2016; PORTELLA; BUSSMANN; OLIVEIRA, 2017; DOS SANTOS, 2020).

Ao compreender a complexa rede que tece o cenário social no qual os estudantes estão circunscritos, torna-se salutar pensar em ações articuladas capazes de fornecer subsídios para a educação e seus atores, de modo a construir estratégias de enfrentamento dessas diversas demandas. A Constituição Federal de 1988 embasa a criação de políticas públicas para lidar com essas questões ao tornar a educação um direito de todos, dever do Estado e da família, gratuita, de qualidade, democrática, capaz de integrar a diversidade e de ter assistência de programas de alimentação e saúde (BRASIL, 2021).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que ordena a Educação Básica brasileira, estabelece que a educação tem por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, s. p.), sinalizando que a educação terá, em seu amago, a busca pelo pleno desenvolvimento do estudante. Além disso, se dispõe a oferecer igualdade de condições de permanência e atendimento ao aprendente em todas as etapas do

ensino básico por meio de programas diversos, incluindo de assistência e saúde. Também traz a necessidade da criação de padrões mínimos de qualidade em que são disponíveis insumos indispensáveis para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, além da garantia de alfabetização plena, atendimento educacional durante período de internação ou tratamento de saúde, e a busca permanente pelo zelo à frequência escolar (BRASIL, 1996).

Já a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe o Estatuto da criança e do adolescente e, portanto, determina o direito da criança e do adolescente e estatui a oferta de todas as oportunidades e facilidades que possam lhe proporcionar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Evidencia, ainda, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência por ação ou omissão de seus direitos. Dessa forma, a criança e o adolescente têm o direito à proteção à vida e a saúde, o que deve subsidiar políticas públicas de cuidado e amparo (BRASIL, 1990).

Por seu turno, as políticas públicas direcionadas à educação devem ser pensadas a partir de um olhar da política social, visando elaborar alternativas que deem conta das fragilidades e desigualdades que se interseccionam e permeiam a sociedade. Diversas ações e programas são construídos buscando contornar as demandas da educação, entre eles estão o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Bolsa Família. Estes programas contribuem para o combate às desigualdades sociais, mas não dão conta de toda diversidade de demandas apresentadas no ambiente escolar (BOULLOSA, 2014).

Reitera-se que as políticas de assistência social têm por objetivo prover os meios sociais para atender as necessidades básicas dos cidadãos. Desse modo, propõem-se a pensar na responsabilidade do Estado em relação aos direitos e à universalização deles, compreendendo que esses direitos integram, não só um processo de reconhecimento público da legitimidade das demandas, mas também, o chamado bem-estar social, que dá protagonismo ao cidadão (BRASIL, 1993).

A proteção social busca garantir as seguranças de sobrevivência, pensando rendimento e autonomia, segurança de acolhida e de convívio familiar, com um olhar na integralidade de atendimento das demandas e na integralidade de seus usuários enquanto cidadãos. Um exemplo de programa que tem esse objetivo é o Bolsa Família, que, em sua base, além de ofertar renda mínima para os cidadãos, aponta para a obrigatoriedade da presença da criança e do adolescente na escola e de manter-se atualizada a carteira vacinal dos mesmos (BRASIL, 1993).

A saúde também se constitui como direito de todos. É dever do Estado criar políticas públicas que promovam, protejam e recuperem a saúde. Além disso, o Estado é responsável por alocar recursos financeiros e promover o acesso universal e igualitário aos serviços públicos de

saúde. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que salienta o ordenamento legal do Sistema Único de Saúde, dispõe sobre a universalidade do atendimento e o direito à saúde. Além disso, sinaliza formas de como os serviços de saúde poderão ser ofertados. A integralidade, a universalidade e o trabalho multiprofissional são basilares desta norma (BRASIL, 1990; DA CUNHA 2019).

Em contínuo, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, discorre sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O texto delimita que essa modalidade de atendimento está voltada para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, estudantes com altas habilidades ou superdotação. O objetivo desse tipo de atendimento é proporcionar condições de acesso, participação e aprendizagem; além disso, garantir serviços de apoio especializado de acordo com as necessidades individuais dos estudantes (BRASIL, 2011).

O Programa Saúde na Escola (PSE) é também um programa pensado para atuar na educação de modo a contribuir para uma formação integral, propondo ações intersetoriais entre a saúde e a educação, promovendo a articulação de saberes e fortalecendo o enfrentamento de vulnerabilidades no campo da saúde, assegurando ações de atenção e cuidado com vistas a reduzir quaisquer riscos à saúde que possam comprometer o desenvolvimento escolar. Suas ações estão divididas em três componentes, a saber: avaliação clínica e psicossocial (componente I), promoção e prevenção à saúde (componente II) e formação (componente III). Suas ações de promoção da saúde e prevenção são relacionadas à segurança alimentar, práticas de cuidado com o corpo, educação para a saúde sexual e reprodutiva, prevenção de doenças, prevenção de abuso de substâncias, promoção da cultura da paz, prevenção das violências, promoção à saúde ambiental e sustentabilidade (BRASIL, 2011).

Apesar de possuírem relevância para o combate às desigualdades e promoção de cuidado, os Programas de Atendimento Especializado, de Saúde na Escola e do Bolsa Família apresentam lacunas em seu processo, demonstrando fragilidades de alcance e efetividade. Muitas vezes isso se dá em decorrência do baixo financiamento direcionado para esses programas. Porém, também têm sido discutidos aspectos relativos à percepção dos profissionais e gestores sobre o papel dos programas, sua estrutura e funcionamento (KASSAR; REBELO, 2011; PASIAN; MENDES; CIA, 2017)

Em alguns casos, os profissionais da educação e de saúde aplicam uma lógica clínico-assistencial para o atendimento realizado, o que não propicia a inclusão efetiva dos alunos. Em outros momentos, os processos educativos tornam-se superficiais e desinteressantes, não alcançando o público ou até mesmo insuficientes para gerar mudanças socioeconômicas

profundas (SILVA; BODSTEIN, 2016; SOTERO; CUNHOA; GARCIA, 2019; CATTELAN; BEZERRA; MELLO, 2020; RODRIGUES DE MEDEIROS, 2021).

Recentemente entrou em vigor a Lei nº 13.935/2019, que se propõe a oferecer atendimento multiprofissional, com a inclusão de Assistente Social e Psicólogo, nas escolas da rede municipal de ensino. A Lei discorre que as equipes deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. Essa Lei acena para a necessidade de atendimento multiprofissional nas escolas como estratégia para potencializar os processos de ensino e aprendizagem, indicando a relevância da atuação de profissionais distintos para atender as demandas da realidade escolar (BRASIL, 2019).

Com vistas a apresentação de sínteses - que ilustram os dispositivos legais explicitados após a problematização do quadro nacional que indicia a necessidade de políticas públicas para a promoção do atendimento integral dos estudantes brasileiros através do atendimento multiprofissional - insere-se a ilustração a seguir.

**Figura 1** – Dispositivos legais que deflagram o embasamento para a oferta de atendimento multiprofissional educacional.



Fonte: Autoria nossa, 2023.

A implementação de equipe multiprofissional não vinculada à educação especial no contexto escolar precede à Lei Federal nº 13.935/2019, pois, em nível municipal e estadual, já ocorriam ações que apontavam para a relevância dessa modalidade de atendimento. Bortolli; Volsi (2016) relatam a importância da presença de assistente social, de pedagogo e de psicólogo no ambiente das escolas paranaenses. Na discussão, as autoras apresentam o papel de cada um desses profissionais na construção de um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz e que

considere dimensões afetivas, comportamentais, cognitivas e sociais do desenvolvimento do estudante.

Como foi visto, a perspectiva do atendimento integral de crianças e adolescentes é percebida na Carta Magna brasileira e nos demais dispositivos que se relacionam com o cuidado com a saúde, assistência social e educação. Assim, as ações a serem propostas pelas políticas públicas têm lastro legal para a implementação destas, através da composição de equipes multiprofissionais. Entretanto, ao considerar os limites existentes nos saberes e atuações dos profissionais, a Lei Federal nº 13.935/2019 ainda é limitada principalmente ao considerar o alcance interventivo numa perspectiva integral. Assim, evidencia-se a necessidade da presença de outros profissionais para o atendimento na rede de educação.

### **3 MULTIPROFISSIONALIDADE E INTEGRALIDADE: CATEGORIAS TEÓRICAS E APLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO**

O trabalho multiprofissional pautado na integralidade pode ser visto hoje tanto no contexto da saúde, quanto no da assistência social e da educação. Vale ressaltar que foi no campo da saúde que a noção de trabalho multiprofissional surgiu. É deflagrado a partir dos avanços das noções de saúde e doença, do aumento da expectativa de vida e também da ocorrência de doenças crônicas, de práticas preventivas e do entendimento da relação de interdependência de múltiplos fatores para o estado de saúde. Os questionamentos aos modelos demasiadamente cartesianistas vigentes propuseram a tentativa de pensar uma outra forma de conceber a saúde. Surge, portanto, o modelo biopsicossocial, que tem por essência uma concepção integralista de saúde (PEDUZZI, 2001; VIANA; HOSTINS, 2022).

Uma equipe multidisciplinar é composta por profissionais com formação em diversas áreas do conhecimento sobre o ser humano, que, juntos, podem apresentar uma perspectiva mais ampla sobre a realidade do indivíduo estudado, que se dá, por vezes, através das discussões dos casos e da apresentação desses olhares, repousados em documentos e registros. É através desse trabalho colaborativo, entre múltiplos profissionais, que trocam saberes entre si, que é possível alcançar uma visão sistêmica do ser humano e quem sabe uma intervenção mais efetiva sobre as demandas apresentadas (DE SÁ *et al.*, 2021).

O trabalho multiprofissional pode ser descrito a partir de algumas características. Como ponto de partida, a comunicação é a expressão que sustenta essa forma de trabalho, que se manifesta tanto no falar, quanto no agir. As ações em equipe podem ser descritas pelo agrupamento de agentes ou pela integração de trabalhos. Esta última se tipifica pela

aproximação das noções de integralidade e de trabalho integrado. Como particularidades, o trabalho multiprofissional em saúde apresenta: comunicação intrínseca às práticas, projeto assistencial comum, diferenças técnicas entre trabalhos especializados, arguição da desigualdade dos trabalhos especializados, especificidades dos trabalhos especializados, flexibilidade da divisão do trabalho e autonomia técnica de caráter interdependente. Todas essas atribuições são pensadas no contexto da saúde, mas podem ser aplicáveis à educação (PEDUZZI, 2001; DA SILVA *et al.*, 2013; ARAUJO *et al.*, 2021).

Este trabalho se apoia numa perspectiva de integralidade dos sujeitos, em que se busca dar conta dessa integralidade por meio de ações pensadas conjuntamente entre equipes multiprofissionais. Desse modo, pensar o trabalho multiprofissional, sem ter uma noção de integralidade, torna inócua qualquer pretensão de boa prática. A integralidade pode ser entendida como uma percepção holística e ampla do indivíduo, das suas interrelações multifacetadas com a realidade que o atravessa, considerando o tempo/espaço que este sujeito ocupa e partilha, das suas necessidades intersubjetivas e seus direitos enquanto cidadão (SOUZA *et al.*, 2012; SILVA; COELHO, 2022; VIANA; HOSTINS, 2022).

Ao se pensar a integralidade como direito, é salutar considerar que a sua proposição é realizada, a princípio, por compreender-se como ação humanizadora daquele que é sujeito de cuidado. Assim, integralidade pressupõe não apenas uma perspectiva, mas, também, um conjunto de atitudes que visam acolher e atender o ser humano que sofre. Para tanto, são desenvolvidas competências forjadas em diálogos e práticas guiadas pelo respeito aos valores éticos, pela clareza de papéis para a tomada de decisão e pela comunicação efetiva entre saberes, entre sujeitos que possuem esses saberes e que estão carregados de suas subjetividades. Tudo isso movido pela noção da complexidade das necessidades humanas que são atravessadas por dimensões biológicas, sociais, emocionais, históricas e políticas (SILVA; COELHO, 2022; VIANA; HOSTINS, 2022).

Se, no campo da saúde, as explicitações descritas até aqui abarcam o campo de discussões, para a transferibilidade lexical ao campo da educação, cabe agregar, *a priori*, o sentido da palavra. Educação, etimologicamente, vem do verbo em latim *educare*, que tem um sentido de criar, nutrir, fazer crescer. Pode ser compreendido como “trazer à luz a ideia” ou filosoficamente fazer a criança passar da potência ao ato, da virtualidade ao ato (MARTINS, 2005).

A educação pode ser subdividida em educação formal, informal e não formal. A educação formal é construída dentro de ambientes organizados, com uma estrutura que se propõe a gerar qualificação profissional ou educacional. Ela se relaciona com as modalidades

de ensino parametrizadas no país. Já a educação informal acontece sem a marca da intencionalidade, sem um sistema de organização e padronização, pois se baseia em experiências e se constitui do saber cultural e social cotidianos. Finalmente, a educação não formal acontece de forma organizada e sistematizada, mas, de um modo geral, fora de ambientes do sistema de ensino. Seu processo de construção se dá colaborativamente e sua natureza política demarca numerosas práticas (PATRÍCIO, 2019; LIBÂNEO, 2022).

A educação carrega em si uma noção de integralidade, quando esta é compreendida na perspectiva da Constituição Federal de 1988, que diz que o objetivo da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa. A educação é também libertadora de determinismos, estimuladora de competências cognitivas e psicossociais, é um meio para a construção de um ideal de homem, de mundo e de modos de agir e é um processo de desenvolvimento multidimensional que considera qualidades humanas diversas, sejam elas físicas, morais, intelectuais e estéticas. Sendo orientada pela interação a partir da relação entre o ser humano e o seu meio social, é capaz de reconstruir a realidade ao repensá-la (VIANA, 2006; LIBÂNEO, 2017).

A Constituição cidadã de 1988, quando dispõe sobre políticas de saúde, de educação e de assistência social, apresenta, em seu texto, direcionamentos para práticas intersetoriais com o objetivo de potencializar a eficácia dessas políticas públicas. Diversas iniciativas intersetoriais foram propostas e estão em ação atualmente. Alguns exemplos já foram citados na seção anterior e, a eles, acrescem-se outros, como o Programa Criança Feliz. São programas que necessitam do esforço de múltiplas secretárias e profissionais para que sejam efetivos (SOUZA; DALBELLO-ARAUJO, 2021).

Compreender a importância do trabalho multiprofissional e a própria prática interdisciplinar é, portanto, um desafio para profissionais e para os usuários dos serviços de apoio. A busca por proposições de ações que eduquem quanto ao que é realizado no trabalho multiprofissional é salutar para tornar esse modo de trabalho potencializador para a concepção de estratégias integradoras e intersetoriais (ZANONI *et al.*, 2020).

#### **4 PERCURSO DA PESQUISA**

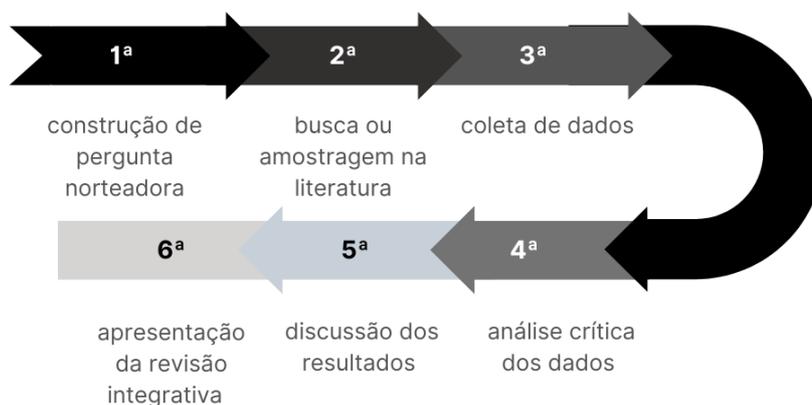
O presente estudo busca se debruçar sobre um fenômeno, compreendê-lo em profundidade e exaustivamente dentro do contexto no qual ele ocorre, tal como descrevem Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2006). Assim sendo, a pesquisa se desenha a partir de uma abordagem qualitativa para que seja possível o alcance efetivo do que se propôs a fazer.

Quanto ao tipo de pesquisa, identifica-se que o estudo está delineado em conformidade

com os estudos de natureza básica, descritivo. Em síntese, os estudos descritivos buscam apresentar dados sobre o fenômeno a fim de caracterizá-lo e compreendê-lo (GODOY, 1995).

Como procedimento de pesquisa, em um primeiro momento, foi feita uma revisão bibliográfica com o objetivo de levantar possíveis modelos de atendimento integral educacional nas redes públicas municipais. A revisão bibliográfica foi de natureza integrativa, que se caracteriza por ser uma pesquisa que busca sintetizar conhecimentos de estudos reconhecidamente significativos, com vistas ao levantamento de boas práticas ou modelos. Essa técnica de pesquisa é dividida em seis etapas: construção de pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos dados, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010), como ilustrado a seguir.

**Figura 2** – Etapas da revisão integrativa.



Fonte: Autoria nossa, 2023.

Os dados organizados foram coletados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ocorreu entre os meses de dezembro de 2022 e abril de 2023. Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos que apresentavam programas ou ações voltadas para o atendimento multiprofissional não estritamente vinculado à educação especial, mas que discutiam práticas integrais, que estão na base nacional de acesso gratuito e que foram produzidos nos últimos cinco anos. Além desses critérios, deveriam apresentar em seu título, resumo ou palavras-chave, os termos listados no quadro um. Como critérios de exclusão, foram retirados os estudos que não discutiam práticas multiprofissionais relacionadas à educação ou com a infância.

**Quadro 1** – Filtros aplicados na busca digital.

Termos	Filtros			
	Busca por termo	Busca por termo	Material	Idioma
Educação	Assunto	Contém	Todos os itens	Qualquer idioma
Atendimento multiprofissional	Qualquer campo	Contém	Todos os itens	Qualquer idioma
Atendimento interprofissional	Qualquer campo	Contém	Todos os itens	Qualquer idioma
Atendimento multidisciplinar	Qualquer campo	Contém	Todos os itens	Qualquer idioma
Atendimento interdisciplinar	Qualquer campo	Contém	Todos os itens	Qualquer idioma

Fonte: Autoria nossa, 2023.

Como consta na tabela um, foram encontrados quinhentos e oitenta e um artigos dos quais foram selecionados dezoito. Os artigos foram escolhidos a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Em seguida, foi realizada a leitura na íntegra dos artigos compilados e a partir daí foram selecionados sete artigos que falavam sobre o trabalho multiprofissional em atendimento com crianças e adolescentes.

**Tabela 1** – Frequência de trabalhos localizados, por descritores.

Descritores	Teses	Dissertações	Artigos	Total
Educação + Atendimento multiprofissional	0	0	86	86
Educação + Atendimento interprofissional/Atendimento multidisciplinar/ Atendimento interdisciplinar	0	0	495	495
Total				581

Fonte: Autoria nossa, 2023.

Salienta-se que na tabela um as expressões estão separadas por barras “/”, entretanto, no preenchimento dos itens de busca, entre uma expressão e outra, foi inserida a indicação alternativa de busca “ou”. Os critérios de busca detalhada e datação da coleta permitem a replicação da identificação dos dados localizados ou a atualização periódica da revisão integrativa.

Após identificação e organização dos trabalhos, os resultados foram detalhados em um roteiro de análise para a operacionalização das etapas quatro e cinco da revisão integrativa. Para a compreensão mais abrangente e profunda das bases legais que norteiam e viabilizam o atendimento integral nos municípios, as informações foram estruturadas de modo análogo aos artigos científicos, em documento próprio. Foram analisadas as seguintes bases legais: Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.069/1990, Lei nº 9.394/1996, Lei nº 13.935/2019, Decreto nº 2030/2012 (Manaus/AM), Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Educação – SME, nº 11/2020 (São Paulo/SP), Lei nº 394/2022 (Feira de Santana/BA), Resolução SEE nº 4.701/2022 (Minas Gerais). Nota-se que foram pesquisados dispositivos

legais municipais e estaduais que amparam o funcionamento de programas de atendimento multiprofissional, em que não se subscrevem ou restringem-se ao contexto da educação especial. Por fim, são apresentadas as relações entre as bases legais e as características dos programas de atendimento multiprofissional encontradas.

## **5 PROGRAMAS DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EDUCACIONAL: EXPERIÊNCIAS EM PERSPECTIVA**

Após introduzir a discussão que protagoniza este estudo, ainda na primeira seção, e problematizar os cenários em que está inserida uma parcela significativa dos escolares brasileiros, foram ressaltadas nesta pesquisa as bases legais e teóricas que fundamentam e tornam, portanto, viável a existência de experiências de atendimento multiprofissional educacional no território nacional. Na seção anterior, foram detalhados os procedimentos adotados na análise documental e bibliográfica, evidenciada por meio da revisão integrativa. Assim, neste ponto do artigo serão apresentados e analisados os resultados encontrados. Resgata-se que os dois objetivos que nortearam essa construção foram: levantar modelos de programas de atendimento integral e multiprofissional em atividade nas redes públicas municipais de educação no Brasil e, em seguida, mapear as bases legais que amparam os programas de atendimento integral e multiprofissional em escolas.

Para fins de análise e compreensão dos resultados, essa seção se desdobrou em três subseções. Inicialmente tratou da revisão integrativa e, em seguida, dos dispositivos legais nacionais, estaduais e municipais.

### **5.1 ESTUDOS PRECEDENTES COM VISTAS A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS PARA O ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EDUCACIONAL**

Como explicitado na seção quatro, dos quinhentos e oitenta e um artigos localizados após a inserção dos descritores: a) Educação + Atendimento multiprofissional; b) Educação + Atendimento interprofissional/Atendimento multidisciplinar/ Atendimento interdisciplinar, foram identificados dezoito artigos e, desses, sete atenderam os critérios de inclusão. Dos artigos selecionados para o estudo, o de Sampaio; Maldonade; Bagarollo (2018) cita um serviço realizado em Campinas-SP, que focava nas queixas escolares e prestava serviço de apoio a esses estudantes que apresentavam um amplo contingente de demandas. Entretanto, o estudo não se aprofunda na discussão sobre como o serviço é desenvolvido; foca em como as ferramentas de

triagem e encaminhamento criadas pelo serviço eram percebidas pelos profissionais tanto da educação, como da saúde.

Sampaio; Maldonade e Bagarollo (2018) apresentam, como contribuição, o fluxo de encaminhamento que possibilita um olhar integral sobre os estudantes atendidos pelo serviço. O projeto descrito pelos autores possui um guia com orientações do encaminhamento com critérios claros para a inclusão no serviço, em que há destaque para a discussão dos casos em reunião entre a equipe da rede de saúde e a equipe do serviço. Nessa reunião, eram discutidas as informações contidas em três fichas. A primeira ficha era voltada para o setor da saúde com a avaliação clínica, a segunda continha informações complementares da equipe de saúde e a terceira um protocolo de observação preenchido pela equipe escolar, o que possibilitaria uma discussão multiprofissional dos casos (SAMPAIO; MALDONADE; BAGAROLLO, 2018).

Os demais artigos em relevo tratam do atendimento educacional especializado focado em estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades. Dos seis artigos, o trabalho de Araújo *et al* (2019) discute o papel da articulação entre os professores do atendimento educacional especializado e os professores da sala de aula. Os autores discutem os papéis daqueles que atuam com as salas de recurso multifuncional e da relevância do diálogo constante entre profissionais. Nesse estudo, destaca-se a discussão da necessidade da criação de políticas públicas que incluam, no ambiente escolar, outros profissionais que possam contribuir para a realização do trabalho com os estudantes (ARAÚJO *et al.*, 2019).

As pesquisas retratadas por Paisan e Mendes (2019) e Da Silva Mansur; Fitaroni e Gomes (2020) abordam as salas de recursos multifuncionais. Em ambos os trabalhos são apresentados desafios que os professores têm à medida que realizam os encaminhamentos para os profissionais que trabalham nesses espaços. Os relatos assinalam para a ausência de conhecimento sobre critérios que levariam ao encaminhamento. Nos dois estudos é evidenciada a necessidade do atendimento multiprofissional para potencializar o trabalho realizado e de uma equipe com capacidade técnica para auxiliar nos processos de encaminhamento e atendimento dos estudantes. Como contribuição, o artigo de Da Silva Mansur; Fitaroni e Gomes (2020) apresenta características dos materiais que devem compor a sala de recursos, tais como: equipamentos e materiais pedagógicos, além de recursos de acessibilidade. Além disso, aponta que esses materiais podem ser obtidos através de doações e de recursos provindos da política pública Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Nos estudos de Lima; Figueiredo e Vechia (2018) e De Souza *et al* (2020) são discutidos aspectos sobre a articulação entre o trabalho realizado na saúde e na educação. Souza *et al*

(2020) apresentam a importância do enfermeiro na equipe escolar, mas evidencia os desafios que a educação tem enfrentado com a demora dos procedimentos e a falta de especialistas no campo da saúde. Segundo os autores, por vezes, o trabalho acaba sendo limitado pela falta da avaliação sobre a condição do estudante, o que gera limitações para pensar em estratégias de adaptação para o seu processo de aprendizagem.

Lima; Figueiredo; Vechia (2018) enfocam os Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi). Revelam que nesses espaços são desenvolvidas diversas ações, como oficina/grupo terapêutico, reuniões da equipe técnica, visita domiciliar, atendimento individual aos usuários e seus familiares, participação em assembleias e comemoração de datas festivas/mês. Entretanto, as ações são fragilizadas pela ausência de recursos humanos para desenvolvê-las. Nesse aspecto, é importante notar a desarticulação entre a secretaria de saúde e de educação, gerando sobreposição e sobrecarga nas atividades do CAPSi.

Lobão; Rocha e Nascimento (2021) explicitam as experiências de trabalho de uma psicóloga, uma assistente social e uma revisora de braile em Instituições Federais de Ensino, Ciência e Tecnologia de Sergipe. As autoras indicam a importância do atendimento multiprofissional para pensar ações efetivas de acolhimento e de desenvolvimento do estudante. São ressignificadas concepções e práticas profissionais e institucionais, enquanto mecanismos que podem fortalecer o combate e a prevenção da evasão, retenção e exclusão escolar. Como propostas de práticas, são descritas as atividades de orientação aos professores e equipe educacional e sensibilização da comunidade, visando garantir o acesso, permanência, acompanhamento e desenvolvimento de atividades que viabilizem o aprendizado dos estudantes.

Os artigos analisados durante a revisão integrativa indiciam outras informações concernentes aos métodos adotados para a construção de resultados e bases legais que fundamentam cada iniciativa retratada, dentre outros aspectos identificados nos trabalhos. Entretanto, considerando a especificidade dos objetivos deste estudo, as contribuições e foco de cada artigo ocuparam centralidade no processo de análise, sintetizado no quadro a seguir. Destaca-se, ainda, que outros quadros foram produzidos ao longo desta pesquisa e podem ser acessados nos apêndices do estudo que origina este artigo.

**Quadro 2** – Sínteses e excertos extraídos para análise da revisão integrativa.

<b>AUTORES</b>	<b>PROFISSIONAIS</b>	<b>ESPAÇOS</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES</b>
ARAÚJO, I. (2019)	Professor do Atendimento Educacional Especializado	Sala de Recursos Multifuncional	Realiza diálogo constante entre profissionais.
DA SILVA MANSUR, G.; FITARONI, M.; GOMES, G. (2020)	Assistente social Fisioterapeuta Fonoaudióloga Psicólogo Psicopedagoga	Sala de Recursos Multifuncional	Propõe uso de salas de recursos multifuncional e da criação de interlocuções para pensar ações conjuntas numa perspectiva interdisciplinar.
SAMPAIO, A.; MALDONADE, I.; BAGAROLLO, M. (2018)	Enfermeiros Médicos Psicólogos Terapeutas ocupacionais Odontólogo Fonoaudiólogo	Espaço Serviço-Saber Interdisciplinar em aprendizagem	Cria protocolo de encaminhamento escolar e da saúde para ser enviado para o centro de apoio. Cria critérios para a inclusão no serviço. Promove ações integradoras como a discussão dos casos entre os profissionais da saúde e da educação.
DE SOUZA, M. et al. (2020)	Enfermeiro Profissionais da educação Profissionais da saúde	Escola e Unidade de saúde da Família	Propõem maior articulação entre a saúde e a educação para o atendimento dos estudantes. Trata do papel da enfermagem na equipe multidisciplinar
LIMA, C.; FIGUEIREDO, S.; VECHIA, A. (2018)	Médicos, Enfermeiros, Psicólogos, Terapeutas ocupacionais, Fonoaudiólogos Assistentes sociais	CAPSi	Realização de oficina/grupo terapêutico, reuniões da equipe técnica, visita domiciliar, atendimento individual aos usuários e seus familiares, participação em assembleias e comemoração de datas festivas/mês.
LOBÃO, F.; ROCHA, F.; NASCIMENTO, A. (2021)	Pedagogo Assistente Social Intérprete de Libras Psicólogo Revisor de Braille Transcritor de Braille	Espaço do NAPNE nos Institutos Federais de Sergipe	Orientação aos professores e equipe educacional, sensibilização da comunidade, visando garantir o acesso, permanência, acompanhamento e desenvolvimento de atividades que viabilizem o aprendizado.
PASIAN, M.; MENDES, E.; CIA, F. (2019)	Professores Médico Psicólogos	Sala de Recursos Multifuncional	Sugere investimento em salas multifuncionais, atendimento educacional especializado, formação dos professores para lidar com as demandas dos alunos. Propõe a presença de outros profissionais vinculados à educação para auxiliar os professores no processo de avaliação ao cuidado com os estudantes. Propõe a criação de ações com a família para que participem do processo de inclusão escolar.

Fonte: Autoria nossa, 2023.

Após análise, sublinha-se que a demanda por suporte ou serviços suplementares àqueles que se restringem ao espaço escolar é suprida de diferentes formas, ainda que não haja linearidade ou uma sistematização que padronize as práticas de atendimento multiprofissional a ponto de perceber esses processos se repetindo de forma semelhante ou análoga. Em alguns

estudos, os atendimentos são realizados no espaço escolar; em outros, lança-se mão dos espaços vinculados às secretarias de saúde. Esses dados evidenciam ainda a importância da Lei nº13.935, que surge como resultado de um processo em construção e que, por seu turno, denuncia uma pauta pública necessária.

Nota-se que o foco em ações que se restrinjam aos escolares em condição de deficiência, transtornos, distúrbios ou dificuldades específicas de aprendizagem relacionadas aos aspectos intelectuais não excluem as demais demandas existentes e retratadas na segunda seção deste artigo. Esse dado evidencia a necessidade de programas, núcleos e/ou serviços legitimados através de políticas públicas, que contemplem a diversidade de demandas observadas nos cotidianos escolares e que incidem nos percursos das vidas dos estudantes.

## 5.2 ANÁLISE DAS LEIS FEDERAIS QUE SUBSIDIAM O ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL

Conforme descrito anteriormente, apesar da escassez de estudos sobre os programas de atendimento multiprofissional educacional que não estão vinculados estritamente à educação especial, já há algum tempo, municípios brasileiros têm implementado políticas públicas dessa natureza. Nessa perspectiva, três delas foram analisadas a partir das Resoluções e Decretos municipais, articulando com as Leis Federais que embasam a política em relevo. Dizendo de outro modo, foram selecionados três municípios de diferentes portes e macrorregiões do Brasil para representar o avanço dessas iniciativas. Além dos dispositivos legais municipais, foi identificada uma Lei Estadual que ampara o atendimento multiprofissional nas escolas.

O primeiro documento pesquisado e já citado foi a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205, Seção I, Capítulo III, apresenta a educação, primeiramente, como um direito de todos e dever do Estado e da família. Um ponto importante que se destaca é como a Constituição apresenta um conceito do papel da educação como sendo o “pleno desenvolvimento da pessoa” (BRASIL, 1988, sp.). A Constituição tem seu impacto evidenciado como documento que indica a garantia de direitos à educação e trata do financiamento desta. Nesse aspecto, é importante ressaltar que ao longo deste estudo evidenciou-se o papel de equipes multiprofissionais para o desenvolvimento integral dos estudantes, o que, por conseguinte, contribui para a garantia desse direito (DA CUNHA, 2019; ZANONI *et al.*, 2020; RODRIGUES DE MEDEIROS, 2021).

A segunda Lei analisada foi do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990. Similar à Constituição cidadã, a Lei apresenta o direito da criança e do adolescente ao

desenvolvimento pleno de suas atividades, através do acesso a todas “as oportunidades e facilidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social” (BRASIL, 1990, sp.). Além de reafirmar um direito, o aparato legal estabelece meios para a fiscalização e acompanhamento dos serviços voltados para a infância, reafirmando o que foi discutido até aqui sobre a importância de políticas públicas que estabeleçam modos de trabalho multidisciplinar que tenham como objetivo o desenvolvimento integral da criança e do adolescente (PEDUZZI, 2001; VIANA; HOSTINS 2022).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, também aponta para a relevância do cuidado integral do estudante. Ela reafirma o que a Constituição de 1988 apresenta sobre o pleno desenvolvimento. Essa Lei direciona o financiamento, incentiva a fiscalização e acompanhamento de políticas públicas educacionais, além de determinar as modalidades de ensino e subsidiar a criação de ações que ofertem serviços de estimulação ao aprendizado e ao desenvolvimento pleno. Seu papel consiste em contribuir para que sejam assegurados direitos, assim como estabelecer o funcionamento de instituições educacionais.

Para síntese, no quadro três, são destacados aspectos concernentes aos dispositivos citados até este ponto e a Lei nº 13.935/2019, discutida ao final desta subseção.

**Quadro 3** – Elementos de análise documental dos dispositivos legais federais.

DISPOSITIVO LEGAL	EXCERTO	ARTICULAÇÃO TEÓRICA	SÍNTESE DOS IMPACTOS	ATUAÇÃO
Constituição Federal de 1988.	Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	Uso do termo Pleno está associado à integralidade do desenvolvimento, o mesmo termo aparece associado à saúde (BRITO-SILVA; BEZERRA; TANAKA, 2012).	Impacto sobre o financiamento da educação, garantia de direitos.	A união assume a função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros	A Lei utiliza o termo integral, e descreve dimensões diversas que podem ser desenvolvidas. Iniciativas municipais de atendimento interprofissional	Impacto sobre a criação, fiscalização e acompanhamento de políticas públicas de atendimento integral.	O Estado se responsabiliza e atribui responsabilidade a outras entidades para o cuidado e o acesso a oportunidades de desenvolvimento

	meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.	foram criadas com o intuito de assegurar esse desenvolvimento (DE PAULA SAMPAIO; MALDONE; BAGAROLLO, 2018).		pleno da criança e do adolescente.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	A Lei De Diretrizes e Bases Da Educação, assim como a Constituição, apresenta o termo “pleno” para apontar para a integralidade, estimulando o diálogo entre profissionais diversos para atuarem na educação com vistas ao pleno desenvolvimento (SOUZA; DALBELLO-ARAÚJO, 2021).	Impacto sobre o funcionamento da educação em suas mais diversas modalidades e da oferta de serviços de amparo que estimulem o desenvolvimento pleno.	Esta lei direciona o financiamento, incentiva a fiscalização, e acompanhamento, determina as modalidades de ensino e subsidia a criação de ações que ofertam serviços de estimulação ao aprendizado e ao desenvolvimento.
Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.	§1º - As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.	A oferta de atendimento multiprofissional nas escolas apresenta vantagens para o desenvolvimento do estudante ao considerarem dimensões afetivas, comportamentais, cognitivas e sociais (BORTOLLI; VOLSI, 2016).	A Lei estabelece a inserção de equipe multiprofissional dentro do ambiente escolar. Essa articulação favorece para o desenvolvimento pleno do educando.	Atua, incentivando os municípios a criarem espaços de atendimento multiprofissional (Psicólogo e Assistente social) dentro do ambiente escolar, potencializando o papel da escola como instituição.

Fonte: Autoria nossa, 2023.

A última Lei Federal analisada foi a Lei nº 13.935/2019, que estabelece a inserção de equipe multiprofissional no ambiente escolar. A equipe apresentada na referida Lei é composta por Psicólogo e Assistente Social. Ambas as categorias discutem há anos os seus papéis na educação, sendo esta inclusive um campo do conhecimento dessas ciências. O papel dessa Lei é de atuar, incentivando os municípios a criarem espaços de atendimento multiprofissional dentro do ambiente escolar, potencializando o papel da escola como instituição. Essa articulação favorece o desenvolvimento pleno do educando. Entretanto, como vimos anteriormente, a complexidade das demandas cotejadas no ambiente escolar pode extrapolar a

atuação desses profissionais, o que poderia demandar a presença de outros profissionais nos espaços escolares (LIMA; FIGUEIREDO; VECHIA, 2018; DE SOUZA *et al.*, 2020; LOBÃO; ROCHA; NASCIMENTO, 2021).

Como foi visto ao longo das análises dos aparatos legais, o contraste entre a natureza do que se entende como educação segundo a Constituição e aquilo que os dispositivos legais apresentam como proposta para uma atuação integral é grande. Essa análise evidencia a necessidade de gestores públicos que compreendem a importância do serviço multiprofissional, a necessidade de investimento para este serviço, que garanta, uma infraestrutura, sistematização da oferta e democratização/ostensividade do serviço para a educação.

### 5.3 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS LEGAIS DAS ESFERAS ESTADUAL E MUNICIPAL

Ao analisar as Leis, Resoluções e Decretos municipais é possível notar algumas características que retratam um processo de aperfeiçoamento da criação de políticas públicas. O primeiro dispositivo legal analisado é o Decreto nº 2030/2012, que regulamenta a Lei nº 1556/2011 de Manaus-AM. A Lei cria um Centro de Atendimento Sociopsicopedagógico Municipal. Além disso, regula seu funcionamento e atribuições, porém não descreve as atribuições dos profissionais que compõem o quadro. Os profissionais estão vinculados à Divisão de apoio à Gestão escolar e à Secretaria Municipal de Educação (SEMED). O quadro de profissionais é composto por: Psicólogo, Pedagogo, Psicopedagogo, Assistente Social e Fonoaudiólogo. A Lei determina que o titular, por meio de portaria, estabelecerá rotinas, protocolos e procedimentos. Este último ponto é relevante ao concentrar na Secretaria de Educação os modos como o Centro poderá funcionar. Finalmente, não são estabelecidos modos de avaliação da política pública apresentada, nem modos de acompanhamento.

É salutar avaliar uma política pública para que de fato se verifique seus impactos e possibilidades de implementação, com vistas as dimensões de efetividade, eficácia e eficiência. Partindo da definição de Dias Sobrinho (2008, p. 193), a “avaliação é produção de sentidos, prática social, portanto, intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos”, [...] sendo incumbida “de construir as arenas de discussão e valoração a respeito dos processos, contextos, produtos, objetivos, procedimentos, estruturas, causalidades, metas de superação, condições de produção das atividades educativas, sentidos e impactos na formação dos cidadãos e na construção da sociedade democrática” (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 194).

O segundo dispositivo analisado foi a Instrução Normativa da Secretaria Municipal de

Educação (SME), nº 11/2020, da cidade de São Paulo-SP. A Instrução Normativa busca reorganizar o Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA). O documento descreve o papel e a natureza do Núcleo e seus objetivos. Os profissionais que compõem o NAAPA são Psicólogos escolares, Psicopedagogos institucionais e Coordenador de equipe. O documento apresenta um fluxo de atendimento para nortear as práticas e descreve os modos de contratação, avaliação dos profissionais e locais de oferta do serviço. Vale destacar que o modelo de avaliação apresentado é vertical, o que torna pouco democrática a avaliação, pois não integra a participação da população usuária da política.

A terceira Lei municipal avaliada é a Lei nº 394/2022, de Feira de Santana-BA, que objetiva “assegurar a oferta regular de atendimento profissional de Psicologia e de Serviço Social às comunidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino”. Ela determina que esses profissionais estarão vinculados à Secretária de Educação do município e delimita o espaço onde o serviço será ofertado, a saber, o Centro Interprofissional de Atendimento Educacional Professora Marizete Santana Bastos (INTEREDUC). São estabelecidos critérios de distribuição dos profissionais e quantidade mínima de profissionais por escola. Também são evidenciados modos para a construção do planejamento docente, monitoramento e a avaliação das intervenções. Destaca-se que os profissionais serão avaliados por uma equipe multiprofissional diretamente vinculada à Secretaria Municipal. Não são apresentados fluxos de atendimento, o modo como ele será construído e não são descritos os papéis ou funções desses profissionais no ambiente escolar.

Também, foi analisada a Resolução Estadual da Secretaria de Estado Adjunta de Educação, nº 4.701/ 2022, de Minas Gerais. A Resolução descreve os objetivos dos núcleos e modos como eles funcionarão, além de descrever os papéis de cada profissional. Ressalta que os núcleos não serão implementados em todos os municípios, pois serão priorizados municípios com maior quantitativo de escolas e maior incidência de situações de violação de direitos. Além disso, expõe que os profissionais irão trabalhar de modo itinerante, deslocando-se para as escolas onde eles irão atuar em diferentes momentos. As proposições apresentam modos como os profissionais devem atuar e aquilo que não devem fazer. Entretanto, no documento não consta os modos como a política poderá ser avaliada, nem monitorada pela população. Consta na Resolução a possibilidade da construção de documentos complementares, o que indicia processos de implementação da política.

Assim como no quadro três, o quadro seguinte apresenta a síntese da análise dos dispositivos legais discutidos nesta subseção.

**Quadro 4** – Elementos de análise documental dos dispositivos legais municipais e estaduais.

DISPOSITIVO LEGAL	EXCERTO	ARTICULAÇÃO TEÓRICA	SÍNTESE DOS IMPACTOS	ATUAÇÃO
Decreto nº 2030/2012 - Regulamentação Lei nº 1556/2011 (Manaus-AM)	Art. 2º - O Centro Municipal de Atendimento Sociopsicopedagógico (CEMASP) operacionalizará o Programa de Atendimento Sociopsicopedagógico, desenvolvendo-o para amenizar os problemas encontrados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, por meio de ações preventivas e de intervenções específicas das diversas áreas de atuação.	A presença de múltiplos profissionais na educação possibilita o desenvolvimento pleno do estudante, além disso, oferece o suporte para orientar educadores e familiares nas melhores estratégias de cuidado e amparo com o educando. (PAISAN; MENDES; CIA, 2019).	Redução do abandono e ou do afastamento escolar, motivação à frequência do educando, melhoria da qualidade das relações dentro do ambiente escolar, orientação às famílias sobre os cuidados com a criança e com o adolescente.	Cria um Centro de atendimento sociopsicopedagógico municipal. Regula seu funcionamento e atribuições dos profissionais das seguintes áreas: Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia, Serviço Social e Fonoaudiologia.
Instrução Normativa Secretarial Municipal de Educação – SME, nº 11/2020 (São Paulo-SP)	Art. 4º - O NAAPA, cujo atendimento visa assegurar os direitos fundamentais e o cuidado integral dos bebês, crianças e adolescentes e possibilitar o acesso e permanência na Unidade Educacional.	Propor ações intersetoriais entre secretarias auxilia na disponibilidade de recursos humanos para a realização do trabalho. Além disso, diversas ações podem ser desenvolvidas de forma mais efetiva. (LIMA; FIGUEIREDO; VECHIA, 2018)	Atuação Intersetorial no atendimento de demandas. Capacitação de gestores, equipe escolar e familiares. Atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade. Impacto sobre a permanência do estudante na escola, sobre o atendimento domiciliar, sobre o desempenho do estudante na escola.	Ter uma equipe que pode realizar atendimento, desenvolvimento de estratégias, recursos e práticas pedagógicas, Atuar na formação da equipe escolar. Produzir estudos para discussão com equipe escolar, secretarias e representantes da sociedade civil. Apresenta fluxo de funcionamento - escola emite documento de encaminhamento para o Núcleo (Composto por Psicólogo e Psicopedagogo) e o mesmo, após análise do caso, inicia acompanhamento.
Lei nº 394/2022 (Feira de Santana-BA)	Art. 2º - Cada escola da Rede Pública Municipal de Ensino deverá contar, no mínimo, com 01 Psicóloga (o) e 01 Assistente Social.	A Lei Municipal é coerente com a Lei Federal nº 13.935/2019. Coadunam com as práticas dos profissionais que são subsidiados por seus conselhos federais.	Promoção da saúde, a garantia do acesso e da permanência na escola, a gestão democrática e a qualidade da educação.	Não descreve as formas de atuação detalhadas.

		(ALMEIDA <i>et al.</i> , 2012; BERTASSO; DOS ANJOS, 2023).		
Resolução SEE nº 4.701, DE 14 DE JANEIRO DE 2022. (Minas Gerais)	Art. 2º - Os núcleos constituídos pelos Psicólogos e Assistentes Sociais deverão desenvolver ações que cooperam para o processo de ensino-aprendizagem, auxiliam as escolas no desenvolvimento do processo pedagógico com o objetivo de prevenir e minimizar os problemas educacionais, assim como orientar a equipe gestora na mediação de conflitos, contribuindo com os encaminhamentos necessários a um ambiente adequado para aprendizagem.	O processo de incorporação do psicólogo e do assistente social no ambiente escolar é deveras importante, entretanto esse processo ainda é gradativo e não linear. O papel desses profissionais na educação é amplo e favorece a um olhar mais integral das práticas educativas (DE FREITAS, 2022; MENEZES, 2022).	Prevenção e minimização de problemas educacionais, orientação à equipe gestora na mediação de conflitos. Descrição das práticas do Psicólogo e do Assistente Social no ambiente escolar. Processo de distribuição dos profissionais por escola.	Os profissionais atuarão de forma conjunta e individual. Em conjunto, irão analisar o cenário escolar, propor ações adequadas às demandas, participar da construção dos projetos políticos pedagógicos, incentivar a participação dos estudantes nas atividades escolares, formação dos profissionais da educação e estimular a participação da família na escola.

Fonte: Autoria nossa, 2023.

Outrossim, foram percebidas lacunas, tais como: a não descrição de como a atuação dos profissionais será realizada, a ausência de uma concepção multiprofissional integral que proponha profissionais distintos, a ausência de estratégias de avaliação e monitoramento das ações, ausência de descrição de estratégias de seleção e contratação de pessoal, a ausência de propostas interventivas voltada para as famílias e a comunidade. Em todas as Leis Municipais apresentadas, mesmo aquelas mais recentes não apresentam, com clareza, todos os mecanismos para o bom funcionamento da política pública. Entretanto, a criação dessas Leis evidencia que o trabalho de equipes multiprofissionais vinculado à educação tem ganhado espaço nas agendas públicas e, como aponta Garcia (2020, p. 22), “o modo como o enfretamento do problema será abordado, por si só, assinalará a intencionalidade de tratamento, resolução e lugar na agenda governamental”. Entretanto, como foi percebido ao longo do estudo, existem outros profissionais que podem contribuir para que a educação atinja o objetivo de desenvolvimento pleno dos estudantes. Nas Leis, não são pensados profissionais como Enfermeiros, Fisioterapeutas, Terapeutas ocupacionais, entre outros, que foram citados ao longo desta pesquisa. Destarte, faz-se necessário pensar a Lei para viabilizar a sua aplicabilidade e alcançar os objetivos desejados.

## 6. CONTÍNUOS DESSA DISCUSSÃO

Conquanto seja ponderado o objetivo geral deste estudo, foi possível perceber, nas bases legais, a presença da integralidade, compreendida como direito da criança e do adolescente. Ressaltou-se o objetivo da educação de proporcionar e alcançar o pleno desenvolvimento dos aprendentes. Nas publicações científicas, ficou evidenciada a importância do trabalho multiprofissional no contexto educacional para que sejam atendidas as complexas demandas da educação formal.

Considerando o primeiro objetivo específico - levantar modelos de programas de atendimento integral e multiprofissional em atividade nas redes públicas municipais de ensino no Brasil - nota-se que não foram encontrados estudos que discutiam o atendimento multiprofissional educacional não vinculados à educação especial. Mas foi possível perceber aspectos relevantes quanto ao trabalho multiprofissional que são, por seu turno, imprescindíveis para o estabelecimento de boas práticas, tais como: interlocução entre secretarias municipais, diálogo constante entre profissionais, implementação de espaços adequados para os atendimentos e ações de conscientização da comunidade para a necessidade do trabalho.

No que tange ao segundo objetivo específico - mapear as bases legais que amparam os programas de atendimento integral e multiprofissional em escolas - foi explicitado que as bases legais amparam os programas de atendimento multiprofissional, porém notaram-se lacunas nesses documentos, que, por conseguinte, podem dificultar a execução adequada das práticas.

Dos aspectos que chamaram a atenção, está a dificuldade para se encontrar documentos públicos relativos à implantação de núcleos multiprofissionais, uma vez que foi observado que, nas fontes pesquisadas, as prefeituras anunciavam a implantação da política, mas não apresentavam nenhum documento relativo ao seu funcionamento.

Diante dessa constatação é importante salientar o seguinte:

- 1- Muitos órgãos públicos, pertencentes às esferas administrativas distintas, não têm sedimentada a cultura do registro e da publicidade das ações públicas, através dos seus canais de comunicação oficiais, a exemplo de sites institucionais, o que dificulta o acesso aos serviços e o controle social por parte da população.
- 2- A depender da área na qual são desenvolvidas ações e ou programas, os servidores não manifestam o interesse, quiçá possuem conhecimentos para a realização de pesquisas. Caso tivessem, se colocariam a sistematizar, a refletir e a discutir os dados que emergem do contexto da prática profissional, resultando em artigos de relatos de experiência e ou em artigos de periódicos, decorrentes das pesquisas sobre a

realidade institucional. Ações como essas têm a possibilidade de tornar públicos os serviços e ou políticas concebidas pelos órgãos públicos aos seus cidadãos.

- 3- Órgãos de diferentes esferas publicas desenvolvem ações e ou promovem serviços aos seus usuários, no entanto, não criam os marcos regulatórios, a exemplo de resoluções, orientações normativas etc., seja para legitimá-los, seja para procedimentalizar as suas atividades, bem como descrever as atribuições dos diferentes atores e profissionais.

A ausência de estudos sobre o atendimento multiprofissional educacional que expanda a compreensão de demanda para além da educação especial foi percebida como um dos dados mais relevantes da pesquisa. Isso indicia o desafio de novas pesquisas que extrapolem os resultados já levantados. Evidencia também a necessidade de construção de pesquisas no campo das políticas públicas que avaliem a implantação e execução de políticas dessa natureza.

Os documentos apresentam, em numerosas circunstâncias, lacunas sobre os papéis e atribuições dos profissionais vinculados à equipe multiprofissional. Em especial a lei 13.935/19, que se propõe a ser uma lei inovadora, mas que demonstra fragilidades que inviabilizam a implementação de uma política eficaz por não possuir instrumentos que norteiam os processos de implementação, monitoramento e avaliação. Isso sem contar com a baixa variabilidade de profissionais associados a lei, que se propõem a atuar com equipe multiprofissional, mas que assinala apenas dois profissionais.

Assim, ter instrumentos norteadores de boas práticas para a implantação, avaliação e monitoramento de uma política pública permitem o seu fortalecimento, na medida em que é possível acompanhar todas as etapas e notar concretamente seus efeitos para a sociedade. Isso ainda incentiva o poder público a dar sustentação para a continuidade do serviço, além de gerar o efeito de pressão social para a permanência e expansão dessas políticas.

Finalmente, este estudo apresentou, em sua construção, um cenário que reivindica do Estado Brasileiro, cuidados. A educação demarcada por abandonos e baixos desempenhos é uma realidade que se perpetua em forma de ciclos e que não indicia o alcance de um dos objetivos da educação sublinhado nesse estudo: levar ao pleno desenvolvimento. No artigo 4, inciso 9º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), é explícito o compromisso do Estado com a educação. O texto estabelece padrões mínimos de qualidade, porém, de forma perversa esses compromissos são quebrados e se desdobram no cenário de descaso e penúria que se ancora em políticas de teto de gastos, defendido por parlamentares que não assumem o compromisso político-educativo com a nação a qual representam.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2006.

AMARAL, N. V.; MENUZZI, S. M. G.; PINTO, M. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020 e sua Relação com as Políticas Educacionais. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://ceeinter.com.br/ojs3/index.php/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/40>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

ARAÚJO, L. V. do N. et al. **Equipe multiprofissional e relações interprofissionais em uti: estratégias para melhoria do processo de trabalho em um hospital público**. 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/9446/1/Equipe%20multiprofissional%20e%20rela%20c3%a7%20b5es%20interprofissionais%20em%20uti%3a%20estrat%20c3%a9gias%20para%20melhoria%20do%20processo%20de%20trabalho%20em%20um%20hospital%20p%20c3%bablico..pdf>. Acesso em: 08 de abr. de 2023.

BATISTA, É. S. D.; COELHO, L. A. DESAFIOS PARA ATUAÇÃO DO NÚCLEO EDUCACIONAL DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL ESPECIALIZADO (NEAME) NO MUNICÍPIO DE ITAPEBI-BA. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 7, n. 7, 2019. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/8348>. Acesso em: 12 de abr. de 2023.

BIN, A. C. Como explicar a 'falta de interesse' dos alunos? **Encontro: Revista de Psicologia**, v. 14, n. 20, p. 117-133, 2011. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/renc/article/view/2510>. Acesso em 12 de ago. de 2021.

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/actascieduc/article/view/17497>. Acesso em: 05 de jan. 2023.

BORTOLLI, M. C. R.; VOLSI, M. E. F. Equipe multiprofissional no ambiente escolar: perspectivas e contribuições para o desenvolvimento dos alunos. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, 2016**. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_gestao\\_uem\\_morganaclararosabortolli.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_gestao_uem_morganaclararosabortolli.pdf). Acesso em 16 de abr. de 2023.

BOULLOSA, R. de F. Políticas públicas (verbete). In: BOULLOSA, R. de F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 144-148.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. Brasiliense, 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_basica\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf). Acesso em: 03 de mar. de 2023.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 02 de jun. de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm). Acesso em: 20 de jul. de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 18 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. **Passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersectorialidade**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, Série C. 2011. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passo\\_a\\_passo\\_programa\\_saude\\_escola.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passo_a_passo_programa_saude_escola.pdf). Acesso em: 18 de abr. 2023.

BRUNO, M. M. G.; NOZU, W. C. S. Política de inclusão na educação infantil: avanços, limites e desafios. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 687-701, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12199>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

CAMELO, M. G. dos S. **A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva em municípios do Maranhão: limitações e contribuições**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: <http://repositorio.uema.br/jspui/handle/123456789/1676>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

CATTELAN, R.; BEZERRA, F. M.; DE MELLO, G. R. Avaliação da eficiência do programa Bolsa Família nos municípios do Paraná. **Administração pública e gestão social**, ed. 12, v. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5573>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

CAVENAGHI, A. R. A.; BZUNECK, J. A. A motivação de alunos adolescentes enquanto desafio na formação do professor. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2009. p. 1478-1489. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/1968\\_1189.pdf](https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/1968_1189.pdf). Acesso em: 12 de ago. de 2021.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2019. Disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/302.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf). Acesso em: 10 fev. 2023.

DA CUNHA, A. L. A integralidade do direito à saúde na visão do Supremo Tribunal Federal. **Revista de Direito Sanitário**, v. 20, n. 1, p. 167-184, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/164214/157589>. Acesso em: 18 de abr. de 2023.

DA SILVA, P. A. et al. Atuação em equipes multiprofissionais de saúde: uma revisão sistemática. **ConScientiae Saúde**, v. 12, n. 1, p. 153-160, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/saude/article/view/3987/2474>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

DA SILVA, N.; COELHO, F. de N. Atendimento pedagógico domiciliar e classe hospitalar: aspectos teóricos, legais e práticos. In: FURLEY, Ana Karyne; PINEL, Hiran; RODRIGUES, José Raimundo. **Educação Hospitalar como direito de crianças e adolescentes e como política integrativa**. Itapiranga: Schreiber, 2022. cap. 6, p. 100-117. ISBN 9786554400039.

DE CARVALHO, M. P. Interseccionalidade: um exercício teórico a partir de uma pesquisa empírica. **Cadernos de pesquisa**, v. 50, n. 176, p. 360-374, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/wGNGd5vGxL9jNDMvTn4wkdH/?lang=pt>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

DE SÁ, S. C. M. et al. Desafios e potencialidade da atuação da equipe multiprofissional na atenção primária em saúde. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 11, n. 61, p. 4918-4929, 2021. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1200>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

DOS SANTOS, J. A. Reflexões sobre a evasão escolar: uma problemática na educação brasileira. **Revista Teias**, v. 21, p. 260-270, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/41951>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

DIAS, É.; PINTO, F. C. F. **Educação e sociedade**. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/MGwkqfpmJsgjDcWdqhZFks/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 de dez. de 2022.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação: Revista da avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, p. 193-207, 2008.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Editora Paz e terra, 2014. p. 17-20.

GARCIA, R. P. M. **Avaliação de políticas públicas: concepções, modelos e casos**, 2020. p. 21-36.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgmnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de abr. de 2023.

KASSAR, M. de C. M.; REBELO, A. S. O “especial” na educação, o atendimento

especializado e a educação especial. **Seminário nacional de pesquisa em educação especial. Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**, v. 4, 2011. Disponível em: <http://ppeeef.ufms.br/wp-content/uploads/2015/02/M%C3%B4nica-Kassar-E-Andressa-Rebello-SNPÉE.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2017. p. 22-23.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 1ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. p.58-65

LURIA, A. R. O cérebro humano e a atividade consciente. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 12. ed. São Paulo: Ícone, 2012. p. 191-228.

MARTINS, E. S. A etimologia de alguns vocabulários referentes à educação. **Olhares & Trilhas**, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Daniela%20Reis/Documents/FELIPE/MESTRADO%20UFRB/PROJETO%20ODE%20PESQUISA/DISSERTA%C3%87%C3%83O/Artigo%201/admin,+O&T-2009-37.pdf>. Acesso em: 18 de abr. de 2023.

MAZETTO, D. F. et al. Programa saúde na escola: possibilidades e desafios na perspectiva da residência multiprofissional em saúde. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 7, n. 2, p. 256-262, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497959129002/497959129002.pdf>. Acesso em: 16 de abr. de 2023.

MENDES, E. G.; SONZA, A. P.; VILARONGA, C. A. R. Os NAPNEs e o plano educacional individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial**, v. 33, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/52842>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

PATRÍCIO, M. R. Educação formal, não formal e informal. In: BRITES, M. J.; AMARAL, I.; SILVA, M. T. da. **Literacias cívicas e críticas: refletir e praticar**. 2019. Disponível em: [https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/19887/3/MRP-ED\\_F\\_NF\\_I.pdf](https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/19887/3/MRP-ED_F_NF_I.pdf). Acesso em: 18 de abr. de 2023.

PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Aspectos da organização e funcionamento do atendimento educacional especializado: um estudo em larga escala. **Educação em Revista**, v. 33, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/S3bw9vdchLpkJ8yTN6V5HcB/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, p. 103-109, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/PM8YPvMJLQ4y49Vxj6M7yzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de mar. de 2023.

PORTELLA, A. L.; BUSSMANN, T. B.; OLIVEIRA, A. M. H. de. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. **Nova economia**, v. 27, p. 477-509, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/tSsm5bXV3KNmvhC9tRNJv4h/?lang=pt>. Acesso em: 10 de

abr. de 2023.

RODRIGUES DE MEDEIROS, E. et al . Ações executadas no Programa Saúde na Escola e seus fatores associados. **av.enferm.** Bogotá, v. 39, n. 2, p. 167-177, 2021. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-45002021000200167&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002021000200167&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 de abr. de 2023.

SANCHEZ, D. Atendimento educacional especializado: A prática colaborativa multiprofissional. **Educação: inclusão ou exclusão? Concepções e práticas**, p. 92, 2019.

SANTOS, T. F. dos; SILVA, J. F. da; NASCIMENTO, M. B. da C. PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: contribuições e limites na perspectiva dos professores. **VII Simpósio Internacional de Educação e Comunicação (SIMEDUC)**, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8855/2/ProgramaSaudeEscola.pdf>. Acesso em: 16 de abr. de 2023.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. de A. Determinantes da evasão e repetência escolar. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, v. 43, 2016. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files\\_I/i12-85f3c3774c3d65741cb278e01e61db39.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i12-85f3c3774c3d65741cb278e01e61db39.pdf). Acesso em 15 de abr. de 2023.

SILVA, D. V. Diálogos sobre escola e diferença: uma perspectiva interseccional sobre o cotidiano escolar. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 3, n. 1, p. 154-169, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/29531>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

SILVA, C. dos S.; BODSTEIN, R. C. de A. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1777-1788, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5QXfQJVsrDVPZY9WwDhmT8z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

SOUZA, M. da C. O.; DALBELLO-ARAUJO, M. Intersetorialidade entre as políticas de saúde e assistência social: possibilidades e limites. **Libertas**, v. 21, n. 2, p. 632-652, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32589/23318>. Acesso em: 18 de abr. de 2023.

SOUZA, M. T. DE.; SILVA, M. D. DA.; CARVALHO, R. DE. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102–106, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt#>. Acesso em: 18 de abr. de 2023.

SOTERO, M. da C.; CUNHA, E. B. J.; GARCIA, V. A. EDUCAÇÃO INTEGRAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: COMO ESSAS POLÍTICAS SÃO IMPLEMENTADAS AO MESMO TEMPO?. **Cadernos CEDES**, v. 39, p. 237-250, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/qTB6yYF7WnVZG3yBb66YFSs/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

VIANNA, C. E. S. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. **Revista Janus, Lorena**, v. 3, n. 4, 2006. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58716873/CONC.EDUCACAO->

libre.pdf?1553647803=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCONC\_EDUCACAO.pdf&Expires=1681838119&Signature=AlfWEtecEzmxhkkto18hAcIM-nfKyTaXvtOhtJn07Ngkbrwbmr1HMdsMv8YOGYS1cUVVcEIjOc2jzvqaHaUKK9bVGEYuLzLmpUVvm3EqTIRMvpzNF6syBp-HAWgYmpl76sDFLWBOINUUS9VADGnlrEPRF4TgHaKr-9sXF24vQv9jRBd4Pt73plLb3FNDZp7lyHgraQouRklD3LihGcW3lpBykHLK~Syl6a-mk7SecEoZoFLS3NNlqUQEWtRAhU3zbgBZGKA0ANsTj5qHidmY1GmWO-QkaWuow~HM8Yxb4FNzWsIuGQsS1lBDbCIUbGikZHHZnfH3EI9m8I9VPIMiig\_\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 18 de abr. de 2023.

VIANA, S. B. P.; HOSTINS, R. C. L. Educação interprofissional e integralidade do cuidado: uma leitura filosófica contemporânea dos conceitos. **Educação em Revista**, v. 38, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/KYdPMSJ8B95xqphgF6CpgSK/?lang=pt>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ZANONI, E. M. et al. O Cuidado Interdisciplinar e Intersetorial nas Equipes do Núcleo de Apoio a Saúde da Família/The Interdisciplinary and Intersectoral Care in the Teams of the Family Health Support Unit. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 14, n. 50, p. 1282-1295, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/2087/3886/10060>. Acesso em: 18 de abr. de 2023.



**ARTIGO 02 - ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL  
ESCOLAR NUMA REDE MUNICIPAL DO RECONCAVO  
DA BAHIA: PROPOSTA À INTEGRALIDADE DA  
OFERTA**

**ARTIGO 02****ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL ESCOLAR NUMA REDE MUNICIPAL DO RECONCAVO DA BAHIA: PROPOSTA À INTEGRALIDADE DA OFERTA**Felipe de Novaes Coelho<sup>3</sup>Neilton da Silva<sup>4</sup>**RESUMO**

Por meio deste estudo, objetivou-se descrever a percepção de profissionais da educação, saúde e assistência social quanto aos serviços multiprofissionais prestados na educação e, em seguida, propor estratégias de atendimento integral para a rede pública municipal de ensino de Saubara-Bahia. Esta pesquisa se delinea a partir da abordagem qualitativa, caracterizando-se como descritiva. Os instrumentos de coleta dos dados foram o questionário semiaberto com quarenta e uma perguntas, aplicado numa população de vinte quatro profissionais da educação, da assistência social e da saúde e, em contínuo, a entrevista, realizada com sete dos participantes que responderam ao questionário. A entrevista semiestruturada contou com doze perguntas. Como critérios de inclusão estão a disponibilidade para participar da pesquisa de forma voluntária, ter vínculo de trabalho com o município de Saubara-BA há pelo menos três anos. Para a análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo e análise distributiva dos dados. Como resultado, foram levantadas três grandes dimensões a partir das perguntas e dos dados coletados, a saber: conhecimento do atendimento multiprofissional educacional, percepção e satisfação em relação à atuação do núcleo existente no município e expectativa da criação de um Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação. Os achados apontam que os participantes apresentam uma noção vaga sobre o papel do Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante (NAEPE) existente no município. Além disso, os participantes evidenciam uma noção do que é o atendimento integral e indiciam críticas quanto ao funcionamento do NAEPE, suas limitações de pessoal e de alcance. Quanto às expectativas, foi possível notar a consciência da relevância da proposta, o desejo de que as ações sejam de fato integradoras, com vistas à implantação do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação (NAME). Os dados foram transformados em uma proposta que atende as demandas levantadas pelos participantes da pesquisa. A proposta conta com a descrição de uma infraestrutura básica para o NAME, os profissionais que podem integrar a equipe, o perfil do usuário dos serviços do NAME, sugestões de parcerias entre secretarias e instituições diversas, a origem do financiamento, o fluxo de encaminhamento, as ações que podem ser desenvolvidas pelo Núcleo, os processos formativos e as medidas de avaliação da política pública.

**Palavras-chave:** Educação. Política Pública. Atendimento Multiprofissional. Integralidade. Avaliação.

---

<sup>3</sup> Psicólogo, Especialista em Neuropsicologia, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato de e-mail: neuropsicologofelipenovaes@gmail.com

<sup>4</sup> Pedagogo, Doutor em Educação e Contemporaneidade, docente e pesquisador do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato de e-mail: neilton@ufrb.edu.br

## **MULTIPROFESSIONAL SCHOOL SERVICE IN THE MUNICIPAL NETWORK OF RECONCAVO DA BAHIA: EVALUATION OF ACTIONS AND PROPOSAL FOR THE INTEGRAL OFFER**

Felipe de Novaes Coelho  
Neilton da Silva

### **ABSTRACT**

Through this study, the objective was to describe the perception of education, health and social assistance professionals regarding the multidisciplinary services provided in education and, then, to propose comprehensive care strategies for the municipal public education network of Saubara-Bahia. This research is based on a qualitative approach, characterized as descriptive. The instruments for data collection were a questionnaire with forty-one questions, applied to a population of twenty-four education, social assistance and health professionals and, continuously, the interview, carried out with seven of the participants who answered the questionnaire. The semi-structured interview had twelve questions. Inclusion criteria are availability to participate in the research voluntarily, having a working relationship with the municipality of Saubara-BA for at least three years. For data analysis, content analysis and distributive data analysis were used. As a result, three major dimensions were raised from the questions and data collected, namely: knowledge of educational multidisciplinary care, perception and satisfaction in relation to the performance of the existing center in the municipality and expectation of the creation of an Educational Multiprofessional Care Center. The findings indicate that the participants have a vague notion about the role of the Student Teacher Specialized Care Center (NAEPE) in the municipality. In addition, the participants show a sense of what comprehensive care is and indicate criticisms of the functioning of the NAEPE. As for expectations, it was possible to notice the awareness of the relevance of the proposal, the desire that the actions are in fact integrative, with a view to the implementation of the Nucleus of Multiprofessional Educational Assistance (NAME). The data were transformed into a proposal that meets the demands raised by the research participants. The proposal includes a description of a basic infrastructure for NAME, the professionals who can be part of the team, the user profile of NAME services, suggestions for partnerships between secretariats and different institutions, the source of funding, the referral flow, the actions that can be developed by the Nucleus, training processes and public policy evaluation measures.

**Key words:** Education. Public Policy. Multiprofessional Service. Integrality. Assessment.

## **1 DIÁLOGOS SOBRE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL**

Para iniciar essa discussão, circunscreve-se que um problema público se constitui a partir da percepção de uma situação, por um conjunto de pessoas que avaliam as consequências percebidas como inaceitáveis. Nesse ponto, surge a necessidade de se pensar o problema e modos de tentar resolvê-lo. Dessa forma, busca-se caracterizar o problema, compreender suas

causas e seus fatores, estabelecendo as responsabilidades tanto pelo problema, quanto para a solução do mesmo, se constituindo uma política pública (CEFAI, 2017a).

O Estado Brasileiro estabeleceu modos que propiciam a resolução para alguns problemas públicos a partir da Constituição Federal de 1988. Por meio desse documento foi possível criar políticas constitutivas, regulatórias, distributivas e redistributivas. Essas políticas estabelecem diversos direitos aos cidadãos brasileiros. São descritos o direito à saúde, à vida, à moradia, à educação, à segurança, ao saneamento básico, dentre outros. Esses direitos só se tornam concretos a partir de decisões e práticas governamentais que se constituem como políticas públicas e que executam programas, intervenções, fiscalizações ou delegam isso para outras entidades não vinculadas diretamente ao governo. Dentre as políticas públicas, as políticas educacionais se destacam por sua abrangência e seu papel singular no combate às desigualdades sociais, gerando oportunidades de mobilidade social (SECCHI, 2013; BRASIL, 2016; DIAS; PINTO, 2019).

No cerne da educação está a busca pelo desenvolvimento pleno dos indivíduos, possuam eles ou não deficiência. São diversas as leis que apontam para esse direito da criança e do adolescente e o objetivo da educação. A Constituição Federal de 1988, a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 são bases legais que têm norteado diversos aspectos da educação, como, por exemplo, modos de acesso à escola e a permanência do estudante. Dentre as propostas voltadas para a educação de pessoas com deficiência, está o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse tipo de atendimento se propõe a ser um espaço educacional estimulador dos processos de ensino-aprendizagem. Nesses espaços, profissionais múltiplos prestam seus serviços à educação, atendendo estudantes e orientando a equipe escolar. Tanto a legislação, quanto os estudos apontam a importância do trabalho multiprofissional para o desenvolvimento de boas práticas na educação e o combate à repetência, distorção idade-série, abandono escolar e violência (BRASIL, 1990; BRASIL, 1996; YANNOULAS; SOUZA, 2016; BRASIL, 2016; ROSAS DE CASTRO et al., 2019 RODRIGUES; SANTOS, 2022).

A presença de profissionais de formações diversas na escola, como fonte de apoio para a equipe escolar e atendimento das demandas desse ambiente, está em discussão desde o início dos anos 2000. Diversos Projetos de Lei foram criados com o intuito de inserir psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais nas escolas. Essas discussões indicam um problema público que precisou ser pensado e discutido por grupos de interesses divergentes, mas que, notoriamente, percebeu-se como demanda da sociedade a ponto de ser construída uma proposta de resolução através da Lei Nº 13.935/19 (CEFAI, 2017b; BERTASSO, 2022).

A Lei nº 13.935/19 está em processo de implementação. Há movimentos a nível municipal e estadual que apontam para avanços em direção ao estabelecimento dessa política. Como exemplos, temos a Lei Nº 394/2022- (Feira de Santana-BA) e a Resolução SEE Nº 4.701, de 14 de janeiro de 2022 (Minas Gerais). Entretanto, esses processos apresentam lacunas e a própria Lei nº 13.935/19 possui limitações, principalmente pensando o desenvolvimento integral.

A implementação da Lei Nº 13.935/19 no município que é objeto deste estudo ainda não foi iniciada. O município de Saubara-BA está localizado na região do Recôncavo Baiano. Ele possui 16 escolas e a taxa de escolarização é de aproximadamente 98%. Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2019, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, foi 5,0 e, nos anos finais, foi 3,8. Apesar de uma alta taxa de escolarização, o desempenho dos estudantes, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental, ainda não está entre as maiores médias do país ou do estado, encontrando-se abaixo da meta nacional e municipal (IBGE, 2019; INEP, 2019; INEP, 2020).

O município apresenta demandas não apenas voltadas para a educação. Pensando em dados socioeconômicos, Saubara-BA estava entre as cidades mais violentas da Bahia, em 2017 e em 2019. Apresentou uma grande taxa de morbidade e mortalidade relacionadas a causas externas. Além disso, até 2019, menos de 10% da população eram consideradas pessoas com ocupação, ganhando uma média salarial mensal de 1,4 salários mínimos. Em 2010, cerca de 50% da população possuía o rendimento de meio salário mínimo mensal e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de aproximadamente 0,6 (IBGE, 2010; BRASIL, 2019; CERQUEIRA, 2019; IBGE, 2019).

Haja vista os dados aludidos, a pesquisa descrita neste artigo tem como objetivos descrever a percepção de profissionais da educação, saúde e assistência social quanto aos serviços multiprofissionais prestados na educação, e propor estratégias de atendimento integral para a rede pública municipal de ensino de Saubara-Bahia.

Até este ponto foram tecidos aspectos que introduzem as discussões sobre este estudo, bem como o problema e objetivos da pesquisa. As próximas seções estão organizadas do seguinte modo: a segunda seção é voltada para a contextualização sobre a oferta de serviços de atendimento multiprofissional. Já a terceira seção apresenta um referencial teórico sobre os serviços e programas de atendimento educacional na perspectiva da integralidade. Em seguida, na quarta seção, é caracterizado o método da pesquisa. A quinta seção discorre sobre a avaliação do núcleo de atendimento especializado na rede municipal e apresenta uma proposição de um núcleo de atendimento multiprofissional em educação. E, por fim, na sexta seção, são

elaboradas considerações sobre o percurso e os dados do estudo, evidenciando as suas limitações e possibilidades.

## **2 BREVE CONTEXTO SOBRE A OFERTA DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL**

No Brasil, o cenário das desigualdades é intenso. O país encontra-se entre os que possuem maior desigualdade social. Os 10% mais ricos das terras brasileiras ganham 58,6% da renda total da nação. A metade da população brasileira mais pobre ganha cerca de 10% da renda total do país e os 1% mais ricos possuem cerca de 48,9% da riqueza nacional. Considerando o índice de Gini como um parâmetro que avalia a distribuição de renda, em que o zero seria o valor equivalente ao estado perfeito de distribuição de renda e um seria o estado perfeito de concentração de renda em uma pessoa, o índice, de 2021, é de 0,544, sendo o segundo maior valor registrado nos últimos 10 anos (CHANCEL *et al*, 2022; IBGE, 2022).

No campo educacional, historicamente, o país é demarcado por altos índices de repetência, distorção idade-série e abandono escolar. Em 2019, cerca de 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade obrigatória estavam fora da escola, sua maioria entre 15 e 17 anos e 4 e 5 anos. Entre os motivos para não frequentar a escola, pais de crianças de 6 a 10 anos apresentam a “falta de vaga na escola”, “problemas de saúde permanente da criança” e a “opção dos pais ou responsáveis”. Entre as crianças de 11 a 14 anos que estão fora da escola o motivo com maior incidência é de “desinteresse em estudar”, cerca de 37%; o segundo maior motivo é o de “problemas de saúde permanente”, com 21,1%. Vale destacar que 3.510 crianças nessa faixa estavam trabalhando ou procurando trabalho e outras 4.112 enfrentavam uma gestação, em 2019. Sobre adolescentes com idade entre 15 e 17 anos os maiores motivos para não estudar são “desinteresse em estudar”, “trabalho ou procura por trabalho” e “gravidez”. (IBGE, 2019)

Outro aspecto importante da educação é em relação ao atendimento de pessoas com deficiência. Existem mais de 17 milhões de pessoas, com dois anos de idade ou mais, com algum tipo de deficiência. Além disso, há um baixo número de matrículas desses alunos na educação básica, aqueles que estão matriculados se concentram nas primeiras séries do ensino fundamental e apresentam uma ampla distorção idade/série. Destaca-se, ainda, que o quantitativo de profissionais que se sentem preparados para o atendimento educacional especializado ainda é pequeno. Há uma urgência por formação e criação de espaços para o acompanhamento dessas pessoas (MELETTI; RIBEIRO, 2014; AGUIAR *et al.*, 2018; IBGE, 2019; OLIVEIRA, 2022).

Nessa conjuntura, a criação de políticas educacionais que auxiliem a dirimir esse cenário faz-se necessária. Existem diversas políticas que buscam assumir esse papel, dentre elas estão as políticas voltadas para a educação especial, para a promoção da saúde na escola, para a educação integral e para a inclusão de profissionais da psicologia e da assistência social no ambiente escolar.

Há uma multiplicidade de políticas educacionais ofertadas especificamente para a educação especial. As Leis Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e a Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2001 determinam que a educação é direito da pessoa com deficiência, devendo ser assegurada pelo Estado, pela família, pela comunidade escolar e pela sociedade. Cabe a esses atores sociais contribuir para um sistema educacional inclusivo que permita o alcance máximo do desenvolvimento possível de talentos e habilidades da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015).

Alguns programas da educação inclusiva estão voltados para o atendimento multiprofissional: o atendimento educacional especializado e a implementação de sala de recursos multifuncionais, respaldados nas Leis Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), na Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica) e na Portaria do Ministério da educação nº 13/2007 (Programa Implantação de salas de recursos multifuncionais) (BRASIL, 1996; BRASIL, 2007; BRASIL 2009; BRASIL, 2015).

A existência dessas leis não garante que a execução desses programas seja exatamente como são propostos. E nem todos os serviços são ofertados devido à falta de profissionais. Em alguns casos, o quantitativo de profissionais não é suficiente para dar conta da demanda, ou, por vezes, faltam materiais que possam ser utilizados no trabalho realizado. Em outros casos, não há estratégias claras de monitoramento e avaliação da política pública. Além disso, há o desafio da construção de práticas efetivamente integrativas, em que o diálogo entre profissionais existe de forma fluida (BARBOSA, 2021; DO BOMFIM; LIRA, 2021; FAGUNDES, 2022; BARACHO; TARGINO; DE ANDRADE, 2022)

O Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, institui o Programa Saúde na Escola (PSE), que objetiva promover ações de saúde e de incentivo à cultura da paz, articulando suas ações com o Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a formação integral, para o enfrentamento de vulnerabilidades de saúde, promovendo a comunicação entre escola e unidades de saúde e fortalecendo a participação comunitária nas políticas de educação e saúde (BRASIL, 2007).

A proposição dessas ações nem sempre é assegurada no campo prático. Por vezes as ações assumem uma postura pouco interventiva, uma vez que os profissionais nem sempre estão preparados para atuar no contexto escolar. Em outros momentos, algumas ações deixam de ser desenvolvidas. Vale destacar que a política de monitoramento e avaliação dessa política está vinculada diretamente à secretaria e ao servidor e não ao público usuário da política (DE SOUZA; FERREIRA, 2020; RODRIGUES DE MEDEIROS *et al*, 2021).

O Programa Mais Educação, regulamentado pelo Decreto N° 7.083, de 27 de janeiro de 2010, estabeleceu, como objetivo, ampliar a jornada escolar para, no mínimo, sete horas, ofertando atividades optativas voltadas para a cultura e as artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, a investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica (BRASIL, 2010).

Entretanto, a Lei foi modificada em 2016, pela Portaria MEC n°. 1.144, que institui o Programa Novo Mais Educação (PNME). Essa alteração acaba focalizando as atividades do programa para a melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática. Essa nova proposta limitou o acesso dos educandos a outras vivências mais coerentes com o objetivo Constitucional de formação plena, pois as atividades de acesso à artes, cultura, esporte e lazer, são superficiais. Além disso, foi observado que os programas implementados apresentam ausência de infraestrutura básica, monitores voluntários sem formação e estigmatização dos alunos (BRASIL, 2016; CARVALHO; RAMALHO; SANTOS, 2019; SILVA, 2023).

Até aqui, as políticas explicitadas já foram executadas e possuem um vasto número de casos para análise e construção de estudos e de avaliações dessas políticas. Recentemente foi criada a Lei n° 13.935/19, que dispõe sobre a inserção do psicólogo e do assistente social, uma pauta que está em discussão há pelo menos 20 anos. Essa política está em processo de implementação em muitos municípios e estados, mas ainda há poucos subsídios para avaliar seus avanços. Entretanto, a lei apresenta imprecisão em seu texto, o que abre brechas para uma execução inadequada aos padrões das práticas profissionais do Psicólogo e do Assistente Social. Outrossim, a proposta de implementação da dita equipe multidisciplinar, apesar de demonstrar ser uma conquista para a educação, não necessariamente indica o alcance do que constitucionalmente se institui como integralidade (BRASIL, 2019; BERTASSO, 2022).

O Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Federal da Assistência Social apresentaram um documento, em 28 de maio de 2021, com proposições sobre a prática profissional na educação. São diversas atribuições que esses profissionais poderão assumir. Mas, ao avaliarmos os projetos de lei anteriores à Lei N° 13.935/19, havia a presença de outros

profissionais na educação, como, por exemplo, o nutricionista. Os programas apresentados ao longo desta sessão buscam trazer intersetorialidade, pois compreendem a necessidade do trabalho em conjunto. Mas pecam ao não considerar a complexidade da demanda posta, ao não propor ações conjuntas com mais secretarias e um número maior de profissionais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021; BERTASSO, 2022).

Um ponto que se destaca no que foi discutido até aqui é que, apesar de existir uma diversidade de políticas públicas que visam melhorar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, e de prestar assistência, os governantes pouco utilizam suas ferramentas de monitoramento e avaliação para gerarem mudanças significativas na qualidade das políticas públicas. Muitas vezes os resultados de uma avaliação de política pública educacional são utilizados para culpabilizar os profissionais que prestam o serviço a nível local, o que desconfigura o real sentido da avaliação que é o de construir estratégias de melhoria e aperfeiçoamento da política pública (SANTOS; SANTOS; GARCIA, 2020).

Nesta sessão, foi apresentado um breve contexto das políticas de atendimento educacional diante deste cenário de demandas complexas. As políticas públicas criadas para dirimir os problemas públicos apresentam imprecisões tanto em seu processo de construção, quanto de implementação, avaliação e monitoramento. Esse fato torna necessário pensar sobre como os programas de atendimento educacional são construídos, sendo essa a discussão apresentada na próxima sessão.

### **3 CONCEPÇÕES DOS SERVIÇOS E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA INTEGRALIDADE**

Ao longo deste estudo, foi possível compreender alguns aspectos sobre programas educacionais existentes, suas fragilidades e demandas. Nesse ponto, tornar-se-ão explícitos o que são programas educacionais, como eles funcionam, como eles são construídos e como eles podem ser monitorados e avaliados.

Um programa é o resultado de um conjunto de ações orientadas para a resolução de um problema público que foi deliberado e são construídas medidas para dirimir ou minimizar os danos ou efeitos desse problema público. No contexto educacional, os programas têm o objetivo de propiciar o acesso à educação, facilitar os processos de aprendizagem e gerar mais compreensão acerca de temas sociais e de conscientização (BAPTISTA, 2019).

Uma política pública educacional pode ser definida como um conjunto de ações, ou ausência delas, tomadas pelo governo, que se circunscrevem no contexto educacional e que tem

por objetivo estabelecer o intuito do processo de formação. Existem diversos programas educacionais os quais também são formas de materialização de uma política pública. Eles são ofertados nas mais diversas modalidades e para alcançar públicos distintos, desde a educação básica à pós-graduação.

Pensando os programas educacionais voltados para o atendimento na educação básica, os principais são: Programa da Sala de Recursos Multifuncional, Programa Saúde na Escola, Atendimento Educacional Especializado, Programa Mais educação, Serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica (SANTOS; SANTOS; GARCIA, 2020).

O Atendimento Educacional Especializado é uma modalidade de ensino que atende todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Ele se concretiza através do atendimento especializado, da disponibilidade de recursos, serviços e orientações. Seu objetivo é identificar, organizar e construir os recursos pedagógicos de acessibilidade, visando alcançar a participação plena do estudante no contexto escolar. É uma ação complementar à formação do estudante. O financiamento ocorre junto ao FUNDEB ao contabilizar as matrículas desses estudantes de forma dupla. Preferencialmente, esse atendimento ocorre dentro de uma sala de recursos multifuncional (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009).

O Programa de implementação das salas de recursos multifuncional é uma ação que visa incentivar a implantação de espaços que ofertam recursos de apoio pedagógico e profissionais capacitados que, juntos, constituem uma medida de fortalecimento do sistema educacional inclusivo, que garante a qualidade da educação. A regularidade do uso desse espaço varia de acordo com a necessidade do estudante, contudo a recomendação mínima é duas horas semanais em dias alternados. Os atendimentos podem ocorrer de forma individual ou em grupos pequenos de acordo com o perfil da demanda apresentada pelo estudante. O financiamento é vinculado às matrículas do estudante na classe comum e no atendimento educacional especializado (BRASIL, 2009; OLIVEIRA; PRIETO, 2020; BAPTISTA, 2019).

Esses dois Programas estão relacionados e se complementam enquanto medida de acolhimento e intervenção na comunidade escolar. Outra ação dentro do ambiente escolar com intuito formativo é o Programa Mais Educação. Como dito anteriormente, é um programa que, em sua origem, propôs-se a estabelecer uma escola de tempo integral, onde os alunos poderiam aprender sobre diversos conteúdos científicos, culturais e pedagógicos. Atualmente o programa, se propõe à melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa, Matemática e contato com o campo das artes, cultura, esporte e lazer. Como estratégia de monitoramento, estão os relatórios que devem ser realizados periodicamente. O Coordenador do programa avalia os relatórios e

válida. O MEC firma metas de aprendizagem a serem alcançadas em nível municipal e estadual. Os relatórios constituem-se como essenciais para a permanência no Programa (BRASIL, 2016).

O Programa Saúde na Escola é um programa que intenta olhar a saúde e a educação a partir de uma perspectiva integral. O Programa propõe diversas ações que são caracterizadas como de promoção, prevenção e atenção à saúde. A primeira ação proposta é a de avaliação clínica e psicossocial. São avaliadas causas prioritárias pela caracterização da população. Os trabalhos de promoção e prevenção são focados na conscientização dos cuidados com a saúde, seja através da alimentação, da atividade física, da educação para a saúde sexual, prevenção ao abuso de substâncias e promoção da saúde ambiental e da cultura da paz. As atividades formativas estão relacionadas com o planejamento, monitoramento e avaliação do Programa e de seus impactos sobre a saúde dos educandos. Vale ressaltar que muitas parcerias são firmadas com o Programa. Algumas residências são voltadas para esse programa (BRASIL, 2011).

Os Programas descritos são pensados e desenvolvidos dentro de um mesmo escopo que guia a formação das políticas públicas. Segundo Secchi (2013), as políticas públicas funcionam como uma espécie de diretriz para a resolução dos problemas públicos. No caso do Brasil, o Estado tem assumido o protagonismo da criação dessas políticas. O processo de criação e implementação de uma política pública passa pela identificação do problema público, que pode ocorrer a partir de indicadores, de demandas e reivindicações sociais, interesses políticos de gestores, dentre outros fatores. Após ser identificado o problema público, é formada uma agenda que considera a escassez de recursos humanos, financeiros e materiais. Ela representa o conjunto de temas percebidos como relevantes. Surge, então, a necessidade da formulação de alternativas. A terceira etapa no ciclo das políticas públicas é o planejamento em que serão propostas as possíveis estratégias a serem utilizadas para lidar com o problema (SECCHI, 2013; GARCIA, 2020).

Quando as alternativas são elaboradas, é preciso tomar a decisão da escolha da melhor estratégia para seguir. Com a tomada de decisão, a implementação da política se materializa. Esse processo de implementação demanda acompanhamento a fim de ser efetivo. Desse modo, a avaliação da política se torna um caminho para examinar as condições de implementação e desempenho, tornando visível o nível de redução do problema público para o qual a política foi criada a fim de resolver, gerando feedback para possíveis alterações e ajustes, tanto no planejamento quanto na implementação (SECCHI, 2013; GARCIA, 2020).

O monitoramento é um processo permanente de observação de algum fenômeno, tanto de aspectos internos como de externos. Para realizar uma boa observação, é necessário selecionar quais os aspectos importantes que influenciam o fenômeno. Esses aspectos precisam

ser descritos exhaustivamente a fim de se obter conhecimento profundo, que permita prever a ocorrência e os resultados do fenômeno a partir das alterações das variáveis observadas. Quando se faz isso, obtêm-se parâmetros para analisar o fenômeno. A esses parâmetros chamamos de indicadores. Para mensurar os indicadores, são utilizados instrumentos de coleta de dados que possam ser sensíveis o suficiente para perceber as mudanças que ocorrem no fenômeno estudado (RODRIGUES, 2014).

Quando uma política pública é implementada, é necessário pensar em modos como as proposições construídas irão de fato alcançar o que se pretende. São as estratégias de monitoramento que permitem isso acontecer de forma adequada. É importante, portanto, pensar em indicadores que possam apresentar dados que apontem para a política pública. As políticas aqui apresentadas buscam construir indicadores para serem utilizados como ferramentas para avaliar a política propostas (RODRIGUES, 2014).

Uma avaliação é um conjunto de procedimentos técnicos que buscam mensurar a realidade em que se circunscreve um projeto ou programa. A avaliação de uma política pública pode ocorrer de diversos modos, pois ela depende da natureza do objeto a ser avaliado. Dependendo do ciclo de maturação da política pública, o tipo de avaliação se difere. As avaliações que ocorrem no processo de construção de um modelo recebem o nome de *ex-ante*. Quando a avaliação é realizada no processo de implementação e validação da política pública, dá-se o nome de *ex-post* (RAMOS; SCHABBACH, 2012; JANNUZZI, 2014).

Em relação ao tipo de avaliação, tem-se ainda a avaliação diagnóstica, que busca dados confiáveis para se apoiar e conhecer melhor o problema público. Tem-se ainda a avaliação de desenho, que se propõe a avaliar a viabilidade de uma proposta de intervenção. Além dessas formas de avaliação, há a avaliação que é realizada no processo de implementação de uma intervenção e essa avaliação é denominada avaliação de implementação. Existe também a avaliação que busca compreender o impacto do programa ou projeto que foi implementado, verificando seus resultados consolidados, para esse tipo de avaliação se dá o nome de avaliação de impacto (JANNUZZI, 2014).

A avaliação ainda pode ser caracterizada pelo seu papel e pela sua abordagem. Quanto ao papel, a avaliação pode ser formativa ou somativa. Na avaliação formativa, busca-se o aperfeiçoamento do Programa. Já na avaliação somativa, o objetivo é de tomada de decisão quanto ao futuro de um programa ou a de sua adoção. Quando pensada em sua abordagem, a avaliação pode ser tipificada como avaliação centrada no objeto, na administração, nos consumidores, nos especialistas, nos adversários ou nos participantes. Essa centralização irá determinar em quem os instrumentos de coleta serão aplicados, qual a finalidade da avaliação,

quais critérios serão utilizados para ponderar os resultados e quais os desafios, limitações e vantagens da avaliação (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Nesta seção, foram apresentados alguns conceitos-chave. Pode-se ressaltar como um programa apresenta características de definição quanto ao público, quanto aos objetivos, quanto ao financiamento, quanto aos atores sociais envolvidos e em relação ao local onde ele será executado. Além disso, foi possível notar que via de regra cada um dos programas apresenta uma forma de ideal de ser executada e monitorada. Por fim, compreende-se o que é uma avaliação e como ela é caracterizada.

#### **4 DESENHO DA PESQUISA**

Esta pesquisa se delinea quanto a sua abordagem, tipo, instrumentos e técnicas. Quanto a sua abordagem, este é um estudo qualitativo. A abordagem qualitativa tem como característica a investigação naturalista, onde o pesquisador está presente no ambiente da sua pesquisa e o fenômeno é observado em seu estado nato. É também caracterizado por uma visão holística sobre o fenômeno, compreendendo as interrelações que permeiam a realidade. Outro aspecto é a busca por descrever o fenômeno exaustivamente e, por fim, um raciocínio indutivo de análise que, ao considerar uma realidade, torna-se capaz de compreender outras por suas similaridades (BOGDAN; BIKLEN, 1999; ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2006).

Apesar de ser uma pesquisa qualitativa, apresenta, em seu bojo, dados quantitativos. A presença de dados quantitativos em uma pesquisa de natureza qualitativa não a torna mista. Assim como Chizzoti (2006) sinaliza que os dados quantitativos quando utilizados para compreender mais o significado do que as pessoas estão falando e fazendo dentro de um raciocínio indutivo, este mantém sua natureza qualitativa. A caracterização do tipo de pesquisa aqui construída é de natureza descritiva. Isso se dá pelo objetivo de compreender e descrever o fenômeno, apontando suas características (GIL, 2002).

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foram utilizados instrumentos e técnicas coerentes com sua caracterização. Como instrumentos e técnicas, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com profissionais das áreas de saúde, assistência social e gestoras da educação, a fim de discutir a percepção deles sobre os serviços de atendimento integral realizados no município. O questionário contou com 41 perguntas: 6 perguntas de respostas discursivas e 35 de múltipla escolha. A entrevista foi de modelo semiestruturada, composta por 12 perguntas norteadoras. As perguntas realizadas podem ser subdivididas em 3 grandes

categorias, a saber: perguntas sobre o conhecimento de atendimento multiprofissional educacional, perguntas focadas na percepção e satisfação com a atuação do núcleo existente no município e perguntas que apontam para a expectativa da criação de um Núcleo de atendimento multiprofissional em educação.

Da população dos gestores escolares foram 16; destes, 13 gestores escolares (1 por escola) participaram da pesquisa. Além dos gestores, participaram do estudo 07 profissionais de saúde (psicólogo, fonoaudiólogo, médico, enfermeiro, fisioterapeuta, dentista, nutricionista), 01 assistente social, 01 conselheiro tutelar, 02 membros da equipe do Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante (NAEPE). O total de participantes é, portanto, 24 pessoas. Desta população, 07 pessoas participaram da entrevista (02 gestores da Educação Infantil, 01 dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 02 dos anos finais do Ensino Fundamental, 1 profissional da Assistência Social e 1 profissional da saúde).

Os critérios de inclusão para os participantes nesta pesquisa foram:

**Quadro 01-** Critérios de inclusão da pesquisa

Critérios de inclusão do questionário	Critérios de inclusão da entrevista
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter disponibilidade em participar da pesquisa voluntariamente.</li> <li>• Ter vínculo de trabalho com o município selecionado para o estudo nas áreas de saúde, educação ou assistência social.</li> <li>• Estar em atividade durante a coleta de dados.</li> <li>• Ser gestor de uma escola do município, para os trabalhadores da área da educação.</li> <li>• Trabalhar com o atendimento ao público, para os trabalhadores da saúde e da assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter disponibilidade em participar da pesquisa voluntariamente.</li> <li>• Ter vínculo de trabalho com o município selecionado para o estudo nas áreas de saúde, educação ou assistência social.</li> <li>• Estar em atividade durante a coleta de dados.</li> <li>• Ser gestor de uma escola do município, para os trabalhadores da área da educação.</li> <li>• Ser gestor de uma escola do município a mais de 3 anos.</li> <li>• Trabalhar com o atendimento ao público, para os trabalhadores da saúde e da assistência social.</li> <li>• Trabalhar com atendimento ao público a mais de 2 anos, para os trabalhadores da saúde e da assistência social.</li> </ul>

Fonte: Autoria nossa, 2023.

Como procedimentos de análise, foi empregada a análise de conteúdo. Por meio da revisão bibliográfica, foram criadas categorias prévias que auxiliaram na compreensão e análise. As categorias construídas foram:

- Conhecimentos sobre atendimento multiprofissional integral.
- Percepções sobre o Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante (NAEPE)
- Expectativas em relação à implantação de um Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação (NAME)

O uso da análise de conteúdo permite a compreensão, categorização e subcategorização das verbalizações, descortinando o que está por trás dos conteúdos manifestos e contribuindo para uma análise em profundidade (TURATO, 2003; GOMES, 2002).

Os procedimentos de análise se mostraram apropriados para o trato dos objetivos deste estudo, que consistiu em descrever a percepção de profissionais da educação, saúde e assistência social quanto aos serviços multiprofissionais prestados na educação, e propor estratégias de atendimento integral para a rede pública municipal de ensino de Saubara-Bahia.

As atividades respeitaram as delimitações de segurança e saúde estabelecidas pelas políticas de saúde, resguardando os participantes em cada etapa da pesquisa. Além disso, foram considerados os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos, dispostos na Resolução Nº 510, de 2016. Foi fornecido, aos participantes da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como instrumento de formalização da participação dos mesmos. O Comitê de Ética em pesquisa avaliou o projeto e aprovou, gerando o CAAE, de número 66041622.8.0000.0056. No Termo, foram fornecidas informações sobre o sigilo na participação da pesquisa e informações sobre seus objetivos, contribuições, riscos e benefícios. Ademais, os participantes foram instruídos de que poderiam, a qualquer momento da pesquisa, recusar-se de participar e retirar seu consentimento (BRASIL, 2016).

Como estratégia para proteger os participantes e manter em sigilo as informações das entrevistas para a pesquisa, foram utilizadas siglas para identificá-los quanto à área de atuação. Para os Gestores Escolares, foi utilizada a sigla GE e um número aleatório para delimitar o respondente. Para os Profissionais de Saúde, a sigla utilizada foi PS e um número aleatório para delimitar o respondente. Para identificar os Profissionais da Assistência Social, a sigla utilizada foi PAS e um número aleatório para delimitar o respondente. Para identificar respostas nos questionários e nas entrevistas, foram utilizadas as siglas Q, para questionário, e E, para entrevista. Portanto, as respostas foram organizadas como no modelo: “QGE1, QPS1, QPAS1” para os questionários aplicados aos Gestores Escolares, Profissionais de Saúde e Profissionais da Assistência Social, respectivamente, e “EGE1, EPS1, EPAS1” para as entrevistas aplicadas aos Gestores Escolares, Profissionais de Saúde e Profissionais da Assistência Social, respectivamente.

## **5 AVALIAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PROFESSOR ESTUDANTE (NAEPE) E PROPOSIÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO (NAME)**

O que foi elencado até aqui apresentou o cenário público e o estabelecimento de seus problemas no contexto da educação. Confirmou-se que as políticas públicas, quando pensadas em forma de programas e não de execução, parecem ser perfeitamente a resposta aos problemas públicos educacionais. Todavia, a execução desses programas, demonstram lapsos diversos e que necessitam de ajustes para retomarem seus objetivos.

Nesta seção, são apresentadas as percepções dos profissionais de saúde, assistência social e gestores escolares sobre o funcionamento do Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante, bem como uma proposição de implantação de estratégias para atendimento integral em um Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação.

O Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante é composto por 3 profissionais, um psicólogo, uma psicopedagoga e um psicanalista. Estes profissionais atuam com perfis de demandas distintas direcionadas a partir das especialidades de cada profissional. O psicólogo atua no acolhimento das demandas socioemocionais, tanto dos estudantes, quanto dos profissionais da educação, o psicopedagogo atua nas demandas associadas as dificuldades de aprendizagem e o psicanalista atua de forma similar ao psicólogo e assume também o papel de coordenação da equipe. As intervenções que a equipe constrói se baseiam no atendimento individualizado dos estudantes, na criação de ações nas escolas, no aconselhamento, formação e orientação da equipe escolar e familiar.

Os dados apresentados representam os principais achados que coadunam com essa pesquisa.

### **5.1 AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO NAEPE**

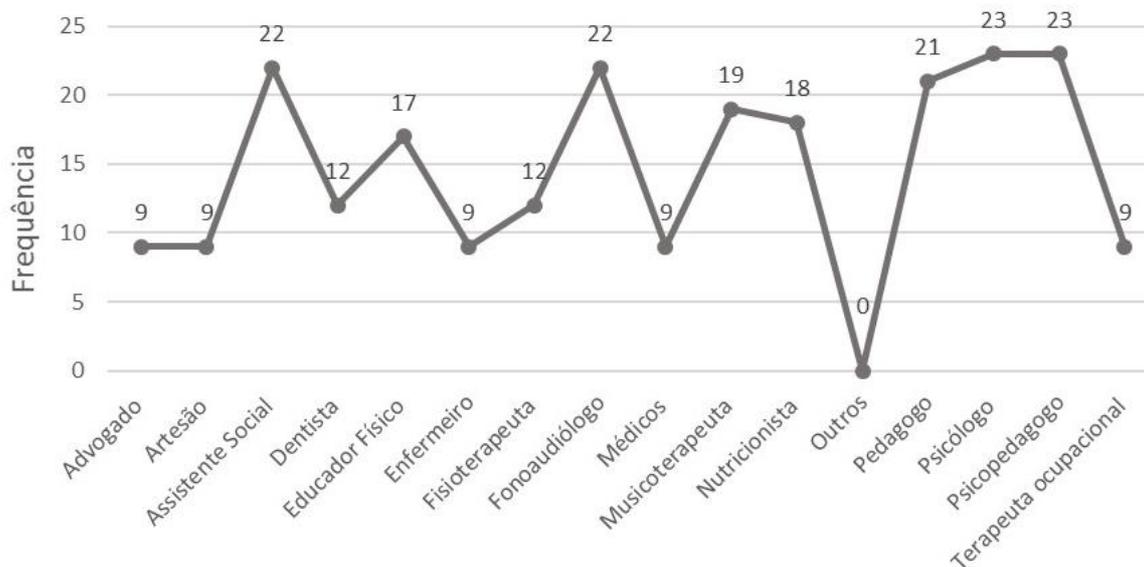
Ao analisar os dois instrumentos de coleta de dados, foi possível criar três grandes dimensões de análise e, para cada uma, observaram-se três categorias:

- Conhecimentos sobre o atendimento multiprofissional na educação.
  - a. O atendimento multiprofissional como agrupamento de profissionais.

- b. O atendimento multiprofissional como fruto do trabalho integrado.
  - c. O atendimento multiprofissional relacionado à área da saúde.
- Percepção sobre a atuação do Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante (NAEPE).
  - a. O NAEPE como um programa que ajuda as escolas.
  - b. O NAEPE como um programa insuficiente e desarticulado para a demanda das escolas de atendimento e intersetoriais.
  - c. O NAEPE como programa que deve atender a toda a comunidades escolar.
- Expectativa para a implantação de um Núcleo de Atendimento Multidisciplinar em Educação (NAME).
  - a. O NAME como uma iniciativa dividida em mais de um espaço de atendimento.
  - b. O NAME como estratégia de trabalho integral.
  - c. O NAME como estrutura física independente, com fluxo de atendimento e materiais.

Na categoria de análise “O atendimento multiprofissional como agrupamento de profissionais”, os entrevistados apontam para uma leitura do trabalho multiprofissional como um conjunto de profissionais que estão em um mesmo espaço. Dias *et al.* (2013) afirmam que o atendimento multiprofissional pode ser enxergado dessa maneira, mas essa perspectiva não pressupõe uma interação significativa que produza um trabalho integral. Assim, é possível, mesmo trabalhando junto, não trabalhar em conjunto. Uma fala que representa esse pensamento: É quando se existe vários profissionais, de várias áreas (EPAS 3).

O gráfico apresenta a frequência das respostas dadas na questão 12 do questionário, com o quantitativo de profissionais que, juntos, podem ter sido percebidos como um trabalho multiprofissional.

**Figura 1** – Quantitativo de profissionais.

Fonte: Autoria nossa, 2023.

Da Silva *et al.* (2013) e De Sá *et al.* (2021) apresentam o trabalho multiprofissional como algo que está além dessa aglomeração de profissões dentro de um espaço. Os autores estabelecem o trabalho multiprofissional como uma construção de um trabalho integrado entre profissionais múltiplos, em que cada um poderá contribuir com sua área de conhecimento para atingir um determinado objetivo em conjunto. Nas análises feitas, surgiram algumas colocações, expressando esse outro sentido para o trabalho multiprofissional. Os entrevistados relatam que, pelo menos na teoria, o trabalho multiprofissional é pensado em conjunto, visando realizar uma ação em comum. Um excerto que representa essa fala:

**EGE3:** Só com a noção de “multi” já começamos a compreender que não é um único profissional. Então, essa junção de profissionais, pelo menos num primeiro momento, a nomenclatura, nos faz acreditar que esses diversos profissionais vão trabalhar em cima de um objetivo.

O atendimento multiprofissional tem suas origens nos trabalhos realizados nos hospitais, clínicas e centros. Por conta disso, a prática de trabalho multiprofissional ainda é associada a práticas no contexto da saúde e raramente ao da educação. Contudo, Silva e Coelho (2022) fazem uso do termo integralidade e multiprofissionalidade fora do contexto da saúde, aplicando à educação. A partir das entrevistas, surgiu a categoria de análise “O atendimento multiprofissional relacionado à área da saúde”. Como exemplo de fala, pode-se citar:

**EGE9:** O único lugar que eu vejo que há vários profissionais atuando, centralizados, é na área da saúde. Vejo que trabalham profissionais de diversas áreas, mas, em outra situação, eu não vejo aqui em Saubara.

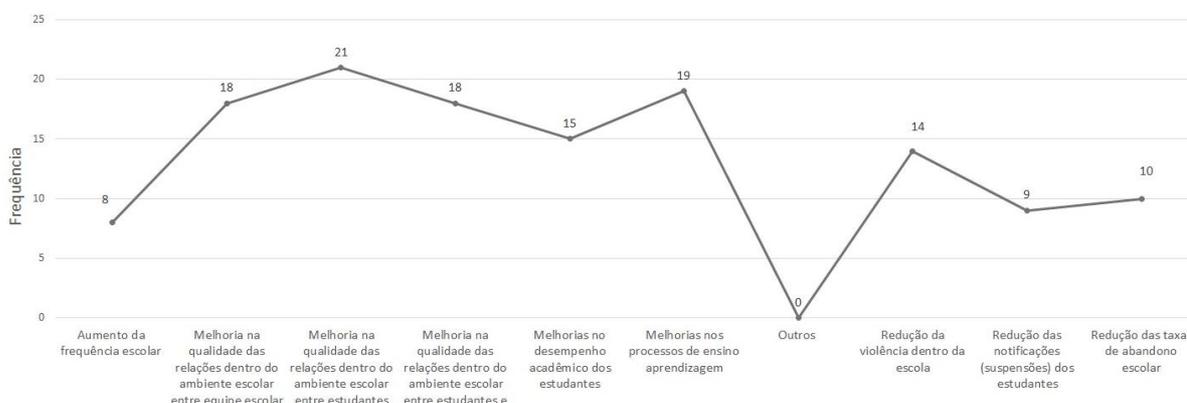
Até aqui foram discutidos aspectos do atendimento multiprofissional e como ele é compreendido. Em síntese, ele pode ser percebido como programa vinculado à saúde, um tipo de atendimento integral com objetivos compartilhados pelo grupo ou um agrupamento de profissionais em um determinado espaço, realizando suas atividades individualmente.

A segunda dimensão de análise foi a “Percepção sobre a atuação do Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante”. Os dados encontrados apontam para três categorias dessa dimensão. A primeira categoria é a percepção do NAEPE como um programa que ajuda as escolas. Ao observar essa primeira categoria, é importante evocar que, no processo de implementação de uma política pública, pensar as proposições pelas quais a política foi criada, auxilia na construção de estratégias de monitoramento e avaliação da política. Quando não há clareza quanto às variáveis determinantes da aplicação e dos objetivos da política pública, surgem inconsistências sobre os seus benefícios. Isso explica também a segunda categoria que percebe o NAEPE como um programa insuficiente e desarticulado para a demanda das escolas de atendimento e intersetoriais. (RODRIGUES, 2014). Um excerto exemplifica como o NAEPE é percebido de forma tão dicotômica:

**EGE9:** Para além de existir, é fazer sentido. Porque, para mim, não adianta existir se não fizer sentido. Em relação aos profissionais, eles devem, de fato, ser acolhidos. As pessoas devem ser acolhidas, entende? Por exemplo, nós temos o NAEPE no município. Sabemos que ele dá assistência a alunos, professores, funcionários da educação, porém com apenas dois funcionários fazendo tudo, entendeu? Para mim, não faz sentido. Eles ajudam muito, sim. Mas não como deveriam, de fato. Porque acredito que dois ou três profissionais para dar conta da demanda de um município com dois distritos é complicado. Então, para mim, só existe no papel, não faz muito sentido.

Abaixo, é apresentado um gráfico com os principais benefícios percebidos pelos participantes da pesquisa quanto ao trabalho desenvolvido no NAEPE.

**Figura 2** – Benefícios apontados pelos participantes em relação ao NAEPE.



Fonte: Autoria nossa, 2023.

Quando não são estabelecidos os objetivos da política, ou mais, quando as demandas da realidade são superiores ao que o programa se propõe a fazer, há uma sobrecarga no fluxo de atendimentos. Isso se dá quando a avaliação para a implantação da política pública não ocorre de modo adequado e não existem processos sistemáticos de monitoramento dos gestores públicos para atualizar a oferta de serviços da política pública. (SECCHI, 2013; GARCIA, 2020). A ausência de compreensibilidade quanto à natureza do serviço do NAEPE leva a comunidade escolar a conceber a ideia de que o público a ser atendido pode ser aquele que a própria comunidade escolar eleger e não o que rege a política de inclusão. (BRASIL, 2008). Um excerto que aponta para essa discussão:

**EGE2:** O NAEPE é um núcleo que a Secretaria Municipal de Educação criou com o objetivo de acolher esse aluno que demonstra dificuldade de aprendizagem, dificuldade de socialização, de interação familiar, e, também, de inter-relacionamento escolar. Bem como, é um núcleo que consegue ofertar para os profissionais de educação um acolhimento, um momento de ouvir e ajudar aquele profissional que também necessita de um olhar atencioso.

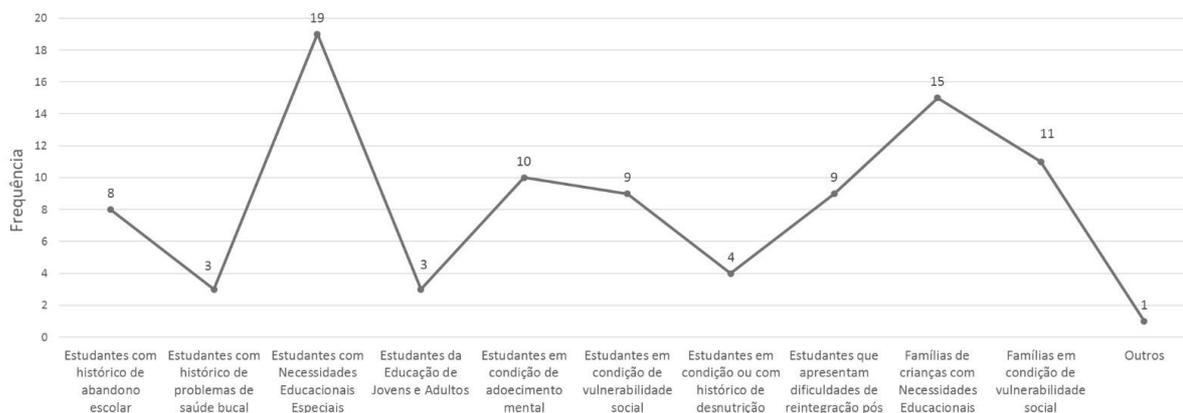
Este outro trecho reafirma o que foi dito anteriormente:

**EGE9:** (...) nós temos o NAEPE no município, sabemos que ele dá assistência a alunos, professores, funcionários da educação. Porém, com apenas dois funcionários fazendo tudo, entendeu? Para mim, não faz sentido.

A última dimensão de análise é o da “Expectativa sobre a implantação de Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação (NAME)”. A primeira categoria é da expectativa do NAME ter núcleos em diferentes localidades no município. As falas explicitam o desejo de ter um atendimento diretamente na escola ou que em cada distrito do município possa haver uma extensão do núcleo. A principal razão dessas falas é explicitada por eles mesmos, quando se remetem à condição dos pais das crianças atendidas que, muitas vezes, não possuem os recursos para se deslocarem. As análises da realidade social de Saubara-BA apontam para um quadro que precisa de fato ser ponderado para pensar uma política pública (IBGE, 2010; BRASIL, 2019; CERQUEIRA, 2019; IBGE, 2019). Segue um trecho que evidencia essa realidade:

**EGE2:** Eu entendo que poderia acontecer criando um núcleo. Como nos referimos ao campo da educação no município de Saubara, poderia existir um núcleo de atendimento, tanto na sede, como já existe, como, também, nos distritos, como Cabuçu e Bom Jesus, ofertando, assim, uma educação de qualidade e acolhendo uma grande quantidade de alunos que são diagnosticados com alguma dificuldade.

Considerando os dados anteriores e explicitando a diversidade das demandas enfrentadas em Saubara-BA, são apresentadas as principais demandas que chegam até esses profissionais de saúde, educação e assistência social, na figura abaixo:

**Figura 3** – Frequência de demandas.

Fonte: Autoria nossa, 2023.

Esses dados evidenciam a necessidade de outros espaços de atendimento multiprofissional que deem conta dessa diversidade de demandas.

Antes de iniciar a próxima seção, é necessário falar da expectativa sobre o NAME apresentar serviços que trabalhem de forma integral. O trabalho numa perspectiva integral precisa de olhares múltiplos e da interlocução para a construção de um plano de ação, tal como sinaliza Viana e Hostins (2022). Na entrevista, expôs-se uma fala em que isso ficou mais evidente:

**EPAS2:** Eu acho que deveria, primeiro, haver a triagem, e, então, encaminhava a criança e/ou adolescente para aquele determinado serviço. Prestaria os estudos de casos, porque é muito valiosa essa troca de informação. Então, eu penso que deveria ter o acompanhamento individualizado com aquela criança, com determinados profissionais. Um estudo de caso, juntamente com todas as pessoas, todos os profissionais que estão dentro do NAEPE.

Por fim, a última categoria da dimensão sobre a expectativa quanto ao funcionamento do NAME é a do “NAME como estrutura física independente com fluxo de atendimento e materiais”. Aos entrevistados, foi permitida a livre exposição de ideias e sugestões. De início, alguns entrevistados se apresentaram receosos para pensar sobre um Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação, pois, segundo alguns deles, “é um pouco difícil” (EGE3; EPAS2). Superados os desafios para pensar o Núcleo, os participantes apresentaram características de como as salas poderiam ser dispostas, sobre a quantidade de salas, a presença de brinquedoteca, sala de vídeo, espaços coloridos e especializados para públicos distintos, sala de jogos, auditório, com parquinho, biblioteca, todos com acessibilidade. Quanto ao fluxo de atendimento, foi proposto que as demandas de encaminhamento surgissem da escola para o Núcleo. Chegando lá, o encaminhamento seria discutido entre os profissionais para pensarem a intervenção.

Outra sugestão foi a do trabalho entre secretarias, representado por profissionais que estivessem vinculados às Secretarias de Educação, Saúde, Ação Social e Reparação dentro do Núcleo para atuarem de forma intersetorial e pensarem ações específicas para os perfis que apresentam maior vulnerabilidade. Além disso, pensou-se a presença de materiais diversos, como computadores, jogos pedagógicos, televisões, brinquedos, caixa de som, espelhos, armários, casinha de fantoche, piscina de bolinha, tatames. Outra sugestão foi a de que os profissionais informassem os materiais que pudessem ser úteis e eles serem adquiridos junto às secretarias. Sobre a equipe, foram sugeridos recepcionistas, merendeiros, zeladores, equipe administrativa e representantes das secretarias.

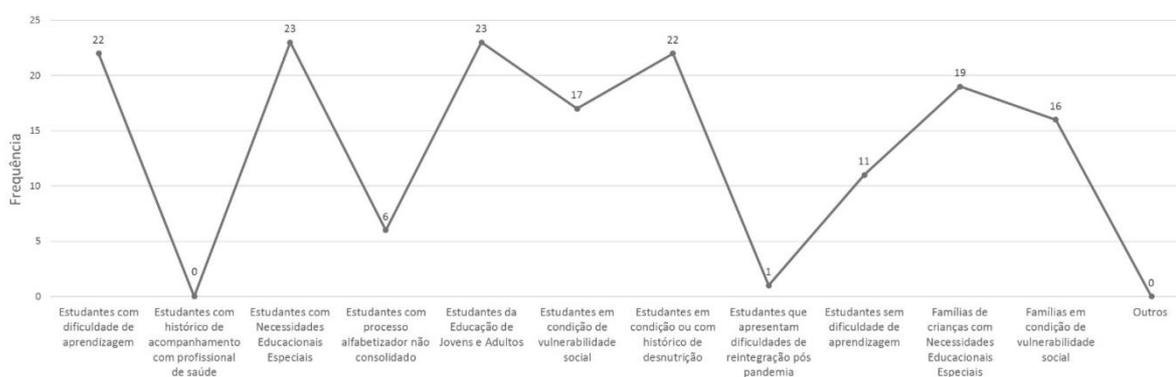
Como exemplo das discussões, é apresentado este excerto:

EPAS2: Sobre as salas, é um pouco difícil, porque Saubara é um município de porte pequeno. Bom, a gente não vai idealizar uma coisa complexa, sabendo que não vai caber no nosso município. Então, uma sala de jogos, uma sala de atendimento individualizado. Eu acho que cada setor, cada local de atendimento tem que ter uma sala específica, adequada para aquele atendimento, por exemplo. Eu não sei te dizer se vai precisar ter dez salas, porque eu não sei quais seriam os dez atendimentos, mas eu sei que seria um ambiente específico para cada atendimento.

Quanto aos materiais, é como eu falei para você, cada sala tem que estar adequada, no ambiente adequado, para o atendimento, certo? O atendimento para terapia ocupacional, a sala do Psicólogo, tem que ser estruturada; a sala do Psicopedagogo tem que ser estruturada; a sala de grupo tem que ser estruturada. Então, cada uma com a sua funcionalidade. Os testes que serão desenvolvidos, cada um com a sua parcialidade.

Caracterizando as demandas no NAME, os profissionais apresentaram, a partir das percepções deles, sobre o que um Núcleo de Atendimento em Educação poderá atender, como é descrito na figura abaixo:

**Figura 4 – Demandas vindouras – NAME**

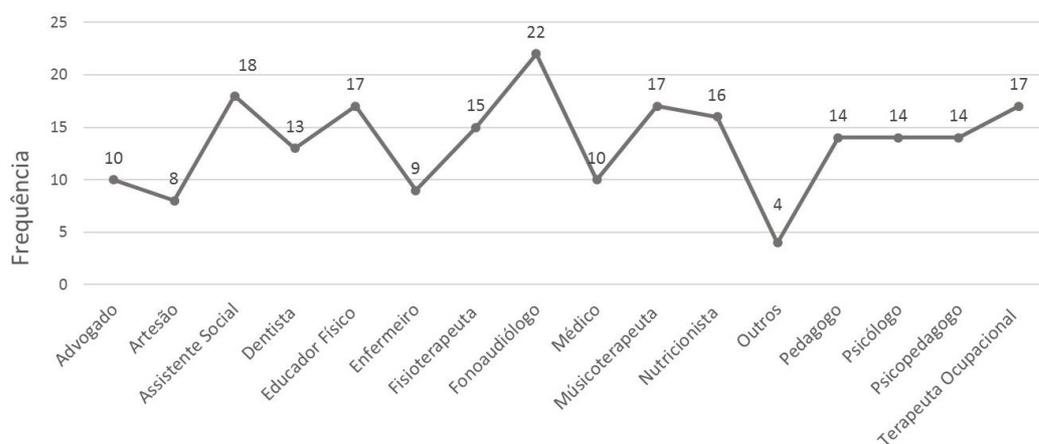


Fonte: Autoria nossa, 2023.

Vale ressaltar que não é pretensão do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação dar conta das demandas da educação especial, mas de trabalhar em conjunto com o Núcleo já existente no município, firmando uma parceria.

Considerando os profissionais que os participantes acreditam que podem integrar o Núcleo, na pergunta 39 do questionário, foram relacionados da seguinte forma, como segue na figura:

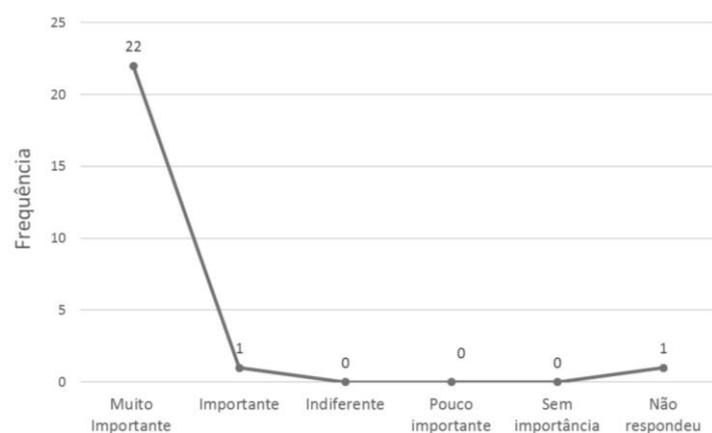
**Figura 5 – Profissionais que podem integrar o NAME.**



Fonte: Autoria nossa, 2023.

Quando perguntados sobre a importância da criação de um Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação, as respostas, em sua maioria, evidenciaram a percepção dos participantes sobre a demanda do município e dos benefícios que essa iniciativa pode gerar. O gráfico abaixo apresenta as distribuições das respostas:

**Figura 6 – Relevância da criação do NAME.**



Fonte: Autoria nossa, 2023.

As Resoluções e Portarias CNE/CEB nº 4 de 2 de outubro de 2009, Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, estabelecem como podem ser organizadas as salas de recursos. Além dessas, a Resolução estadual da Secretaria de Estado Adjunta de Educação nº 4.701, de 14 de janeiro de 2022, de Minas Gerais, pode servir de norteador para pensar a implantação do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação.

Foram vistas, até aqui, as discussões teóricas e os relatos que sinalizam como pode ser pensado um Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação. Ademais, o que foi consubstanciado nas entrevistas e revisões de literatura serviu para pensar a proposição que será apresentada na seção a seguir.

## 5.2 PROPOSIÇÕES SOBRE O NÚCLEO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Esta proposição se estabelece nas discussões teóricas e nos achados dos relatos de 24 profissionais da saúde, educação e assistência social, que, gentilmente, participaram desta pesquisa e contribuíram com ideias e sugestões de como um Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação (NAME) poderá funcionar de forma adequada às demandas percebidas.

A proposta está dividida em dimensões, considerando a Infraestrutura básica do NAME, os profissionais que podem integrar a equipe, o perfil do usuário dos serviços do NAME, as parcerias entre secretarias e instituições que podem ser estabelecidas, a origem do financiamento, o fluxo de encaminhamento, as ações que podem ser desenvolvidas pelo Núcleo, os processos formativos e as medidas de avaliação da política pública.

Quanto à estrutura básica, esta é composta por uma sala de discussão de casos, cinco salas de atendimento, uma sala para especialistas da saúde com equipamentos apropriados para atendimento, fraudário, sanitários feminino, masculino e para pessoas em condição de deficiência, uma recepção, auditório, um sanitário/vestiário para equipe de profissionais, um depósito, uma sala de desenvolvimento psicomotor, uma sala de atividades lúdicas/brinquedoteca, uma sala de desenvolvimento de atividades psicopedagógicas, um jardim - tudo isso considerando rampas de acesso e adaptações necessárias.

Quanto aos profissionais que irão ofertar os serviços no NAME, estes são: advogado, arte educador, artesão, assistente social, dentista, educador físico, enfermeiro, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico, musicoterapeuta, nutricionista, pedagogo, psicólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional. A Coordenação do espaço se propõe a ser colaborativa, composta por

representantes das seguintes áreas/secretarias: Saúde (um representante), Assistência Social (um representante) e Educação (um representante). Segue abaixo um quadro apresentando as atribuições dos profissionais no NAME.

**Quadro 02 – Atribuições da equipe multiprofissional.**

<b>Profissional</b>	<b>Atribuições</b>
Advogado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar os casos de negligência de direitos dos estudantes.</li> <li>• Sugerir medidas para potencializar a garantia dos direitos previstos nos dispositivos legais que abarcam a infância e a adolescência.</li> <li>• Orientar os gestores escolares, professores e demais membros da comunidade quanto aos direitos e deveres que possuem.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Arte educador	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propor mediações com centralidade na ludicidade e na arte como ferramentas para a valorização da cultura e identidade.</li> <li>• Contribuir para a garantia do acesso à arte e à cultura.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Artesão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar experiências em que os escolares acessem diferentes repertórios manuais e possibilidades de produção e inovação.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> <li>• Propor ações de produção de materiais para discutir sustentabilidade com reciclagem</li> <li>• Discutir construção de cooperativas</li> <li>• Propor capacitação para os estudantes</li> </ul>
Assistente Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar trabalho colaborativo permanente com o advogado da equipe.</li> <li>• Organizar e participar da escuta permanente das demandas educativas.</li> <li>• Contribuir para a concepção de políticas públicas relacionadas ao Núcleo.</li> <li>• Orientar os gestores escolares, professores e demais membros da comunidade quanto aos direitos e deveres que possuem.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Conselho Tutelar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar trabalho colaborativo permanente com o advogado e assistente social da equipe.</li> <li>• Acompanhar casos de negligência, orientando as famílias e propondo ações de intervenção</li> <li>• Contribuir para a concepção de políticas públicas relacionadas ao Núcleo</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Dentista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar ações preventivas e corretivas para a saúde bucal.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> <li>• Realizar trabalho colaborativo com o fonoaudiólogo da equipe.</li> </ul>
Educador Físico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar a boa saúde e, portanto, a construção de hábitos que contribuem para a vida saudável.</li> <li>• Promover a colaboração, respeito e autonomia através de brincadeiras e jogos.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Enfermeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar as condições de saúde dos estudantes, em colaboração com o Médico.</li> <li>• Promover ações preventivas e corretivas de educação e saúde, em colaboração com o Médico.</li> <li>• Avaliar o crescimento e desenvolvimento infantil dos escolares, em colaboração com o Médico.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Fisioterapeuta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar as demandas psicomotoras que incidem na vida escolar e social.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propor medidas que contribuam para o desenvolvimento psicomotor e mobilidade.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Fonoaudiólogo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar o desenvolvimento da linguagem oral e a relação desta com a escrita.</li> <li>• Propor medidas para a potencialização da proficiência da linguagem.</li> <li>• Dar subsídios para o planejamento e formação docente quanto aos aspectos que se referem ao campo de atuação profissional.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Ministério Público	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar trabalho colaborativo permanente com o advogado da equipe.</li> <li>• Sugerir medidas para potencializar a garantia dos direitos previstos nos dispositivos legais que abarcam a infância e adolescência.</li> <li>• Contribuir para a concepção de políticas públicas relacionadas ao Núcleo</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Médico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar as condições de saúde dos estudantes, em colaboração com o Enfermeiro.</li> <li>• Promover ações preventivas e corretivas de educação e saúde, em colaboração com o Enfermeiro.</li> <li>• Avaliar o crescimento e desenvolvimento infantil dos escolares, em colaboração com o Enfermeiro.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Musicoterapeuta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar estimulação e discriminação auditiva e sensorial.</li> <li>• Propor e realizar atividades de musicalização.</li> <li>• Incentivar e manter funcionante práticas musicais como bandas, orquestras, grupos etc.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Nutricionista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zelar pela garantia do Programa Nutricional nas escolas.</li> <li>• Formar merendeiras e demais profissionais que trabalham com a manipulação e facção de alimentos para consumo nas escolas.</li> <li>• Propor medidas para a promoção da saúde alimentar.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Pedagogo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar diagnósticos permanentes quanto aos processos de ensino, em colaboração com o Psicopedagogo.</li> <li>• Mediar a formulação de protocolos individuais e coletivos de aprendizagem, em colaboração com o Psicopedagogo.</li> <li>• Coordenar as atividades de formação permanente dos docentes e gestores escolares.</li> <li>• Coordenar as discussões dos casos.</li> <li>• Mediar a formulação de instrumentos de avaliação do Núcleo.</li> <li>• Avaliar os impactos das medidas adotadas pelo Núcleo, no contexto do ensino e da aprendizagem.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Psicólogo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar as necessidades específicas dos estudantes, que podem interferir nos processos de ensino e aprendizagem, em colaboração com o Psicopedagogo.</li> <li>• Dar subsídios para o planejamento docente, quanto aos processos de aprendizagem dos estudantes, em colaboração com o Psicopedagogo.</li> <li>• Participar dos processos de formação da comunidade escolar quanto às demandas que emergem a partir das necessidades discentes, tais como ansiedade, depressão, medo, violência etc.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Psicopedagogo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar as necessidades específicas dos estudantes, que podem interferir nos processos de ensino e aprendizagem, em colaboração com o Psicólogo.</li> <li>• Dar subsídios para o planejamento docente quanto aos processos de aprendizagem dos estudantes, em colaboração com o Psicólogo.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar diagnósticos permanentes quanto aos processos de ensino, em colaboração com o Pedagogo.</li> <li>• Mediar a formulação de protocolos individuais e coletivos de aprendizagem, em colaboração com o Pedagogo.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> </ul>
Terapeuta Ocupacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mediar e construir intervenções com os demais profissionais, de modo que os estudantes vivenciem experiências que contemplem a diversidade e complexidade das demandas identificadas.</li> <li>• Realizar mediações que incentivem a autonomia e vida em comunidade.</li> <li>• Participar e contribuir na discussão dos casos dos estudantes e projetos do Núcleo.</li> <li>• Avaliar aspectos da psicomotricidade, funções motoras e coordenação a partir das atividades da vida diária, trabalhando em conjunto com o fisioterapeuta, o educador físico e o arte educador.</li> </ul>

Fonte: Autoria nossa, 2023.

Além desses profissionais listados acima, são sugeridos outros profissionais, a saber: 3 pessoas para a composição da coordenação colaborativa, 1 recepcionista, 3 profissionais de limpeza, 2 seguranças/portaria.

Os usuários poderão ser Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas, Famílias em condição de vulnerabilidade social, Estudantes com dificuldade de aprendizagem, Estudantes com processo alfabetizador não consolidado, Estudantes sem dificuldade de aprendizagem, Estudantes da Educação de Jovens e Adultos, Famílias de crianças com Necessidades Educacionais Específicas, Estudantes em condição de vulnerabilidade social, Estudantes em condição ou com histórico de desnutrição, Estudantes que apresentam dificuldades de reintegração pós-pandemia, Estudantes com histórico de acompanhamento com profissional de saúde.

Em relação às parcerias com secretarias e instituições, vale ressaltar que o espaço do NAME poderá ser compartilhado conjuntamente com os Núcleos de Atendimento Especializado, visando dar maior suporte e integração entre Núcleos. É importante destacar que as Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social precisarão trabalhar em conjunto para a oferta de profissionais e serviços. Entretanto, o NAME é um Núcleo da Educação, reportando-se à Secretária de Educação. Em relação à contratação, é sugerido que alguns profissionais, que já prestam serviço ao município, aloquem uma determinada carga horária para realizar suas atividades no Núcleo. Uma outra possibilidade de parceria a ser realizada é entre prefeituras municipais, que podem dividir os custos, os profissionais e o espaço para o atendimento através de um consórcio intermunicipal, que pode ser mediado por um município eleito democraticamente, bem como pelo governo em nível estadual. Outra possibilidade é de firmar parcerias com centros universitários que disponham de estudantes das áreas de atuação do

Núcleo e de construção de pesquisas. Vale ressaltar que essa é uma ação sugestiva e que precisa ser avaliada a exequibilidade.

Quanto ao Financiamento, parte dos recursos são provenientes do FUNDEB, pois uma parcela dos profissionais é contratada para trabalhar na Educação. Os demais profissionais associados às outras secretarias serão remunerados por elas.

O Fluxo de encaminhamento poderá ocorrer a partir das etapas descritas no quadro a seguir:

### Quadro 03 – Fluxo de encaminhamento.

Etapa	Descrição
1	Identificação da demanda - Pode ser feita por representantes da saúde, assistência ou educação (professores, gestores entre outros).
2	Preenchimento de protocolo de notificação.
3	O profissional ou a escola encaminham para o NAME.
4	Coordenação realiza análise do caso em conjunto com, pelo menos, um profissional da saúde, da assistência social e educação, acrescentando dados sobre o educando encaminhado.
5	Encaminhamento para o profissional.
6	Avaliação do profissional – Realiza avaliação com a família, escola e educando.
7	Encaminhamentos complementares - O educando pode ser encaminhado para outros profissionais para avaliações complementares, se for necessário.
8	Construção de plano de ação multiprofissional (para atendimento personalizado) em conjunto com, pelo menos, um profissional da saúde, da assistência social, educação e coordenação.
9	Acompanhamento e intervenção da equipe multiprofissional.
10	Orientação e feedback para a escola, família e interlocutores.
11	Encaminhamento de relatório de acompanhamento para a escola, família e interlocutores.
12	Envio de registro de ações realizadas para as secretarias de educação, assistência social, saúde e cultura.
13	Avaliação das ações realizadas pelo profissional – responsáveis: Coordenação do Núcleo, outros profissionais do Núcleo, escola e família.
14	Proposição de pesquisas de aperfeiçoamento do profissional.
15	Construção de relatório anual das avaliações pelo Coordenador do Núcleo.
16	Apresentação do relatório para a comunidade escolar e representantes públicos.

Fonte: Autoria nossa, 2023.

Ações foram pensadas e distribuídas a partir de três eixos centrais, a saber: assistência social, educação e saúde. No total, foram pensadas 15 ações, em que 5 delas são voltadas para a saúde, 5 para a assistência social e 5 delas focadas na educação. As ações têm natureza

preventiva ou corretiva e poderão ser realizadas em diferentes configurações de grupo. Além disso, os processos de formação ocorrerão ao longo do ano, presencialmente ou digitalmente, em grupos ou individualmente. Todas as ações serão calendarizadas e distribuídas ao longo ano.

Como medida de avaliação dessa política, ter-se-ão instrumentos de monitoramento e avaliação: relatório de acompanhamento do estudante; documento com os registros das ações realizadas ao longo do ano; a avaliação 360 realizada pela coordenação do Núcleo, outros profissionais do Núcleo, pela escola e pela família; o relatório anual das avaliações da Coordenação do Núcleo. Esses documentos podem servir para a construção de indicadores da política pública.

Foram vistos, até aqui, os percursos que este estudo desenvolveu, seus principais achados, discussões e interlocuções. Ao final, apresentou-se uma proposta de implementação do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação. Na última sessão, apresento uma síntese de tudo o que observado e os passos seguintes que, potencialmente, podem ser desenvolvidos.

## **6 (RE)COMEÇAR... CONSIDERAÇÕES PARA REVER OUTRAS POSSIBILIDADES**

O estudo proposto descortinou discussões sobre o atendimento multiprofissional dentro do contexto educacional, suas lacunas e interlocuções. A partir dessas discussões, propôs-se descrever a percepção de profissionais da educação, saúde e assistência social quanto aos serviços multiprofissionais prestados na educação, e indicar estratégias de atendimento integral para a rede pública municipal de ensino de Saubara-BA.

Saubara-BA, como a maioria dos municípios do Brasil, apresenta desafios interseccionais que demandam a construção de ações que se proponha a mitigar as vulnerabilidades sociais, a pobreza, a fome, a violência, dentre outros problemas sociais presentes na realidade brasileira.

Ao longo do texto, foram apresentados alguns contextos das políticas de atendimento educacional, suas lacunas e imprecisões. Além disso, foram apresentados conceitos-chave, descrevendo aspectos da construção de uma política pública e de um programa, ademais seus modos de monitoramento e avaliação e, em seguida, foram apresentados os aspectos da pesquisa que se relacionam com seus objetivos.

Retomando os objetivos desta pesquisa, buscou-se, primeiramente, descrever a percepção de profissionais da educação, saúde e assistência social quanto aos serviços multiprofissionais prestados na educação. O que se percebeu ao longo da discussão sobre a percepção dos profissionais participantes da pesquisa foi uma noção vaga sobre o papel do NAEPE - o Núcleo Atendimento Especializado existente no município. Além disso, os participantes apresentaram uma noção do que é o atendimento integral e apresentaram críticas quanto ao funcionamento do NAEPE em relação às demandas apresentadas no município. Quanto às expectativas, foi possível notar a consciência da relevância da proposta, o desejo que as ações sejam de fato integradoras e foram coletadas contribuições de como o Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação (NAME) poderá funcionar.

Foram propostas estratégias de atendimento integral para a rede pública municipal de ensino de Saubara-BA. A proposta conta com a descrição de uma Infraestrutura básica do NAME, os profissionais que podem integrar a equipe, o perfil do usuário dos serviços do NAME, sugestões de parcerias entre secretarias e instituições que podem ser estabelecidas, a origem do financiamento, o fluxo de encaminhamento, as ações que podem ser desenvolvidas pelo Núcleo, os processos formativos e as medidas de avaliação da política pública.

Vale destacar que, ao longo deste estudo, alguns questionamentos são levantados e que ainda permanecem sem resposta. A criação da lei 13.935/19 é apresentada como uma estratégia para enfrentamento das demandas cada vez mais complexas que são encontradas na educação. Entretanto, a implementação da lei não está limitada apenas em seu texto ou em sua proposição, mas também por um teto de gastos que impede o investimento adequado para a implementação de políticas que garantam uma qualidade mínima aos serviços de atendimento educacional. Como garantir uma educação de qualidade, se existe um contraponto que reduz os investimentos adequados para o bom funcionamento das escolas? Torna-se difícil pensar em modos efetivos de melhoria da educação sem que exista subsídios suficientes para tornar os projetos em ações concretas.

Como desafios desta pesquisa, percebeu-se o receio dos participantes de avaliarem uma política pública a nível municipal e a dificuldade de encontrar exemplos de serviços de atendimento integral educacional implementados e consubstanciados legalmente com resoluções publicadas.

Para os próximos passos, acredita-se que a construção de modelos de avaliação de política pública ex-ante desta proposta poderá apresentar subsídios de viabilidade e generalização da implantação em outros municípios.

## REFEFÊNCIAS

- AGUIAR, L. *et al.* Educação inclusiva: reflexões acerca das contribuições e desafios no processo educativo. **Revista Expressão Católica**, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/2189/pdf>. Acesso em: 10 de mar. de 2023.
- ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2006.
- BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/8FLTQYvVChDcF77kwPHtSww/?lang=pt>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.
- BARACHO, T. L. M.; TARGINO, E.; DE ANDRADE, L. C. A atuação do AEE e a prática docente inclusiva: desafios e superações. *In*: ANDRADE, L. C.; TARGINO, E.; LEMOS, E. B. C. (org.) **Salas de recursos multifuncionais e o atendimento educacional especializado**: formação, práticas e pesquisas, Itapiranga: Schreiben, 2022 p.18-30.
- BARBOSA, V. M. da S. **Atendimento educacional especializado (AEE) na rede municipal de ensino de Campina Grande/PB**: uma análise a partir de política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva (2008-2018). 2022. 292 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2022. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/25621> 2021. Acesso em: 20 de fev. de 2023.
- BERTASSO, M. L. L. **Uma análise crítica da Lei nº 13.935/2019 sobre a prestação de serviços de psicologia nas redes públicas de educação básica**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), Presidente Prudente, SP, 2022. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1420>. Acesso em: 20 de abr. de 2023.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde: DATASUS** 2019. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 12 de ago. de 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado (AEE) na educação básica**. 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192). Acesso em: 10 de jan. de 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, Brasília, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 18 de abr. de 2023.
- BRASIL. Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2007. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm). Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm). Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Novo Mais Educação**: Documento orientador. Adesão. versão 1. 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=53061-novo-mais-educacao-documento-orientador-pdf&category\\_slug=dezembro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=53061-novo-mais-educacao-documento-orientador-pdf&category_slug=dezembro-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a passo PSE**: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersectorialidade. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf). Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 13, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais". Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192). Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação, que melhora a aprendizagem de língua portuguesa e matemática no Ensino Fundamental. **Diário Oficial da União**, 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192). Acesso em: 16 de abr. de 2023

BRASIL. **Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica,

modalidade Educação Especial. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 17 de abr. de 2023.

BRASIL. Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CARVALHO, L. D.; RAMALHO, B.; SANTOS, K. A. dos. O Mais Educação na América Latina: legados a infâncias e juventudes pobres. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, p. e80711, 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/SL9FgVB33jFmqrL7Rzn9bbM/?format=html&lang=pt#Mod alHowcite>. Acesso em: 24 de fev. de 2022.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, p. 187-213, 2017. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/nec/a/zdyH9SGqnWm5LwrV7MT4k9M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, p. 129-142, 2017. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/nec/a/cGMgGqgT94BFhsXst8Shp4L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de abr. de 2023.

CERQUEIRA, D. R. de C. *et al.* **Atlas da violência 2019**: retrato dos municípios brasileiros. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/7047-190802atlasdaviolencia2019municipios.pdf>. Acesso em: 12 de ago. de 2021.

CHANCEL, L. *et al.* (Ed.). **World inequality report 2022**. Harvard University Press, 2022. Disponível em: [https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2023/03/D\\_FINAL\\_WIL\\_RIM\\_RAPPORT\\_2303.pdf](https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2023/03/D_FINAL_WIL_RIM_RAPPORT_2303.pdf). Acesso em: 21 de abr. de 2023.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019. **Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social**. 1. ed. Brasília: CFP, 2021.

DE SOUZA, J. C.; FERREIRA, J. S. Ações do programa saúde na escola no contexto das equipes de saúde da família. **Biológicas & Saúde**, v. 10, n. 35, p. 40-52, 2020. Disponível em: [https://ojs3.perspectivasonline.com.br/biologicas\\_e\\_saude/article/view/2075](https://ojs3.perspectivasonline.com.br/biologicas_e_saude/article/view/2075). Acesso em: 5 de fev. de 2023.

DIAS, É.; PINTO, F. C. F. **Educação e sociedade**. 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/MGwkqfpmJsgjDcWdqhZFks/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 04 de dez. de 2022.

DO BOMFIM, A. A.; LIRA, M. R. Atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência na rede municipal de ensino de Petrolina - PE com base no plano nacional de

educação. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 10542–10550, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23902>. Acesso em: 23 jun. 2022.

FAGUNDES, K. M. **Possibilidades e Limites do Atendimento Educacional Especializado nas Escolas**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3793>. Acesso em: 15 de jan. de 2023.

GARCIA, R. P. M. **Avaliação de políticas públicas: concepções, modelos e casos**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, BA, 2020.

GIL, Antônio Carlos *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: universo indicadores sociais municipais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 12 de ago. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo escolar: sinopse**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 12 de ago. de 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. IBGE Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em: 15 de abr. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde 2019: ciclos de vida: Brasil**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 12 de ago. de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Educacional 2019**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 12 de ago. de 2021.

JANNUZZI, P. Avaliação. In: BOULLOSA, R. de F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 24-27.

MELETTI, S. M. F.; RIBEIRO, K. Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil. **Cadernos CEDES**, v. 34, n. 93, p. 175–189, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Y6cVwLpJLsgwsYvzSVhFLQg/#>. Acesso em: 16 de jan. de 2023.

OLIVEIRA, A. L. *et al.* Reflexões sobre a educação especial. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, e10711830659, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30659/26315>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

OLIVEIRA, A. A. S.; PRIETO, R. G. Formação de professores das salas de recursos multifuncionais e atuação com a diversidade do público-alvo da educação especial1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 2, p. 343–360, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/tM5kkt47pwmgdjHytrDCKvf/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271–1294, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de mai. de 2021.

RODRIGUES DE MEDEIROS, E. *et al.* Ações executadas no Programa Saúde na Escola e seus fatores associados. **av.enferm.** Bogotá, v. 39, n. 2, p. 167-177, 2021. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-45002021000200167&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002021000200167&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 de abr. de 2023.

ROSAS DE CASTRO, J. P. dos S, *et al.* Necessidades educacionais especiais: um mapeamento da relação entre educação e saúde na cidade de Ponta Porã/MS. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/2408>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RODRIGUES, R. W. Monitoramento. In: BOULLOSA, R. de F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 119-122.

RODRIGUES, K. A.; SANTOS, S. W. Contribuições para o acesso e a permanência na escola do jovem vítima da violência urbana por meio do trabalho multiprofissional. In: SCHERER, G. A. et al. **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?** Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2022. p. 121-138.

SANTOS, J. O.; DOS SANTOS, E. V.; GARCIA, R. P. M. Políticas públicas de avaliação da educação básica. In: GARCIA, R. P. (org.). **Avaliação de políticas públicas: concepções, modelos e casos**. Cruz das Almas-BA: UFRB, 2020. p. 39-56.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, P. A. D. O Programa Mais Educação em Rondônia: esvaziamento do papel da escola e negação do conhecimento científico. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 38, p. 177–193, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7679168. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/936>. Acesso em: 23 abr. 2023.

TURATO, E. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

WORTHEN, B.R.; SANDERS J.R.; FITZPATRICK J. L. **Avaliação de Programas: concepções e práticas**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.



**APONTAMENTOS FINAIS**

## APONTAMENTOS FINAIS

Tornar a educação espaço de transformação e desenvolvimento pleno dos cidadãos é proposição da Constituição Federal de 1988. É este, portanto, um convite não só para aqueles que atuam na educação, mas para toda a sociedade. Ao termo pleno, pode-se associar a palavra integralidade, tendo em vista o que se objetiva descrever. Assim, tornar a educação efetiva requer pensar em ações que não se restringem ao desempenho escolar expresso em avaliações da aprendizagem e em larga escala, mas que entendem a complexidade do cenário onde a escola está situada e os desafios para tornar os processos formativos verdadeiramente transformadores, metamorfoseando não só os educandos, mas também a sociedade.

Ao longo das apreciações dos estudos construídos, foi possível percorrer pelos objetivos desse trabalho de conclusão de curso, desdobrado em dois artigos científicos. Os objetivos do primeiro artigo consistiram em levantar modelos de programas de atendimento integral e multiprofissional em atividade nas redes públicas municipais de ensino no Brasil, e em seguida, mapear as bases legais que amparam os programas de atendimento integral e multiprofissional em escolas. Quanto a esses objetivos constatou-se primeiramente a escassez de estudos sobre programas educacionais de atendimento integral multiprofissional.

Os artigos encontrados não focavam no atendimento multiprofissional educacional, mas nortearam a discussão sobre a integralidade e o trabalho multiprofissional, categorias teóricas caras para este estudo. Além disso, a evidência da escassez é um dado importante que dá indício da necessidade de estudos voltados para essa modalidade de atendimento não só nos campos de adesão teórica, mas, principalmente, na avaliação da política pública.

No processo de mapeamento das bases legais notaram-se marcas de integralidade atribuindo a esta o objetivo maior da educação e a ela referindo-se como o desenvolvimento pleno das pessoas. Deste modo, a criação de um projeto de atendimento multiprofissional educacional tem aparato legal para funcionar e se estabelecer no município de Saubara-BA e em outros municípios brasileiros.

Atentando-se ao segundo artigo, resgata-se que este se propôs a descrever a percepção de profissionais da educação, saúde e assistência social quanto aos serviços multiprofissionais prestados na educação e propor estratégias de atendimento integral para a rede pública municipal de ensino de Saubara-Bahia. Quanto as percepções dos profissionais de saúde, assistência social e gestores escolares, o que fica evidente é o reconhecimento, sobretudo dos

gestores escolares, que o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEPE) é um espaço que contribui para o atendimento das demandas apresentadas nas escolas. Entretanto, o NAEPE apresenta limitações diversas, relacionadas com o quantitativo de profissionais atendendo no núcleo, a ineficiência de interlocução com profissionais de outras secretarias do município e com a própria secretaria de educação, a ineficácia dos processos de formativos da equipe escolar, as dificuldades de proposição de projetos inclusivos nas escolas, as fragilidades nos processos devolutivos das ações de acompanhamento dos estudantes as escolas e o diálogo debilitado com a comunidade sobre o papel do Núcleo enquanto defensor da inclusão.

Considerando as contribuições dos profissionais entrevistados, foi construída uma proposta de Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação. O NAME não pretende assumir o lugar do NAEPE, nem limitar sua atuação, mas surge como uma proposta de complementação das ações adotadas neste espaço para desobstruir o fluxo de demandas do Núcleo. O NAEPE, como foi visto, destina-se ao Atendimento Educacional Especializado, programa que concentra suas ações para o público da educação especial, seja para a formação e conscientização da equipe escolar e comunidade quanto ao papel deles na educação especial, seja para o acompanhamento dos estudantes com necessidade educacionais específicas.

A proposição do NAME tem como objetivo ampliar as discussões deflagradas com Lei Nº13.935/19, que estabelece a inserção do psicólogo e do assistente social no ambiente escola e propõe a criação de um espaço para atender as diversas demandas da educação, que não estão vinculadas com a educação especial, mas que foram evidenciadas nas falas dos entrevistados, ofertando assim, uma diversidade maior de profissionais de áreas diversas da saúde, assistência social, cultura e educação para atuarem conjuntamente, de modo integrador. O público do NAME se torna, portanto, os alunos, as famílias, os professores, os coordenadores, os gestores, enfim, a comunidade escolar. Vale ressaltar que ações conjuntas com o NAEPE serão oportunas para promover a inclusão.

Dentre as ações do NAME estão o atendimento de escolares e da equipe escolar que não são atendidos pelo NAEPE, a visitação dos espaços escolares, a proposição de programas de formação e orientação dos escolares, familiares e da equipe gestora, a criação de um espaço de interlocução entre secretarias de educação, assistência social e saúde, com vistas a construção de ações intersetoriais alinhadas para o mesmo objetivo. A coexistência do NAME e do NAEPE torna o cenário educacional amplamente assistido, considerando que o NAEPE muitas vezes lida com demandas e públicos que não fazem parte da educação especial, e que

podem sobrecarregar o seu funcionamento.

Ademais, em se tratando de uma pesquisa implicada, foi notável a necessidade da criação de estratégias de monitoramento de programas de atendimento multiprofissional onde a publicização dos documentos referentes ao que é realizado e como deve ser realizado no programa fiquem acessíveis à população. Além disso, a produção de estudos que avaliam esses programas também se torna salutar para o campo científico, principalmente da área de avaliação de políticas públicas.

Os poucos documentos disponibilizados evidenciam as lacunas na compreensão do que é um serviço multiprofissional e como ele pode ocorrer, ou seja, apesar de ter lastro jurídico para funcionamento, os programas possuem lacunas em seu texto que prejudicam sua execução eficiente. Levando em conta a necessidade de detalhamento do processo para a sua melhor execução.

Como aprendizados deste estudo, pode-se observar aspectos delicados nos processos de coleta, alguns participantes apresentaram receio em avaliarem um programa que já existe no município, muitos dos participantes não possuíam parâmetros externos para comparar o que está sendo feito no município com outros locais. Os aspectos políticos partidários também foram observados na pesquisa, o que em certo aspecto influencia no posicionamento dos participantes quanto a sua avaliação do programa.

A construção de modelos de avaliação de política pública ex-ante desta proposta poderá apresentar subsídios de viabilidade o que pode apresentar dados que incentivem a implantação do programa em outros municípios.

A proposta do Guia apresenta medidas de avaliação, que tornar-se-ão instrumentos de monitoramento e avaliação, a saber: relatório de acompanhamento do estudante, documento com os registros das ações realizadas ao longo do ano, a avaliação 360° realizada pela coordenação do Núcleo, outros profissionais do Núcleo, pela escola e pela família, o relatório anual das avaliações da Coordenação do Núcleo. Esses documentos podem servir para a construção de indicadores da política pública.

Vale destacar que a construção de estratégias de monitoramento e da avaliação a partir da criação de indicadores de qualidade e medidas de eficiência, que visem a diagnose, a geração de informações, o desenho de ações, a tomada de decisões, a fim de assegurar cada vez mais a melhoria do funcionamento do NAME é um aspecto imprescindível.

Quanto aos indicadores são sugeridos os seguintes: frequência escolar do estudante que participa do programa, desempenho escolar deste estudante, frequência do estudante no NAME, participação da família nas atividades do NAME, avaliação da qualidade das relações

entre os estudantes, seus pares e professores, e avanços na demanda principal do encaminhamento do estudante.

Enfim, compreende-se os desafios da implantação de um programa como esse no município, deste modo é sugerida uma estratégia que permite a sua execução, a criação de um Consócio Intermunicipal de Educação do Recôncavo, de modo que certas ações sejam realizadas em conjunto, inclusive para dividir o investimento, já que alguns municípios têm problemas de arrecadação, e não conseguem financiar um programa da natureza do que foi proposto, mas podem articular e oferecer contra partida uns aos outros.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_basica\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf). Acesso em: 03 de mar. de 2023.
- DE SÁ, Suellen Cristinne Macedo *et al.* Desafios e potencialidade da atuação da equipe multiprofissional na atenção primária em saúde. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 11, n. 61, p. 4918-4929, 2021. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1200>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. IBGE Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf) Acesso em: 15 de abr. de 2023
- PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, p. 103-109, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/PM8YPvMJLQ4y49Vxj6M7yzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de mar. de 2023.
- SILVA, Neilton da; COELHO, Felipe de Novaes. Atendimento pedagógico domiciliar e classe hospitalar: aspectos teóricos, legais e práticos. In: FURLEY, Ana Karyne; PINEL, Hiran; RODRIGUES, José Raimundo. **Educação Hospitalar como direito de crianças e adolescentes e como política integrativa**. Itapiranga: Schreiber, 2022. cap. 6, p. 100-117. ISBN 9786554400039.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p.20-45, Dec. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.
- SOUZA, Maria da Conceição Oliveira; DALBELLO-ARAÚJO, Maristela. Intersetorialidade entre as políticas de saúde e assistência social: possibilidades e limites. **Libertas**, v. 21, n. 2, p. 632-652, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32589/23318>. Acesso em: 18 de abr. de 2023.
- VIANA, Simone Beatriz Pedrozo; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Educação interprofissional e integralidade do cuidado: uma leitura filosófica contemporânea dos conceitos. **Educação em Revista**, v. 38, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/KYdPMSJ8B95xqphgF6CpgSK/?lang=pt>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.4



## APÊNDICE I – Roteiro preenchido de análise documental

### ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

#### PERGUNTAS NORTEADORAS PARA OS DOCUMENTOS

- Como deve funcionar um centro multiprofissional? Organograma, estrutura, materiais, dentre outros.
- Quais os dispositivos legais que amparam o financiamento dos serviços em destaque?
- Quais as fontes de financiamento?
- Quem deve compor a equipe multiprofissional?
- Como a política pode ser avaliada?
- Como os resultados dessa avaliação reverberam sobre a própria política?

Objetivos da análise documental	Investigar marcas de integralidade e do trabalho multiprofissional em educação, dinâmicas de funcionamento e garantia de direitos.			
Tipo de Documento	Trecho	Articulação teórica	Síntese dos impactos	Atuação
Referência	Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	Uso do termo Pleno está associado a integralidade do desenvolvimento, o mesmo termo aparece associado a saúde (BRITO-SILVA; BEZERRA; TANAKA, 2012).	Impacto sobre o financiamento a educação, garantia de direito.	A união assume a função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
Constituição Federal de 1988.	Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa	A lei utiliza o termo integral, e descreve dimensões diversas que podem ser	Impacto sobre a criação, fiscalização e acompanhamento de políticas públicas de atendimento	O Estado se responsabiliza e atribui responsabilidade a outras entidades para o cuidado e o

	humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.	desenvolvidas. Iniciativas municipais de atendimento interprofissional foram criadas com o intuito de assegurar esse desenvolvimento (DE PAULA SAMPAIO; MALDONE; BAGAROLLO, 2018).	integral. garantia de direito.	acesso a oportunidades de desenvolvimento pleno da criança e do adolescente.
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	A Lei De Diretrizes E Bases Da Educação assim como a constituição apresenta o termo pleno para apontar para a integralidade, estimulando o diálogo entre profissionais diversos para atuarem na educação com vistas ao pleno desenvolvimento (SOUZA; DALBELLO-ARAÚJO, 2021).	Impacto sobre o funcionamento da educação em suas mais diversas modalidades e da oferta de serviços de amparo que estimulem o desenvolvimento pleno. garantia de direito.	Está lei direciona o financiamento, incentiva a fiscalização, e acompanhamento, determina as modalidades de ensino e subsidia a criação de ações que ofertam serviços de estimulação ao aprendizado e ao desenvolvimento.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.	A oferta de atendimento multiprofissional nas escolas apresenta vantagens para o desenvolvimento do estudante ao considerarem dimensões afetivas, comportamentais, cognitivas e sociais (BORTOLLI E VOLSI, 2016).	A lei estabelece a inserção de equipe multiprofissional dentro do ambiente escolar, essa articulação favorece para o desenvolvimento pleno do educando.	Atua incentivando os municípios a criarem espaços de atendimento multiprofissional (Psicólogo e Assistente social) dentro do ambiente escolar, potencializando o papel da escola como instituição.

<p>Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.</p>	<p>Art. 2º O Centro Municipal de Atendimento Sociopsicopedagógico - CEMASP operacionalizará o Programa de Atendimento Sociopsicopedagógico, desenvolvendo-o para amenizar os problemas encontrados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, por meio de ações preventivas e de intervenções específicas das diversas áreas de atuação.</p>	<p>A presença de múltiplos profissionais na educação possibilita o desenvolvimento pleno do estudante, além disso, oferece o suporte para orientar educadores e familiares nas melhores estratégias de cuidado e ampara com o educando. (PAISAN; MENDES; CIA, 2019).</p>	<p>Redução o abandono e ou afastamento escolar, motivar a frequência do educando, melhoria da qualidade das relações dentro do ambiente escolar, orientação as famílias sobre os cuidados com a criança e o adolescente.</p>	<p>Cria um Centro de atendimento sociopsicopedagógico municipal. Regula seu funcionamento e atribuições dos profissionais das seguintes áreas- Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia, Serviço Social e Fonoaudiologia.</p>
<p>DECRETO Nº 2030, de 7 de dezembro de 2012- REGULAMENTA a Lei nº 1556, de 13 de janeiro de 2011 (Manaus-AM).</p>	<p>Art. 4º O NAAPA cujo atendimento visa assegurar os direitos fundamentais e o cuidado integral dos bebês, crianças e adolescentes e possibilitar o acesso e permanência na Unidade Educacional.</p>	<p>Propor ações intersetoriais entre secretarias auxilia na disponibilidade de recursos humanos para a realização do trabalho. Além disso, diversas ações podem ser desenvolvidas de forma mais efetiva. (LIMA; FIGUEIREDO; VECHIA, 2018).</p>	<p>Atuação Intersetorial no atendimento de demandas. Capacitação de gestores, equipe escolar e familiares. Atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade. Impacto sobre a permanência do estudante na escola, sobre o atendimento domiciliar, sobre o desempenho do estudante na escola.</p>	<p>Ter uma equipe que pode realizar atendimento, desenvolvimento de estratégias, recursos e práticas pedagógicas, promover articulação entre secretarias de educação, saúde, conselho tutelar, assistência e desenvolvimento social, sociedade civil. Atuar na formação da equipe escolar. Produzir estudos para discussão com equipe escolar, secretarias e representantes da sociedade civil. Apresenta fluxo de funcionamento- escola emite documento de encaminhamento para o Núcleo (Composto por psicólogo e</p>

				psicopedagogo) e o mesmo, após análise do caso inicia acompanhamento. Produção de documentos que registram as ações realizadas a fim de dar subsídio ao monitoramento da política pública.
Instrução Normativa Secretaria Municipal de Educação - SME Nº 11 de 12 de março de 2020 (São Paulo).	Art. 2º Cada escola da Rede Pública Municipal de Ensino deverá contar, no mínimo, com 01 psicóloga(o) e 01 assistente social.	A lei municipal é coerente com a lei federal Nº13.935/2019. Que coadunam com as práticas dos profissionais que são subsidiados por seus conselhos federais. (ALMEIDA et al, 2012; BERTASSO; DOS ANJOS, 2023).	Promoção da saúde, a garantia do acesso e da permanência na escola, a gestão democrática e a qualidade da educação.	Não descreve as formas de atuação detalhada.
Lei promulgada Nº 394/2022- (Feira de Santana-BA).	Art. 2º - Os núcleos constituídos pelos Psicólogos e Assistentes Sociais deverão desenvolver ações que cooperam para o processo de ensino-aprendizagem, auxiliam as escolas no desenvolvimento do processo pedagógico com o objetivo de prevenir e minimizar os problemas educacionais, assim como orientar a equipe gestora na mediação de conflitos, contribuindo com	O processo de incorporação do psicólogo e da assistente social no ambiente escolar é deveras importante, entretanto esse processo ainda é gradativo e não linear. O papel desses profissionais na educação é amplo e favorece a um olhar mais integral das práticas educativas (DE FREITAS, 2022; MENEZES, 2022).	Prevenção e minimização de problemas educacionais, orientação a equipe gestora na mediação de conflitos. Descrição das práticas do psicólogo e do assistente social no ambiente escolar. Processo de distribuição dos profissionais por escola.	Os profissionais atuarão de forma conjunta e individual. Em conjunto irão analisar o cenário escolar, propor ações adequadas as demandas, participar da construção dos projetos políticos pedagógicos, incentivar a participação dos estudantes nas atividades escolares, formação dos profissionais da educação e estimular a participação da família na escola.

	os encaminhamentos necessários a um ambiente adequado para aprendizagem.			
--	--	--	--	--

Referência	Trecho	Articulação teórica	Síntese dos impactos	Atuação
DECRETO Nº 2030, de 7 de dezembro de 2012-REGULAMENTA a Lei nº 1556, de 13 de janeiro de 2011 (Manaus-AM).	Art. 2º O Centro Municipal de Atendimento Sociopsicopedagógico - CEMASP operacionalizará o Programa de Atendimento Sociopsicopedagógico, desenvolvendo-o para amenizar os problemas encontrados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, por meio de ações preventivas e de intervenções específicas das diversas áreas de atuação.	A presença de múltiplos profissionais na educação possibilita o desenvolvimento pleno do estudante, além disso, oferece o suporte para orientar educadores e familiares nas melhores estratégias de cuidado e ampara com o educando. (PAISAN; MENDES; CIA, 2019).	Redução o abandono e ou afastamento escolar, motivar a frequência do educando, melhoria da qualidade das relações dentro do ambiente escolar, orientação as famílias sobre os cuidados com a criança e o adolescente.	Cria um Centro de atendimento sociopsicopedagógico municipal. Regula seu funcionamento e atribuições dos profissionais das seguintes áreas- Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia, Serviço Social e Fonoaudiologia.
Instrução Normativa Secretaria Municipal de Educação - SME Nº 11 de 12 de março de 2020 (São Paulo).	Art. 4º O NAAPA cujo atendimento visa assegurar os direitos fundamentais e o cuidado integral dos bebês, crianças e adolescentes e possibilitar o acesso e permanência na Unidade Educacional.	Propor ações intersetoriais entre secretarias auxilia na disponibilidade de recursos humanos para a realização do trabalho. Além disso, diversas ações podem ser desenvolvidas de forma mais efetiva. (LIMA; FIGUEIREDO; VECHIA, 2018).	Atuação Intersetorial no atendimento de demandas. Capacitação de gestores, equipe escolar e familiares. Atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade. Impacto sobre a permanência do estudante na escola, sobre o atendimento domiciliar, sobre o desempenho do estudante na escola.	Ter uma equipe que pode realizar atendimento, desenvolvimento de estratégias, recursos e práticas pedagógicas, promover articulação entre secretárias de educação, saúde, conselho tutelar, assistência e desenvolvimento social, sociedade civil. Atuar na formação da equipe escolar. Produzir estudos para discussão com

				<p>equipe escolar, secretarias e representantes da sociedade civil. Apresenta fluxo de funcionamento- escola emite documento de encaminhamento para o Núcleo (Composto por psicólogo e psicopedagogo) e o mesmo, após análise do caso inicia acompanhamento. Produção de documentos que registram as ações realizadas a fim de dar subsídio ao monitoramento da política pública.</p>
<p>Lei promulgada Nº 394/2022- (Feira de Santana-BA).</p>	<p>Art. 2º Cada escola da Rede Pública Municipal de Ensino deverá contar, no mínimo, com 01 psicóloga(o) e 01 assistente social.</p>	<p>A lei municipal é coerente com a lei federal Nº13.935/2019. Que coadunam com as práticas dos profissionais que são subsidiados por seus conselhos federais. (ALMEIDA et al, 2012; BERTASSO; DOS ANJOS, 2023).</p>	<p>Promoção da saúde, a garantia do acesso e da permanência na escola, a gestão democrática e a qualidade da educação.</p>	<p>Não descreve as formas de atuação detalhadas</p>
<p>RESOLUÇÃO O SEE Nº 4.701, DE 14 DE JANEIRO DE 2022. (Minas Gerais).</p>	<p>Art. 2º - Os núcleos constituídos pelos Psicólogos e Assistentes Sociais deverão desenvolver ações que cooperam para o processo de ensino-aprendizagem, auxiliam as escolas no desenvolvimento do processo</p>	<p>O processo de incorporação do psicólogo e da assistente social no ambiente escolar é deveras importante, entretanto esse processo ainda é gradativo e não linear. O papel desses profissionais na educação é amplo e favorece a um</p>	<p>Prevenção e minimização de problemas educacionais, orientação a equipe gestora na mediação de conflitos. Descrição das práticas do psicólogo e do assistente social no ambiente escolar. Processo de distribuição dos</p>	<p>Os profissionais atuarão de forma conjunta e também individual. Em conjunto irão analisar o cenário escolar, propor ações adequadas as demandas, participar da construção dos projetos políticos pedagógicos, incentivar a participação dos</p>

	pedagógico com o objetivo de prevenir e minimizar os problemas educacionais, assim como orientar a equipe gestora na mediação de conflitos, contribuindo com os encaminhamentos necessários a um ambiente adequado para aprendizagem.	olhar mais integral das práticas educativas (DE FREITAS, 2022; MENEZES, 2022).	profissionais por escola.	estudantes nas atividades escolares, formação dos profissionais da educação e estimular a participação da família na escola.
--	---	--	---------------------------	--

#### REFERÊNCIAS UTILIZADAS NESTE ARQUIVO E NÃO UTILIZADAS NO ARTIGO

ALMEIDA, Ney L. T. et al (Org). CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF, 2013b. (Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais), 2012.

BERTASSO, Maria Laura Lopes; DOS ANJOS, Ricardo Eleutério. A Psicologia nas Redes Públicas de Educação Básica: Uma análise da Lei No. 13935/2019 à luz da Teoria Histórico-Cultural. **Revista GESTO-Debate**, v. 6, n. 01-24, 2022. Disponível em: <<https://desafioonline.ufms.br/index.php/gestodebate/article/view/17159>> Acesso em 20 de abr. de 2023.

BRITO-SILVA, Keila; BEZERRA, Adriana Falangola Benjamin; TANAKA, Oswaldo Yoshimi. Direito à saúde e integralidade: uma discussão sobre os desafios e caminhos para sua efetivação. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 249-260, 2012.

DE FREITAS, Ariane Meneghetti. **Versões e inserções do serviço de psicologia na escola a partir da perspectiva da psicologia histórico-cultural**. Dissertação (Mestrado em Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grade, p. 94. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5345>> Acesso em 20 de abr. de 2023.

MENEZES, Laíza Rebelo. **Atuação das/os assistentes sociais na educação básica: análise da implementação gradativa da Lei 13.935/2019**. 2022. 32 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente). Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/32486>> Acesso em: 20 de abr. de 2023.

## APÊNDICE II – Roteiro preenchido de análise bibliográfica – Revisão Integrativa

### ROTEIRO DE ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

REFERÊNCIA	MÉTODO	PROPOSIÇÕES E RESULTADOS
1- ARAÚJO, Ilani Marques Souto et al. Atendimento educacional especializado e o ensino regular: interlocuções docentes com vistas à inclusão. <b>Revista on line de Política e Gestão Educacional</b> , p. 441-452, 2019.	Abordagem qualitativa, tipo descritivo-exploratório.	Propõem um trabalho colaborativo entre professores. Apresenta diversas barreiras que o estudante com necessidades educacionais especiais apresenta e a percepção de professores sobre os desafios da educação.
2- DA SILVA MANSUR, Georgia S.; FITARONI, Márcia de O. L.; GOMES, Geórgia R. R. A interdisciplinaridade nas salas de recursos multifuncionais: uma integração em busca da promoção do aluno com necessidades especiais no atendimento educacional especializado. <b>Imagens da Educação</b> , v. 10, n. 2, p. 80-91, 2020.	Qualitativa, descritiva, revisão bibliográfica.	Pesquisa apresenta a sala multifuncional como espaço para a realização do trabalho interdisciplinar e da importância desse modo de pensar múltiplo e do diálogo dos profissionais com a educação para potencializar o trabalho realizado.
3- DE PAULA SAMPAIO, Alexandre; MALDONADE, Irani Rodrigues; BAGAROLLO, Maria F. Atenção às queixas escolares na visão de profissionais da atenção primária à saúde no município de Campinas. <b>Distúrbios da Comunicação</b> , v. 30, n. 4, p. 667-678, 2018.	Qualitativo, descritivo.	O município conta com um projeto de serviço especializado no atendimento de crianças e adolescente com queixas escolares Saber Interdisciplinar em aprendizagem, este serviço articula saúde e educação. Os profissionais em sua maioria encaram as possíveis alterações no processo de aquisição da leitura e escrita, como de origem orgânica, que coincide com o protocolo, que abre espaço para a proposição de uma causa orgânica para o problema de aprendizagem. O que evidencia a pouca valorização das relações familiares e sociais para o processo de aquisição da leitura e da escrita.
4- DE SOUZA, Meriele Sabrina et al. Interface entre saúde e educação no processo de inclusão escolar. <b>Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro</b> , v. 10, 2020 LOBÃO; ROCHA; NASCIMENTO, 2021.	Qualitativo interpretativo.	Análise permitiu evidenciar desarticulação entre os profissionais de saúde e de educação. Para os profissionais da educação a demora dos procedimentos e a falta de especialistas torna o processo de inclusão mais desafiador, pois o conhecimento sobre a condição do estudante auxilia na criação de adaptações para o seu processo de aprendizagem. Os profissionais participantes da pesquisa percebem a importância da articulação entre a os trabalhadores da saúde e a educação para potencializar o aprendizado.

5- LIMA, Claudia Moreira de; FIGUEIREDO, Sue Ellen Ferreira Modesto Rey de; VECHIA, Akeisa Diele Ribeiro Dalla. Mapeamento dos recursos humanos e serviços ofertados por dois centros de atenção psicossocial infanto-juvenil. <b>Rev. port. Enferm. saúde mental</b> , p. 65-71, 2018.	Qualitativo, transversal, descritivo.	As ações citadas apresentam uma diversidade de iniciativas que são importantes para o cuidado com as crianças e os adolescentes, entretanto o artigo traz a limitação de recursos humanos. Apresentando uma limitação da secretaria de saúde nos municípios estudados.
6- LOBAO, Fabiana de Oliveira; ROCHA, Flávia Silva; NASCIMENTO, Ana Paula Leite. Educação Inclusiva e Assistência Estudantil: reflexões sobre as experiências de acesso, permanência e êxito do público atendido pelo Napne/IFS. 2021.	Qualitativo, pesquisa bibliográfica e documental.	Aponta para a importância do atendimento multiprofissional para pensar ações efetivas de acolhimento e de desenvolvimento do estudante. São levantadas questões que desafiam o trabalho com estudantes com Necessidade educacionais específicas. São ressignificadas concepções e práticas profissionais e institucionais, enquanto mecanismos que podem fortalecer o combate e a prevenção da evasão, retenção e exclusão escolar.
7- PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Elicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. Aspectos da avaliação dos alunos no atendimento educacional especializado das salas de recursos multifuncionais. <b>Revista Educação Especial</b> , v. 32, p. 1-20, 2019.	Quantitativa, Tipo de pesquisa descritiva, survey.	É evidenciado a dificuldade dos professores de realizar os encaminhamentos dos alunos com necessidade educacionais específicas por não conhecerem de fato as características que levariam o estudante a necessitar de atendimento educacional especializado. Os professores relatam a necessidade da equipe multiprofissional na escola para auxiliar nesses processos.

PROFISSIONAL	LOCAIS DE ATUAÇÃO	AÇÕES-	PÚBLICO	POLÍTICA PÚBLICAS
1- Professor do Atendimento Educacional Especializado Professor.	Sala de Recursos Multifuncional.	Diálogo constante entre profissionais. Incentiva propor políticas públicas mais efetivas que viabilizem apoio transdisciplinar.	Estudantes com deficiência Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento Estudantes com altas habilidades.	Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9.394/96 Lei 13.146 de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
2- Assistente social Fisioterapeuta Fonoaudióloga Psicólogo Psicopedagoga.	Sala de Recursos Multifuncional.	Propõe uso de <b>salas de recursos multifuncionais</b> e da criação de <b>interlocuções</b> para pensar ações conjuntas	Estudantes com deficiência Estudantes com transtornos globais do	Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica).

		numa perspectiva interdisciplinar.	desenvolvimento Estudantes com altas habilidades.	Portaria do Ministério da educação nº 13/2007 (Programa Implantação de salas de recursos multifuncionais). Programa Dinheiro Direto na Escola- Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2011. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
3- Enfermeiros Médicos Psicólogos Terapeutas ocupacionais Odontólogo Fonoaudiólogo.	Espaço Serviço-Saber Interdisciplinar em aprendizagem.	Criação de protocolo de encaminhamento escolar e da saúde para ser enviado para o centro de apoio. Criação de critérios para a inclusão no serviço. Promoção de ações integradoras como a discussão dos casos entre os profissionais da saúde e da educação.	Crianças e adolescente com queixas escolares.	Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
4- Enfermeiro Profissionais da educação Profissionais da saúde.	Escola e Unidade de saúde da Família.	Propõem maior articulação entre a saúde e a educação para o atendimento dos estudantes. Fala do papel da enfermagem na equipe multidisciplinar.	Estudantes com deficiência Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento Estudantes com altas habilidades.	Lei 12.796 de 4 de abril de 2013. Lei 13.146 de 6 de julho de 2015.

5- Médicos, Enfermeiros, Psicólogos, Terapeutas ocupacionais, Fonoaudiólogos Assistentes sociais.	CAPSi.	São realizadas oficina/grupo terapêutico, reuniões da equipe técnica, visita domiciliar, atendimento individual aos usuários e seus familiares, participação em assembleias e comemoração de datas festivas/mês.	Crianças e adolescentes com algum transtorno mental.	Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.
6- Pedagogo Assistente Social Intérprete de Libras Psicólogo Revisor de Braille Transcritor de Braille.	Espaço do NAPNE nos Institutos Federais de Sergipe.	Orientação aos professores e equipe educacional, sensibilização da comunidade, visando garantir o acesso, permanência, acompanhamento e desenvolvimento de atividades que viabilizem o aprendizado.	Pessoas com Necessidades específicas- Deficiência, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de aprendizagem, Altas Habilidades/Superdotação, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Comprometimento Temporário ou Permanente.	Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Estatuto da Pessoa com Deficiência).
7- Professores Médico Psicólogos.	Sala de Recursos Multifuncional.	Sugere Investimento em salas multifuncionais, atendimento educacional especializado, formação dos professores para lidar com as demandas dos alunos.	Equipe Escolar Estudantes com deficiência Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento Estudantes com altas habilidades.	Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

		<p>Propõe a presença de outros profissionais vinculados a educação para auxiliar os professores no processo de avaliação a cuidado com os estudantes.</p> <p>Propõe a criação de ações com a família para que ela participe do processo de inclusão escolar.</p>		
--	--	--	--	--

**APÊNDICE III – Acesso ao planilhamento das questões objetivas do questionário**

PARTICIPANTES	QUESTIONÁRIO															QUESTÕES FECHADAS																							
	3	4	7	10	12	13	14	15	16A	16B	17A	17B	18A	18B	19A	19B	20A	20B	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	39	40		
1	2	4	2	6				4	4	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3	4			3	3	4	3	4	3	3	4	3		2		4		5	
2	1	2	2	4				5	5	4	4	4	4	4	4	4	5	5	5	4	5			5	4	4	5	4	5	4	4	4		1		5		5	
3	1	5	2	5				3	3	3	3	3	2	2	3	3	3	3	2	6	4			3	3	3	3	3	4	6	6	6		2		6		5	
4	2	4	2	4				4	4	4	4	4	4	4	4	4	5	5	4	3	4			4	4	3	4	3	4	4	4	4		1		4		5	
5	2	4	2	4				3	4	4	1	4	3	3	3	3	3	4	4	3	4			4	4	4	4	4	4	4	4	6		2		6		5	
6	2	4	2	5				4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			5	2	3	4	5	3	4	4	4		2		6		5	
7	1	5	2	4				5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	5	5			5	5	5	4	5	5	5	5		1		4		5	
8	2	5	2	4				3	4	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	4			4	3	3	1	1	2	4	3	3		2		6		5
9	2	5	2	5				3	4	4	2	2	3	3	3	3	4	4	3	3	4			5	5	5	4	5	5	4	4	4		2		6		5	
10	2	5	2	4				3	4	6	3	6	1	1	3	3	4	4	6	1	4			4	3	3	3	3	3	1	1	1		2		6		5	
11	2	5	2	5				3	4	4	3	3	1	1	3	3	4	4	1	1	4			4	3	3	3	3	3	1	1	1		2		4		5	
12	2	4	2	4				4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			4	4	4	4	4	4	4	4	4		1		4		5	
13	2	4	2	5				4	4	4	4	6	4	4	4	4	4	6	4	4	4			4	5	5	4	5	5	6	4	4		2		6		5	
14	2	4	2	6				4	5	4	3	3	3	3	3	3	4	4	3	3	4			3	3	4	3	3	3	3	3	4		2		6		5	
15	2	5	2	4				4	4	4	1	1	4	6	4	4	4	4	1	1	4			4	4	4	4	4	4	4	4	1	4		1		4		5
16	1	5	1	6				2	3	3	1	1	2	2	3	3	4	3	6	3	3			3	2	3	6	6	4	6	6	6		2		6		5	
17	2	4	1	4				3	3	3	6	6	3	3	3	3	3	3	3	6	4			3	3	3	3	3	6	6	2	2		1		3		4	
18	2	5	1	5				3	3	3	6	6	5	6	3	3	3	3	3	6	4			3	3	2	3	3	6	6	1	1		2		6		5	
19	2	2	3	4				3	4	4	3	3	3	3	3	3	4	4	3	3	4			4	3	3	4	4	4	4	4	3		1		5		5	
20	2	2	3	5				6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6			6	6	6	6	6	6	6	6		3		6		5		
21	2	4	3	4				4	4	4		4	4	4	4	4	4	4	4	1	3			4	4	4	4	4	4	1	4	1		1		4		5	
22	2	4	3	4				4	4	4	4	4	3	4	3	3	4	4	4	3	4			4	4	4	4	4	4	4	4		2		6		5		
23	1	4	3	4				4	4	4	1	1	1	1	4	4	4	4	4	2	4			4	2	4	2	4	2	2	4	4		1		4		5	
24	1	5	3	5				4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			4	4	4	4	4	4	4	4		2		4		5		

Acesso a planilha



**APÊNDICE IV – Roteiro do questionário**

## **Questionário de Pesquisa da Pós-Graduação- Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social**

Título do Projeto: **PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRADA NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAUBARA-BA**

**DIMENSÃO 1 - IDENTIFICAÇÃO**

Questão 1	Nome Completo
Questão 2	Data de nascimento
Questão 3	Sexo
	( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro:
Questão 4	Etnia
	( ) Amarelo ( ) Branco ( ) Indígena ( ) Pardo ( ) Preto ( ) Outra ( ) Prefiro não me classificar ( ) Prefiro não responder
Questão 5	Profissão
Questão 6	Residência
Questão 7	Área de Trabalho
	( ) Assistência Social ( ) Educação ( ) Saúde
Questão 8	Quantos anos trabalha na área?
Questão 9	Quantos anos trabalha no setor público?
Questão 10	Qual o tipo de formação?
	( ) Licenciatura ( ) Bacharelado

Questão 11	Qual o seu nível de formação máximo concluído?
	<input type="checkbox"/> 1. Pós-graduação – pós doutorado <input type="checkbox"/> 2. Pós graduação – doutorado <input type="checkbox"/> 3. Pós-graduação – mestrado <input type="checkbox"/> 4. Pós-graduação – especialização <input type="checkbox"/> 5. Graduação
Questão 12	Quais as especificidades do seu trabalho? Com o quê lida na sua rotina de trabalho?

## **DIMENSÃO 2 – PERCEPÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL**

Questão 13	Como você avalia a importância da implementação de um Núcleo de Atendimento Multiprofissional na rede de ensino municipal?
	<input type="checkbox"/> Sem importância <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Muito importante
Questão 14	Quais os profissionais que você acredita que devem compor uma equipe multiprofissional na rede de ensino dos municípios? (Marque quantos achar necessário)
	<input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Fonoaudiólogo <input type="checkbox"/> Terapeuta Ocupacional <input type="checkbox"/> Psicólogo <input type="checkbox"/> Psicopedagogo <input type="checkbox"/> Pedagogo <input type="checkbox"/> Enfermeiro <input type="checkbox"/> Assistente Social <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Fisioterapeuta <input type="checkbox"/> Artesão <input type="checkbox"/> Nutricionista <input type="checkbox"/> Musicoterapeuta <input type="checkbox"/> Educador Físico <input type="checkbox"/> Dentista <input type="checkbox"/> Outro:
Questão 15	Quais demandas os profissionais que compõem a equipe multiprofissional de ensino devem atender?
	<input type="checkbox"/> Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais <input type="checkbox"/> Famílias em condição de vulnerabilidade social <input type="checkbox"/> Estudantes com dificuldade de aprendizagem <input type="checkbox"/> Estudantes com processo alfabetizador não consolidado <input type="checkbox"/> Estudantes sem dificuldade de aprendizagem <input type="checkbox"/> Estudantes da Educação de Jovens e Adultos <input type="checkbox"/> Famílias de crianças com Necessidades Educacionais Especiais <input type="checkbox"/> Estudantes em condição de vulnerabilidade social <input type="checkbox"/> Estudantes em condição ou com histórico de desnutrição <input type="checkbox"/> Estudantes que apresentam dificuldades de reintegração pós pandemia

	<input type="checkbox"/> Estudantes com histórico de acompanhamento com profissional de saúde <input type="checkbox"/> Outro:	
Questão 16	Considerando que o Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante (NAEPE), em funcionamento em Saubara-BA, é um espaço de atendimento multiprofissional, quais os profissionais que compõem a equipe multiprofissional do NAEPE?	
	<input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Fonoaudiólogo <input type="checkbox"/> Terapeuta Ocupacional <input type="checkbox"/> Psicólogo <input type="checkbox"/> Psicopedagogo <input type="checkbox"/> Pedagogo <input type="checkbox"/> Enfermeiro <input type="checkbox"/> Assistente Social <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Fisioterapeuta <input type="checkbox"/> Artesão <input type="checkbox"/> Nutricionista <input type="checkbox"/> Musicoterapeuta <input type="checkbox"/> Educador Físico <input type="checkbox"/> Dentista <input type="checkbox"/> Outro:	
Para responder as próximas questões, considere a sua percepção sobre o trabalho multiprofissional NAEPE realizado na rede pública de ensino de Saubara-BA. Avalie a partir da escala <b>assinando</b> apenas uma das opções, onde:		
<b>1- Inexistente; 2- Ineficaz; 3- Pouco Eficaz; 4- Eficaz; 5- Muito Eficaz</b>		
Questão 17	Quanto a composição de equipe com profissionais de múltiplas áreas está é:	
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz	
Questão 18	Quanto aos <b>estudantes</b> que demandem Atendimento Educacional Especializado, este é:	Quanto ao atendimento as <b>famílias</b> de estudantes que demandem Atendimento Educacional Especializado, este é:
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz
Questão 19	Quanto ao atendimento aos estudantes em condição ou com histórico de desnutrição, este é:	Quanto ao atendimento as famílias de estudantes em condição ou com histórico de desnutrição, este é:
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz

	( ) 4- Eficaz ( ) 5- Muito Eficaz	( ) 4- Eficaz ( ) 5- Muito Eficaz
Questão 20	Quanto ao atendimento a estudantes vítimas de violência, este é:	Quanto ao atendimento as família de estudantes vítimas de violência, este é:
	( ) 1- Inexistente ( ) 2- Ineficaz ( ) 3- Pouco Eficaz ( ) 4- Eficaz ( ) 5- Muito Eficaz	( ) 1- Inexistente ( ) 2- Ineficaz ( ) 3- Pouco Eficaz ( ) 4- Eficaz ( ) 5- Muito Eficaz
Questão 21	Quanto ao atendimento aos estudantes em condição de vulnerabilidade social, este é	Quanto ao atendimento as famílias de estudantes em condição de vulnerabilidade social, este é:
	( ) 1- Inexistente ( ) 2- Ineficaz ( ) 3- Pouco Eficaz ( ) 4- Eficaz ( ) 5- Muito Eficaz	( ) 1- Inexistente ( ) 2- Ineficaz ( ) 3- Pouco Eficaz ( ) 4- Eficaz ( ) 5- Muito Eficaz
Questão 22	Quanto ao atendimento aos estudantes com doenças mentais, este é:	Quanto ao atendimento aos estudantes com histórico familiar de doenças mentais, este é:
	( ) 1- Inexistente ( ) 2- Ineficaz ( ) 3- Pouco Eficaz ( ) 4- Eficaz ( ) 5- Muito Eficaz	( ) 1- Inexistente ( ) 2- Ineficaz ( ) 3- Pouco Eficaz ( ) 4- Eficaz ( ) 5- Muito Eficaz
Questão 23	Quanto ao atendimento aos estudantes com histórico familiar de abandono escolar, este é:	
	( ) 1- Inexistente ( ) 2- Ineficaz ( ) 3- Pouco Eficaz ( ) 4- Eficaz ( ) 5- Muito Eficaz	
Questão 24	Quanto ao atendimento a estudantes com histórico de problemas de saúde bucal	
	( ) 1- Inexistente ( ) 2- Ineficaz ( ) 3- Pouco Eficaz ( ) 4- Eficaz ( ) 5- Muito Eficaz	

Para responder as próximas questões, continue considerando a sua percepção sobre o trabalho multiprofissional do NAEPE realizado na rede pública de ensino de Saubara-BA, mas agora atente para as alternativas a serem preenchidas, pois diferem da usada nas questões de 17 a 24.

Questão 25	Quão satisfeito você está com o trabalho multiprofissional ofertado na rede pública de ensino do seu município?
	( ) 1- Completamente insatisfeito ( ) 2- Insatisfeito ( ) 3- Indiferente

	<input type="checkbox"/> 4- Satisfeito <input type="checkbox"/> 5- Completamente Satisfeito
Questão 26	Quais as principais demandas que chegam até você relacionados ao atendimento multiprofissional ofertado na rede pública de ensino?
	<input type="checkbox"/> Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais <input type="checkbox"/> Famílias em condição de vulnerabilidade social <input type="checkbox"/> Estudantes da Educação de Jovens e Adultos <input type="checkbox"/> Famílias de crianças com Necessidades Educacionais Especiais <input type="checkbox"/> Estudantes em condição de vulnerabilidade social <input type="checkbox"/> Estudantes em condição ou com histórico de desnutrição <input type="checkbox"/> Estudantes que apresentam dificuldades de reintegração pós pandemia <input type="checkbox"/> Estudantes com histórico de abandono escolar <input type="checkbox"/> Estudantes em condição de adoecimento mental <input type="checkbox"/> Estudantes com histórico de problemas de saúde bucal <input type="checkbox"/> Outro:
<p>Para responder as próximas questões considere a sua percepção sobre o trabalho no Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante no município de Saubara-BA. Avalie a partir da escala onde:</p> <p><b>1- Inexistente; 2- Ineficaz; 3- Pouco Eficaz; 4- Eficaz; 5- Muito Eficaz</b></p>	
Questão 27	Quanto ao acesso dos estudantes a serviços de atendimento especializado de forma ampla que dê conta das demandas apresentadas por eles:
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz
Questão 28	Quanto a frequência dos estudantes nos atendimentos realizados no NAEPE, quão efetivo são as medidas para manter a frequência dos estudantes?
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz
Questão 29	Quanto a permanência dos estudantes nos atendimentos realizados no NAEPE, quão efetivas são as medidas para manter a permanência dos estudantes?
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz
Questão 30	Quanto ao atendimento realizado junto a equipe escolar, avalie as orientações dadas quanto ao acompanhamento e adaptações as demandas dos estudantes:
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz

	<input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz
Questão 31	Quanto ao atendimento realizado junto a equipe escolar, avalie as formações realizadas relacionadas as demandas dos estudantes:
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz
Questão 32	Quanto ao fluxo de comunicação entre o NAEPE com a gestão escolar, este é:
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz
Questão 33	Quanto ao fluxo de comunicação entre o NAEPE com a gestão de saúde, está é:
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz
Questão 34	Quanto ao fluxo de comunicação entre o NAEPE com a assistência social, esta é:
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz
Questão 35	Quanto ao fluxo de comunicação entre o NAEPE e os outros profissionais (excluindo os da saúde e assistência), este é:
	<input type="checkbox"/> 1- Inexistente <input type="checkbox"/> 2- Ineficaz <input type="checkbox"/> 3- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz

Para responder as próximas questões, continue considerando a sua percepção sobre o trabalho multiprofissional do NAEPE realizado na rede pública de ensino de Saubara-BA, mas agora atente para as alternativas a serem preenchidas, pois diferem da usada nas questões de 27 a 35.

Questão 36	Quais os efeitos do trabalho multiprofissional do NAEPE na rede municipal de ensino?
	<input type="checkbox"/> Melhorias nos processos de ensino aprendizagem <input type="checkbox"/> Aumento da frequência escolar <input type="checkbox"/> Melhorias no desempenho acadêmico dos estudantes <input type="checkbox"/> Redução da violência dentro da escola <input type="checkbox"/> Melhoria na qualidade das relações dentro do ambiente escolar entre estudantes

	<input type="checkbox"/> Melhoria na qualidade das relações dentro do ambiente escolar entre estudantes e professores <input type="checkbox"/> Melhoria na qualidade das relações dentro do ambiente escolar entre equipe escolar e pais <input type="checkbox"/> Redução das taxas de abandono escolar <input type="checkbox"/> Redução das notificações (suspensões) dos estudantes <input type="checkbox"/> Outro:
Questão 37	Você conhece outros Núcleos de atendimento multiprofissional em educação estabelecidos em outros municípios?
	<input type="checkbox"/> 1- Sim <input type="checkbox"/> 2- Não
Questão 38	Em caso de positivo na questão anterior, quais os profissionais que trabalham no centro de atendimento multiprofissional de educação deste outro município?
	<input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Fonoaudiólogo <input type="checkbox"/> Terapeuta Ocupacional <input type="checkbox"/> Psicólogo <input type="checkbox"/> Psicopedagogo <input type="checkbox"/> Pedagogo <input type="checkbox"/> Enfermeiro <input type="checkbox"/> Assistente Social <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Fisioterapeuta <input type="checkbox"/> Artesão <input type="checkbox"/> Nutricionista <input type="checkbox"/> Musicoterapeuta <input type="checkbox"/> Educador Físico <input type="checkbox"/> Dentista <input type="checkbox"/> Outro:
Questão 39	Como você avalia o trabalho desenvolvido no município pelos profissionais que sinalizou na questão 36?
	<input type="checkbox"/> 1- Ineficaz <input type="checkbox"/> 2- Pouco Eficaz <input type="checkbox"/> 3- Indiferente <input type="checkbox"/> 4- Eficaz <input type="checkbox"/> 5- Muito Eficaz
Questão 40	Justifique a resposta anterior:
Questão 41	Em sua opinião, quais os profissionais que poderiam integrar a equipe multiprofissional do município de Saubara-BA?
	<input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Fonoaudiólogo <input type="checkbox"/> Terapeuta Ocupacional <input type="checkbox"/> Psicólogo <input type="checkbox"/> Psicopedagogo

	<input type="checkbox"/> Pedagogo <input type="checkbox"/> Enfermeiro <input type="checkbox"/> Assistente Social <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Fisioterapeuta <input type="checkbox"/> Artesão <input type="checkbox"/> Nutricionista <input type="checkbox"/> Musicoterapeuta <input type="checkbox"/> Educador Físico <input type="checkbox"/> Dentista <input type="checkbox"/> Outro:
Questão 42	Há mais alguma coisa que gostaria de responder que não lhe foi perguntado? Use o espaço a seguir para escrever.

## APÊNDICE V – Tabelas de resultados

**Tabela 3 – Sexo – Descritores e equivalência quantitativa.**

Alternativas	Frequência
Homens	6
Mulheres	18
Outros	0

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 4 – Etnia – Descritores e equivalência quantitativa.**

Alternativas	Frequência
Amarelo	0
Branco	3
Indígena	0
Pardo	11
Preto	10
Outra	0
Prefiro não me classificar	0
Prefiro não responder	0

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 7 – Área de trabalho– Descritores e equivalência quantitativa.**

Alternativas	Frequência
Assistência Social	3
Educação	15
Saúde	6

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 10 – Qual o seu nível de formação máximo concluído? Descritores e equivalência quantitativa.**

Alternativas	Frequência
Pós-graduação – pós-doutorado	0
Pós-graduação – doutorado	0
Pós-graduação – mestrado	0
Pós-graduação – especialização	13
Graduação	8
Não responderam	3

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 12** – Quais os profissionais que você acredita que devem compor uma equipe multiprofissional na rede de ensino dos municípios – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Médicos	9
Fonoaudiólogo	22
Terapeuta ocupacional	14
Psicólogo	23
Psicopedagogo	23
Pedagogo	21
Enfermeiro	9
Assistente Social	22
Advogado	9
Fisioterapeuta	12
Artesão	9
Nutricionista	18
Musicoterapeuta	19
Educador Físico	17
Dentista	12
Outros	0

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 13** – Quais demandas os profissionais que compõem a equipe multiprofissional de ensino devem atender? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais	23
Famílias em condição de vulnerabilidade social	16
Estudantes com dificuldade de aprendizagem	22
Estudantes com processo alfabetizador não consolidado	6
Estudantes sem dificuldade de aprendizagem	11
Estudantes da Educação de Jovens e Adultos	23
Famílias de crianças com Necessidades Educacionais Especiais	19
Estudantes em condição de vulnerabilidade social	17
Estudantes em condição ou com histórico de desnutrição	22
Estudantes que apresentam dificuldades de reintegração pós pandemia	1
Estudantes com histórico de acompanhamento com profissional de saúde	1
Outros	0

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 14** – Considerando que o Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante (NAEPE), em funcionamento em Saubara-BA, é um espaço de atendimento multiprofissional, quais os profissionais que compõem a equipe multiprofissional do NAEPE? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Médico	0
Fonoaudiólogo	6
Terapeuta Ocupacional	4
Psicólogo	21
Psicopedagogo	20
Pedagogo	7
Enfermeiro	0
Assistente Social	6
Advogado	1
Fisioterapeuta	1
Artesão	1
Nutricionista	4
Musicoterapeuta	2
Educador Físico	5
Dentista	1
Outro	3

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 15** – Quanto a composição de equipe com profissionais de múltiplas áreas esta é – Descritores e equivalência quantitativa

Alternativas	Frequência
Inexistente	0
Ineficaz	1
Pouco Eficaz	9
Eficaz	11
Muito Eficaz	2
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 16 A** – Quanto aos estudantes que demandem Atendimento Educacional Especializado, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	0
Ineficaz	0
Pouco Eficaz	4
Eficaz	16
Muito Eficaz	3
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 16 B** – Quanto **as famílias** de estudantes que demandem Atendimento Educacional Especializado, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	0
Ineficaz	0
Pouco Eficaz	4
Eficaz	17
Muito Eficaz	1
Não Responderam	2

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 17 A** – Quanto ao atendimento aos estudantes em condição ou com histórico de desnutrição, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	5
Ineficaz	1
Pouco Eficaz	5
Eficaz	8
Muito Eficaz	1
Não Responderam	4

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 17 B** – Quanto ao atendimento as famílias de estudantes em condição ou com histórico de desnutrição, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	4
Ineficaz	1
Pouco Eficaz	4
Eficaz	8
Muito Eficaz	1
Não Responderam	6

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 18 A** – Quanto ao atendimento a estudantes vítimas de violência, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	4
Ineficaz	2
Pouco Eficaz	7
Eficaz	8
Muito Eficaz	2
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 18 B** – Quanto ao atendimento as famílias a estudantes vítimas de violência, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	4
Ineficaz	2
Pouco Eficaz	6
Eficaz	8
Muito Eficaz	1
Não Responderam	3

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 19 A** – Quanto ao atendimento aos estudantes em condição de vulnerabilidade social, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	1
Ineficaz	0
Pouco Eficaz	12
Eficaz	9
Muito Eficaz	1
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 19 B** – Quanto ao atendimento as famílias de estudantes em condição de vulnerabilidade social, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	1
Ineficaz	0
Pouco Eficaz	12
Eficaz	9
Muito Eficaz	1
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 20 A** – Quanto ao atendimento aos estudantes com doenças mentais, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	1
Ineficaz	0
Pouco Eficaz	5
Eficaz	14
Muito Eficaz	3
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 20 B** – Quanto ao atendimento aos estudantes com histórico familiar de doenças mentais, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	1
Ineficaz	0
Pouco Eficaz	5
Eficaz	13
Muito Eficaz	3
Não Responderam	2

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 21** – Quanto ao atendimento aos estudantes com histórico familiar de abandono escolar, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	2
Ineficaz	1
Pouco Eficaz	6
Eficaz	11
Muito Eficaz	1
Não Responderam	3

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 22** – Quanto ao atendimento a estudantes com histórico de problemas de saúde bucal, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	5
Ineficaz	1
Pouco Eficaz	8
Eficaz	5
Muito Eficaz	1
Não Responderam	4

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 23** – Quão satisfeito você está com o trabalho multiprofissional ofertado na rede pública de ensino do seu município – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Completamente insatisfeito	0
Insatisfeito	0
Indiferente	2
Satisfeito	19
Completamente Satisfeito	2
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 24** – Quais as principais demandas que chegam até você relacionado ao atendimento multiprofissional ofertado na rede pública de ensino? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais	19
Famílias em condição de vulnerabilidade social	11
Estudantes da Educação de Jovens e Adultos	3
Famílias de crianças com Necessidades Educacionais Especiais	15
Estudantes em condição de vulnerabilidade social	9
Estudantes em condição ou com histórico de desnutrição	4
Estudantes que apresentam dificuldades de reintegração pós pandemia	9
Estudantes com histórico de abandono escolar	8
Estudantes em condição de adoecimento mental	10
Estudantes com histórico de problemas de saúde bucal	3
Outros	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 25** – Quanto ao acesso dos estudantes a serviço de atendimento especializado de forma ampla que dê conta das demandas apresentadas por eles– Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	0
Ineficaz	0
Pouco Eficaz	6
Eficaz	13
Muito Eficaz	4
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 26**– Quanto a frequência dos estudantes nos atendimentos realizados no NAEPE, quão efetivo são as medidas para manter a frequência dos estudantes? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	0
Ineficaz	3
Pouco Eficaz	9
Eficaz	8
Muito Eficaz	3
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 27**– Quanto a permanência dos estudantes nos atendimentos realizados no NAEPE, quão efetivas são as medidas para manter a permanência dos estudantes? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	0
Ineficaz	1
Pouco Eficaz	9
Eficaz	10
Muito Eficaz	3
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 28**– Quanto ao atendimento realizado junto a equipe escolar, avalie as orientações dadas quanto ao acompanhamento e adaptações as demandas dos estudantes – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	1
Ineficaz	1
Pouco Eficaz	7
Eficaz	12
Muito Eficaz	1
Não Responderam	2

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 29**– Quanto ao atendimento realizado junto a equipe escolar, avalie as formações realizadas relacionadas as demandas dos estudantes – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	1
Ineficaz	0
Pouco Eficaz	7
Eficaz	10
Muito Eficaz	4
Não Responderam	2

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 30** – Quanto ao fluxo de comunicação entre o NAEPE com a gestão escolar, este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	0
Ineficaz	2
Pouco Eficaz	5
Eficaz	10
Muito Eficaz	4
Não Responderam	3

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 31** – Quanto ao fluxo de comunicação entre o NAEPE com a gestão de saúde, esta é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	3
Ineficaz	1
Pouco Eficaz	2
Eficaz	11
Muito Eficaz	1
Não Responderam	6

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 32** – Quanto ao fluxo de comunicação entre o NAEPE com a assistência social, esta é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	4
Ineficaz	1
Pouco Eficaz	2
Eficaz	13
Muito Eficaz	1
Não Responderam	3

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 33** – Quanto ao fluxo de comunicação entre o NAEPE e outros profissionais (excetuando os da saúde e assistência), este é – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	4
Ineficaz	1
Pouco Eficaz	3
Eficaz	11
Muito Eficaz	1
Não Responderam	4

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 34** – Quais os efeitos do trabalho multiprofissional do NAEPE na rede municipal de ensino? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Melhorias nos processos de ensino aprendizagem	19
Aumento da frequência escolar	8
Melhorias no desempenho acadêmico dos estudantes	15
Redução da violência dentro da escola	14
Melhoria na qualidade das relações dentro do ambiente escolar entre estudantes	21
Melhoria na qualidade das relações dentro do ambiente escolar entre estudantes e professores	18
Melhoria na qualidade das relações dentro do ambiente escolar	18

entre equipe escolar e pais	
Redução das taxas de abandono escolar	10
Redução das notificações (suspensões) dos estudantes	9
Outros	0

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 35** – Você conhece outros Núcleos de atendimento multiprofissional em educação estabelecidos em outros municípios? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Sim	9
Não	14
Não Responderam	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 36** – Em caso de positivo na questão anterior, quais os profissionais que trabalham no centro de atendimento multiprofissional de educação deste outro município? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Médico	2
Fonoaudiólogo	8
Terapeuta Ocupacional	4
Psicólogo	10
Psicopedagogo	8
Pedagogo	7
Enfermeiro	3
Assistência Social	8
Advogado	2
Fisioterapeuta	4
Artesão	2
Nutricionista	5
Musicoterapeuta	3
Educador Físico	4
Dentista	2
Outro	2

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 37** – Como você avalia o trabalho desenvolvido no município pelos profissionais que sinalizou na questão 36? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Inexistente	0
Ineficaz	0
Pouco Eficaz	1
Eficaz	9
Muito Eficaz	2
Não Responderam	12

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 39** – Em sua opinião, quais os profissionais que poderiam integrar a equipe multiprofissional do município de Saubara-BA? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Médico	10
Fonoaudiólogo	22
Terapeuta Ocupacional	17
Psicólogo	14
Psicopedagogo	14
Pedagogo	14
Enfermeiro	9
Assistente Social	18
Advogado	10
Fisioterapeuta	15
Artesão	8
Nutricionista	16
Músicoterapeuta	17
Educador Físico	17
Dentista	13
Outros	4

Fonte: Autoria nossa, 2023.

**Tabela 40** – Como você avalia a importância da implementação de um Núcleo de Atendimento Multiprofissional não apenas voltado para a educação especial, mas para toda a rede de ensino municipal? – Descritores e equivalência quantitativa.

Alternativas	Frequência
Sem importância	0
Pouco importante	0
Indiferente	0
Importante	1
Muito Importante	22
Não respondeu	1

Fonte: Autoria nossa, 2023.

APÊNDICE VI – Roteiro da entrevista

## Entrevista de Pesquisa da Pós-Graduação- Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social

Título do Projeto: **PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRADA NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAUBARA-BA**

Nome Completo

E-mail

Questão 1	Agora assim, vamos começar a falar sobre o atendimento multiprofissional. O que você sabe sobre isso?
Questão 2	Fale-me um pouco sobre como você pensa que ele deveria acontecer o Atendimento multiprofissional no campo educacional?
Questão 3	Quais os principais desafios que a rede municipal de ensino enfrenta que justifique a criação de um Núcleo de Atenção Multiprofissional Educacional?
Questão 4	Considerando a atuação do Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante faça uma análise global sobre o seu papel na rede educacional de Saubara-BA? (Considerar- o que é? O que faz? Como faz? Os aspectos que limitam e os pontos positivos?)
Questão 5	Como você avalia a integração entre o trabalho realizado no NAEPE e a área da saúde no município? (Existe comunicação entre eles? Existe trabalho em conjunto?)
Questão 6	Como você percebe a integração entre do trabalho do NAEPE e da assistência social no município? (Existe comunicação entre eles? Existe trabalho em conjunto?)
Questão 7	Como você percebe a integração do trabalho realizado entre a gestão escolar e a assistência social?
Questão 8	Como você percebe a integração do trabalho realizado entre a gestão escolar e a saúde?
Questão 9	Que contribuições um trabalho integrado entre a saúde, assistência social e educação podem gerar para o município, para a sua prática profissional, para os estudantes e para as famílias?
Questão 10	De que maneira você imagina o funcionamento do NAME? Como você pensaria o fluxo de atendimento para o NAME?
Questão 11	Na sua opinião, qual a infraestrutura necessária para a implantação do NAME? Considere: - Quantidade de salas

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Materiais de atendimento</li><li>- Testes</li><li>- Materiais</li><li>- Espaço físico</li><li>- Recursos técnicos</li><li>- Pessoal</li><li>- Layout</li><li>- Recursos didáticos</li></ul>
Questão 12	Considerando a Lei 13.935/2019 que sugere a implantação de Assistente Social e Psicólogo na equipe escolar, como você percebe a atuação desses profissionais na escola? O que é? Como faz? O que faz? Os aspectos que limitam e os pontos positivos:

APÊNDICE VII – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – questionário

## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### Questionário de Pesquisa da Pós-Graduação- Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social

Título do Projeto: **PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRADA NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAUBARA-BA**

Olá, tudo bem? Você está sendo convidado (a) a participar do estudo intitulado “**Proposta de implementação de um programa de atenção integrada na educação do município de Saubara-BA**”. Este estudo será realizado pelo psicólogo Felipe Novaes que integra a equipe do Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante no município de Saubara-BA. O convite se dá porque os avanços relativos ao conhecimento científico e ao desenvolvimento de propostas de intervenção na área da Ciência Política, com foco na gestão de políticas públicas ocorrem por meio de estudos como este, por isso a sua participação é importante.

O objetivo deste estudo é **propor um conjunto de ações sistematicamente articuladas, com vistas a criação de um programa de atenção integrada para a rede pública municipal de ensino de Saubara-BA**. O convite se estende aos (as) profissionais de saúde e assistência social e aos gestores (as) da educação do município de Saubara-BA. Desse modo, lhe convidamos a participar desta entrevista que aborda questões sobre o que é o atendimento multiprofissional, suas percepções de como um atendimento multiprofissional deve ocorrer, os principais desafios que a rede de educação do município enfrentam, análises pessoais sobre o trabalho realizado pelas equipes que atendem na rede de educação no município de Saubara-BA, suas expectativas em como ele pode funcionar e dos profissionais que podem integrar uma equipe de atendimento multiprofissional. Os critérios de inclusão deste estudo são: Ter disponibilidade em participar da pesquisa voluntariamente, ter vínculo de trabalho com o município de Saubara-BA nas áreas de saúde, educação ou assistência social, estar em atividade durante a coleta de dados, ser gestor de uma escola do município, para os trabalhadores da área da educação, trabalhar com o atendimento ao público, para os trabalhadores da saúde e da assistência social. O tempo de preenchimento previsto é de 30 a 45 minutos.

Além do que já foi mencionado até aqui, acrescento que a entrevista ao qual você está sendo convidado a participar, faz parte de uma investigação de natureza qualitativa, do tipo descritiva, que se utiliza também de questionário e análise documental, todos realizados de forma não presencial, utilizando-se das ferramentas em ambientes virtuais, para otimização da coleta de dados e informações que posteriormente serão tabuladas, interpretadas, analisadas e discutidas à luz de autores de referência.

Considerando o que prevê a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), toda pesquisa com seres humanos envolve algum risco para os participantes. No caso desta pesquisa, por estimular o compartilhamento da percepção e a reflexão da própria prática e de outros profissionais como gestores (as) da educação ou colegas de profissão, pode ser gerado algum constrangimento aos participantes à medida que exponham certos aspectos da sua atuação ou da atuação dos demais colegas. Para minimizá-los, serão tomados os cuidados necessários para preservação do anonimato da identidade dos (as) participantes da pesquisa, sendo atribuída uma sigla, a exemplo: GE – Gestor Escolar, PS – Profissional de Saúde, PAS-

Profissional da Assistência Social seguida do número correspondente a cada informante (ex: GE 001, GE 002, PS 001, PS 002... 003); além disso, é assegurada a garantia do direito de omitir-se de responder a qualquer questão ou afastar-se da pesquisa a qualquer momento sem nenhum ônus ou prejuízo..

No contexto da participação não presencial, um dos danos se refere a utilização de ferramentas em ambiente virtual, os participantes e pesquisador estão limitados às ferramentas disponíveis, sendo assim, também correm o risco de sofrer violação de dados, o que pode expor a identidade e as respostas dadas pelo participante na pesquisa ou de deixar de participar de algum instrumento em virtude das limitações de acesso à equipamentos e *internet*. Para minimizar esse dano ou risco, as ferramentas que serão utilizadas são de coleta especializada para receber os dados. Ainda assim, informamos que a qualquer tempo você pode contar com o suporte do pesquisador que também garante a comprovação de sua participação e possíveis consultas futuras. Por essa razão, é recomendável que você registre o nome e contato deste. Outro aspecto importante é que os procedimentos de contato para a realização da pesquisa serão individualizados, não serão utilizadas listas ou grupos evitando que os participantes tenham qualquer acesso a respostas de outros participantes.

As informações fornecidas pelos participantes serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmico-científicos, com a garantia do armazenamento em local seguro e de acesso exclusivo do pesquisador, por período estimado de 5 anos, das respostas as entrevistas, após esse período os arquivos serão destruídos. Como forma de acompanhamento e assistência, ressaltamos que será fornecido apoio intelectual ou emocional a qualquer participante que sentir necessidade, este apoio poderá ser acionado mediante contato a qualquer momento com o pesquisador e/ou seu orientador da pesquisa. Nele serão elucidadas quaisquer dúvidas que possam surgir sobre a pesquisa e sobre qualquer desconforto que possa surgir ao longo da participação da pesquisa. Através de escuta e diálogos com o pesquisador e seu orientador. Esses contatos poderão ser feitos inicialmente pelos e-mails e telefones: neuropsicologofelipenovaes@gmail.com e neilton@ufrb.ed.br ou no endereço: Rua Ananias Requião, s/n Centro. 44220-000 Saubara – BA. Ademais, qualquer dúvida de natureza ética poderá ser esclarecida junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB (CEP/UFRB), sediado na em Cruz das Almas-BA, Rua Rui Barbosa, s/n, Centro, CEP: 44380-000, por telefone (75) 3621-6850 ou por e-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado composto com profissionais de múltiplas áreas, ele é independente, ou seja, não está associado ao interesse do pesquisador ou de alguma instituição específica. O CEP existe para defender os interesses dos participantes da pesquisa tanto em sua dignidade, quanto em sua integridade. Sua maior função é prezar pelos padrões éticos da pesquisa. Espera-se que os benefícios decorrentes da sua participação nesta pesquisa possam contribuir para a proposição da criação de um programa aplicado a educação pública que considere os estudantes de modo integral e que atenda suas demandas em níveis distintos, seja na educação, na saúde e na assistência social.

Você poderá obter todas as informações que quiser junto ao pesquisador inclusive ao registro de consentimento (este documento) sempre que solicitado. Para solicitação, basta enviar o pedido por e-mail (neuropsicologofelipenovaes@gmail.com.). Conforme já mencionado, poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo no seu atendimento. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas também não terá nenhum custo, uma vez que a coleta será realizada no ambiente de trabalho ou remotamente. Garantimos ainda, que as ferramentas utilizadas em meio virtual são de acesso gratuito e de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Garantimos que os resultados da pesquisa serão publicizados ao final da pesquisa de modo digital no site da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em forma de dissertação. De acordo com a Resolução CNS 510/2016, informamos também, que os participantes terão acesso aos resultados da pesquisa

que serão enviados por e-mail. Além disso, poderão participar como ouvintes da defesa da dissertação. Como resultado dessa pesquisa será produzida uma proposta estruturada de documento, contendo as diretrizes de um programa de atendimento integrado na educação. Este, por sua vez, será disponibilizado para a prefeitura com recomendações a serem consideradas pelo poder público.

**Felipe de Novaes Coelho**

**Pesquisador responsável**

Telefone: (75) 99206-0459

E-mail: [neuropsicologofelipenovaes@gmail.com](mailto:neuropsicologofelipenovaes@gmail.com)

Endereço profissional: Rua Ananias Requião, s/n Centro. 44220-000 Saubara – BA  
Discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social,  
da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

**Neilton da Silva**

**Orientador responsável**

E-mail: [neilton@ufrb.edu.br](mailto:neilton@ufrb.edu.br)

Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social,  
da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

### **TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a qual procedimento serei submetido (a). A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Eu concordo em participar do estudo. Salvarei em meus arquivos eletrônicos uma via deste Termo para eventuais consultas e afirmação de conhecimento, cujo consentimento se dá em meio virtual selecionando uma das opções abaixo.

( ) concordo

( ) discordo

\_\_\_\_\_  
Assinatura

O link do questionário é: <https://forms.gle/SwGKh1MpSXtimfAS6>

APÊNDICE VIII – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – entrevista

## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### Entrevista de Pesquisa da Pós-Graduação- Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social

Título do Projeto: **PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRADA NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAUBARA-BA**

Olá, tudo bem? Você está sendo convidado (a) a participar do estudo intitulado **“Proposta de implementação de um programa de atenção integrada na educação do município de Saubara-BA”**. Este estudo será realizado pelo psicólogo Felipe Novaes que integra a equipe do Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante no município de Saubara-BA. O convite se dá porque os avanços relativos ao conhecimento científico e ao desenvolvimento de propostas de intervenção na área da Ciência Política, com foco na gestão de políticas públicas ocorrem por meio de estudos como este, por isso a sua participação é importante.

O objetivo deste estudo é **propor um conjunto de ações sistematicamente articuladas, com vistas a criação de um programa de atenção integrada para a rede pública municipal de ensino de Saubara-BA**. O convite se estende aos (as) profissionais de saúde e assistência social e aos gestores (as) da educação do município de Saubara-BA. Desse modo, lhe convidamos a participar desta entrevista que aborda questões sobre:

Questão 1: O que é o atendimento multiprofissional?

Questão 2: Fale-me um pouco sobre como você pensa que ele deveria acontecer o Atendimento multiprofissional no campo educacional?

Questão 3: Quais os principais desafios que a rede municipal de ensino enfrenta que justifique a criação de um Núcleo de Atenção Multiprofissional Educacional?

Questão 4: Considerando a atuação do Núcleo de Atendimento Especializado Professor Estudante faça uma análise global sobre o seu papel na rede educacional de Saubara-BA? (Considerar- o que é? O que faz? Como faz? Os aspectos que limitam e os pontos positivos?)

Questão 5: Como você avalia a integração entre o trabalho realizado no NAEPE e a área da saúde no município? (Existe comunicação entre eles? Existe trabalho em conjunto?)

Questão 6: Como você percebe a integração entre do trabalho do NAEPE e da assistência social no município? (Existe comunicação entre eles? Existe trabalho em conjunto?)

Questão 7: Como você percebe a integração do trabalho realizado entre a gestão escolar e a assistência social?

Questão 8: Como você percebe a integração do trabalho realizado entre a gestão escolar e a saúde?

Questão 9: Que contribuições um trabalho integrado entre a saúde, assistência social e educação podem gerar para o município, para a sua prática profissional, para os estudantes e para as famílias?

Questão 10: De que maneira você imagina o funcionamento do NAME? Como você pensaria o fluxo de atendimento para o NAME?

Questão 11: Na sua opinião, qual a infraestrutura necessária para a implantação do NAME? Considere: Quantidade de salas; Materiais de atendimento; Testes; Materiais; Espaço físico; Recursos técnicos; Pessoal; Layout; Recursos didáticos

Questão 12: Considerando a Lei 13.935/2019 que sugere a implantação de Assistente Social e Psicólogo na equipe escolar, como você percebe a atuação desses profissionais na escola? O que é? Como faz? O que faz? Os aspectos que limitam e os pontos positivos

Os critérios de inclusão deste estudo são: Ter disponibilidade em participar da pesquisa voluntariamente, ter vínculo de trabalho com o município de Saubara–BA nas áreas de saúde, educação ou assistência social, estar em atividade durante a coleta de dados, ser gestor de uma escola do município, para os trabalhadores da área da educação, ser gestor de uma escola do município a mais de 3 anos, trabalhar com o atendimento ao público, para os trabalhadores da saúde e da assistência social, trabalhar com atendimento ao público a mais de 2 anos, para os trabalhadores da saúde e da assistência social. O tempo de preenchimento previsto é de 30 a 45 minutos.

Além do que já foi mencionado até aqui, acrescento que a entrevista ao qual você está sendo convidado a participar, faz parte de uma investigação de natureza qualitativa, do tipo descritiva, que se utiliza também de questionário e análise documental, todos realizados de forma não presencial, utilizando-se das ferramentas em ambientes virtuais, para otimização da coleta de dados e informações que posteriormente serão tabuladas, interpretadas, analisadas e discutidas à luz de autores de referência.

Considerando o que prevê a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), toda pesquisa com seres humanos envolve algum risco para os participantes. No caso desta pesquisa, por estimular o compartilhamento da percepção e a reflexão da própria prática e de outros profissionais como gestores (as) da educação ou colegas de profissão, pode ser gerado algum constrangimento aos participantes à medida que exponham certos aspectos da sua atuação ou da atuação dos demais colegas. Para minimizá-los, serão tomados os cuidados necessários para preservação do anonimato da identidade dos (as) participantes da pesquisa, sendo atribuída uma sigla, a exemplo: GE – Gestor Escolar, PS – Profissional de Saúde, PAS- Profissional da Assistência Social seguida do número correspondente a cada informante (ex: GE 001, GE 002, PS 001, PS 002... 003); além disso, é assegurada a garantia do direito de omitir-se de responder a qualquer questão ou afastar-se da pesquisa a qualquer momento sem nenhum ônus ou prejuízo..

No contexto da participação não presencial, um dos danos se refere a utilização de ferramentas em ambiente virtual, os participantes e pesquisador estão limitados às ferramentas disponíveis, sendo assim, também correm o risco de sofrer violação de dados, o que pode expor a identidade e as respostas dadas pelo participante na pesquisa ou de deixar de participar de algum instrumento em virtude das limitações de acesso à equipamentos e *internet*. Para minimizar esse dano ou risco, as ferramentas que serão utilizadas são de coleta especializada para receber os dados. Ainda assim, informamos que a qualquer tempo você pode contar com o suporte do pesquisador que também garante a comprovação de sua participação e possíveis consultas futuras. Por essa razão, é recomendável que você registre o nome e contato deste. Outro aspecto importante é que os procedimentos de contato para a realização da pesquisa serão individualizados, não serão utilizadas listas ou grupos evitando que os participantes tenham qualquer acesso a respostas de outros participantes.

As informações fornecidas pelos participantes serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmico-científicos, com a garantia do armazenamento em local seguro e de acesso exclusivo do pesquisador, por período estimado de 5 anos, das respostas as entrevistas, após esse período os arquivos serão destruídos. Como forma de acompanhamento e assistência, ressaltamos que será fornecido apoio intelectual ou emocional a qualquer participante que sentir necessidade, este apoio poderá ser acionado mediante contato a qualquer momento com o pesquisador e/ou seu orientador da pesquisa. Nele serão elucidadas quaisquer dúvidas que possam surgir sobre a pesquisa e sobre qualquer desconforto que possa surgir ao longo da participação da pesquisa. Através de escuta e diálogos com o pesquisador e seu orientador. Esses contatos poderão ser

feitos inicialmente pelos e-mails e telefones: neuropsicologofelipenovaes@gmail.com e neilton@ufrb.ed.br ou no endereço: Rua Ananias Requião, s/n Centro. 44220-000 Saubara – BA. Ademais, qualquer dúvida de natureza ética poderá ser esclarecida junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB (CEP/UFRB), sediado na em Cruz das Almas-BA, Rua Rui Barbosa, s/n, Centro, CEP: 44380-000, por telefone (75) 3621-6850 ou por e-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado composto com profissionais de múltiplas áreas, ele é independente, ou seja, não está associado ao interesse do pesquisador ou de alguma instituição específica. O CEP existe para defender os interesses dos participantes da pesquisa tanto em sua dignidade, quanto em sua integridade. Sua maior função é prezar pelos padrões éticos da pesquisa. Espera-se que os benefícios decorrentes da sua participação nesta pesquisa possam contribuir para a proposição da criação de um programa aplicado a educação pública que considere os estudantes de modo integral e que atenda suas demandas em níveis distintos, seja na educação, na saúde e na assistência social.

Você poderá obter todas as informações que quiser junto ao pesquisador inclusive ao registro de consentimento (este documento) sempre que solicitado. Para solicitação, basta enviar o pedido por e-mail (neuropsicologofelipenovaes@gmail.com,). Conforme já mencionado, poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo no seu atendimento. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas também não terá nenhum custo, uma vez que a coleta será realizada no ambiente de trabalho ou remotamente. Garantimos ainda, que as ferramentas utilizadas em meio virtual são de acesso gratuito e de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Garantimos que os resultados da pesquisa serão publicizados ao final da pesquisa de modo digital no site da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em forma de dissertação. De acordo com a Resolução CNS 510/2016, informamos também, que os participantes terão acesso aos resultados da pesquisa que serão enviados por e-mail. Além disso, poderão participar como ouvintes da defesa da dissertação. Como resultado dessa pesquisa será produzida uma proposta estruturada de documento, contendo as diretrizes de um programa de atendimento integrado na educação. Este, por sua vez, será disponibilizado para a prefeitura com recomendações a serem consideradas pelo poder público.

**Felipe de Novaes Coelho**

**Pesquisador responsável**

Telefone: (75) 99206-0459

E-mail: [neuropsicologofelipenovaes@gmail.com](mailto:neuropsicologofelipenovaes@gmail.com)

Endereço profissional: Rua Ananias Requião, s/n Centro. 44220-000 Saubara – BA  
Discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social,  
da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

**Neilton da Silva**

**Orientador responsável**

E-mail: [neilton@ufrb.edu.br](mailto:neilton@ufrb.edu.br)

Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social,  
da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a qual procedimento serei submetido (a). A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Eu concordo em participar do estudo. Salvarei em meus arquivos eletrônicos uma via deste Termo para eventuais consultas e afirmação de conhecimento, cujo consentimento se dá em meio virtual selecionando uma das opções abaixo.

concordo

discordo

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**APÊNDICE IX** – Qrcode de acesso ao Guia do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação



**APÊNDICE X** – Guia do Núcleo de Atendimento Multiprofissional em Educação



**UF B**

Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia